



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

PAULO CESAR ALVES GARCIA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O RACISMO NO DISCURSO DE
DISCENTES MOÇAMBICANOS NA UNILAB/CE:
VOZES, IMAGENS E TRAJETÓRIAS COLETIVAS**

REDENÇÃO/CE

2018

PAULO CESAR ALVES GARCIA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O RACISMO NO DISCURSO DE
DISCENTES MOÇAMBICANOS NA UNILAB/CE:
VOZES, IMAGENS E TRAJETÓRIAS COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para a obtenção do título de Mestre em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu.

REDENÇÃO/CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Garcia, Paulo Cesar Alves.

P198r

Representações sociais sobre o racismo no discurso de discentes moçambicanos na Unilab/CE: vozes, imagens e trajetórias coletivas / Paulo Cesar Alves Garcia. - Redenção, 2018.
108f: il.

Dissertação - Curso de Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Humanidades, Coord. Do Curso De Mest. Interdisciplinar Em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Professor Dr. Vitor Macedo Pereire.

Coorientador: Professor Dr. Lucineudo Machado Irineu.

1. Racismo - Brasil. 2. Representações sociais. 3. Discurso. 4. Moçambicanos. 5. Unilab. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 305.80981

PAULO CESAR ALVES GARCIA

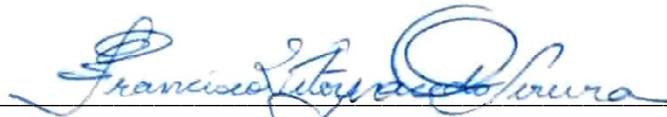
**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O RACISMO NO DISCURSO DE
DISCENTES MOÇAMBICANOS NA UNILAB/CE:
VOZES, IMAGENS E TRAJETÓRIAS COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para a obtenção do título de Mestre em Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu.

Aprovada em: 29 / 01 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Francisco Vítor Macêdo Pereira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Presidente



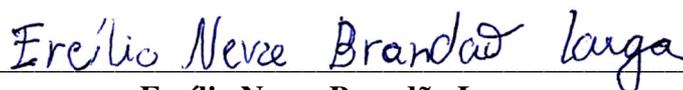
Vera Regina Rodrigues da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Examinador Externo ao Programa



Lucineudo Machado Irineu

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Examinador Externo ao Programa e à Instituição



Ercílio Neves Brandão Langa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Examinador Externo ao Programa



Messias Holanda Dieb

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Examinador Externo à Instituição

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, assim como o título sugere, foi composto por vozes que emanam de muitas trajetórias coletivas. Assim, sou extremamente grato à minha família, especialmente à minha mãe, Eunice das Neves Rodrigues, pelo suporte oferecido durante todo esse processo, por se constituir como meu maior exemplo de força e minha maior fonte de inspiração.

Sou grato aos amigos de cá e de lá, aos sujeitos participantes da pesquisa e aos membros da banca examinadora, composta pelo Professor Dr. Victor Macedo Pereira, querido orientador, pela Professora Dra. Vera Rodrigues, referência na minha formação acadêmica, pelo Professor Dr. Ercilio Langa, que estimulou em mim outros olhares em relação a Moçambique e aos moçambicanos, pelo Professor Dr. Messias Dieb, grande pesquisador das representações sociais, e pelo meu amor e companheiro de vida, Lucineudo Machado Irineu.

Sou grato, ainda, às redes de apoio, visíveis e invisíveis, que foram constituídas ao longo desta caminhada e me permitiram a conclusão de mais esta etapa da minha formação.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva, de modo geral, analisar as representações sociais sobre o racismo (re) produzidas no discurso dos discentes moçambicanos na Unilab/CE, considerando a organização estrutural e temática da referida representação e suas condições de produção intergrupais. Do ponto de vista teórico, para dar conta desse objetivo, foram mobilizados dois requisitos conceituais centrais: (i) os pressupostos da Teoria das Representações Sociais, a partir dos estudos de Moscovici (1976), Jodelet (2001), Abric (1994) e Doise (2001), dentre outros, e (ii) as discussões sobre racismo e relações étnico-raciais, a partir dos trabalhos de Munanga (2003), Schwarcs (1993), Nogueira (2006), Guimarães (2009), van Dijk (2010), Monsma (2016), dentre outros. Do ponto de vista metodológico, traçou-se uma abordagem sociodiscursiva, de natureza qualitativa, para analisar o corpus proveniente de evocações sociocognitivas, advindas da aplicação de Teste de Livre Associação de Palavras, e de narrativas de vida, coletadas a partir da realização de entrevista aberta. O referido material foi interpretado em três etapas, a saber: (i) análise dos vetores lexicais que organizam, estruturalmente, a representação analisada, (ii) descrição dos elementos que sumarizam, tematicamente, as dimensões da representação em questão e (iii) exame dos posicionamentos que revelam as condições de produção intergrupais reveladas no discurso dos sujeitos participantes. Por fim, do ponto de vista analítico, os resultados evidenciaram que, para o grupo social analisado, o racismo é representado como um tipo de preconceito e discriminação contra o preto/negro que corrobora mecanismos de exclusão, mantendo-o afastado do acesso aos recursos disponíveis na sociedade. Esses resultados permitiram observar, ainda, para além dos elementos estruturais, temáticos e intergrupais da representação, aspectos da subjetividade dos participantes, a exemplo das dores decorrentes do racismo institucional vivenciado, em terras brasileiras, a partir da experiência como discentes na Unilab/CE.

Palavras-chave: representações sociais; racismo; discurso; moçambicanos; Unilab.

ABSTRACT

This research aims, in general, to analyze the social representations about racism (re) produced in the discourse of Mozambican students in Unilab/CE, considering the structural and thematic organization of referred representation and its conditions of intergroup production. From the theoretical point of view, to fulfill this objective, two central conceptual requirements were mobilized: (i) the assumptions of the Theory of Social Representations, based on the studies of Moscovici (1976), Jodelet (2001), Abric (1994) and Doise (2001), among others, and (ii) the discussions on racism and ethnic-racial relations, from studies of Munanga (2003), Schwarcs (1993), Nogueira (2006), Guimarães (2009), van Dijk (2010), Monsma (2016), and others. From the methodological point of view, a sociodiscursive approach was developed, of a qualitative nature, to analyze the corpus coming from sociocognitive evocations, coming from the application of Free Association Test Words, and from life narratives, collected from open interview. This material was interpreted in three stages, namely: (i) analysis of the lexical vectors that structurally organize the analyzed representation, (ii) description of the elements that thematically summarize the dimensions of the representation in question and (iii) examination of the positions that reveal the conditions of intergroup production revealed in the participants' discourse. Finally, from the analytical point of view, the results showed that, for the social group analyzed, racism is represented as a type of prejudice and discrimination against black people that corroborates mechanisms of exclusion, keeping them away from access to resources available in society. These results allowed us to observe, in addition to the structural, thematic and intergroup elements of representation, aspects of participants' subjectivity, such as the development of institutional racism experienced in Brazilian lands, based on experience as students in Unilab/CE.

Keywords: social representations; racism; discourse; Mozambicans; Unilab.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TALP	Teste de Associação Livre de Palavras
TRS	Teoria das Representações Sociais
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 -	Categorias analíticas	52
Quadro 2 -	Procedimentos analíticos	52
Quadro 3 -	Evocações com frequência acima de (02)	55
Quadro 4 -	Ordens das evocações acima de (02)	56
Quadro 5 -	Ordens gerais das evocações acima de (02)	57
Quadro 6 -	Relação entre evocações e narrativas	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE O RACISMO: FUNDAMENTOS TEORICOS	17
2.1	Representações sociais	17
2.1.1	<i>A Teoria das Representações Sociais</i>	19
2.2	Racismo	28
2.2.1	<i>Raça e teorias raciais</i>	29
2.2.2	<i>Múltiplos olhares sobre o racismo: debatendo conceitos</i>	34
2.2.3	<i>Os significados da cor no Brasil: o racismo institucional</i>	42
3	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE O RACISMO: NOTAS METODOLÓGICAS E EXERCÍCIOS ANALÍTICOS	48
3.1	Notas metodológicas	48
3.1.1	<i>Caracterização da pesquisa</i>	48
3.1.2	<i>Os sujeitos e o contexto de pesquisa</i>	54
3.2	Exercícios analíticos	55
3.2.1	<i>A representação social sobre o racismo: temas e estrutura</i>	55
3.2.2	<i>A representação social sobre o racismo: tomadas de posição</i>	59
3.2.2.1	<i>A universidade como a vida militar: a narrativa de D1</i>	61
3.2.2.2	<i>O racismo institucional, de alunos a professores: a narrativa de D2</i>	67
3.2.2.3	<i>Para além do racismo, a esperança na integração: a narrativa de D3</i>	71
3.2.3	<i>Síntese do observado nos dados analisados</i>	74
4	CONCLUSÃO	78
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICES	86



" (...) pra algumas pessoas daqui é como se negro fosse doença, fosse alguma coisa transmissível (...)"

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista as profundas disparidades de cunho racial produzidas e reproduzidas por grupos sociais hegemônicos, trazemos para o cerne de nossas análises, no presente trabalho, o racismo compreendido como objeto de representação (re) produzido no discurso de discentes moçambicanos na Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em um esforço para compreendermos a representação social em questão sobre o racismo enquanto fenômeno social que, até a chegada dos discentes ao Brasil, mostrava-se distante daquilo que eles (os discentes) imaginavam encontrar com a nova experiência universitária.

A Unilab foi instituída como Universidade Pública Federal através da sanção, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Lei nº 12.289, em 29 de julho de 2010, trazendo, em suas diretrizes, a proposta de integração com o continente africano, principalmente com os países que são membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). De acordo com a lei supracitada, em seu artigo segundo, lê-se que:

A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (BRASIL, 2010, p. 60).

Enquanto Instituição de Ensino Superior (IES), a Unilab está estruturada em 04 (quatro) *campi*, sendo 03 (três) deles no estado do Ceará (*campus* da Liberdade e *campus* das Auroras, na cidade de Redenção, e *campus* dos Palmares, na cidade de Acarape) e 01 (um) deles no estado da Bahia (*campus* dos Malês, na cidade de São Francisco do Conde). A referida universidade oferta 15 (quinze) cursos de graduação na modalidade presencial, 01 (um) na modalidade a distância¹; 05 (cinco) cursos de pós-graduação *latu sensu* e 05 *strictu sensu*² e possui 06 (seis) Institutos, a saber Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), Instituto de Ciências da Saúde (ICS), Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS) e Instituto de Humanidades e Letras (IHL).

¹ Mais informações sobre graduação estão disponíveis em: <http://www.unilab.edu.br/cursos-de-graduacao>

² Mais informações sobre pós-graduação estão disponíveis em: <http://proppg.unilab.edu.br/index.php/pos-graduacao>

Além dos impactos positivos gerados pelos seus cursos de graduação e pós-graduação, a Unilab conta com uma série de eventos que fortalece os questionamentos acerca das desigualdades sociais, em seus variados âmbitos. No nosso percurso acadêmico, destacamos, dentre esses eventos, o Seminário de Mobilidade Humana, o Seminário Internacional de Migrações, Diásporas Africanas e Cooperação Sul-Sul e o Seminário Internacional de Novos Estudos Africanos, os quais nos permitiram a efetivação de importantes trocas de saberes, principalmente no que tange ao objeto desta pesquisa, o racismo.

No tocante à proposta de internacionalização e interiorização da Unilab, ressaltamos a importância do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³, instituído também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o intuito de destinar recursos para Instituições Federais de Educação Superior/IFES, objetivando a expansão de uma educação de qualidade, sobretudo, em regiões carentes de instituições federais de nível superior, como é o caso da região do Maciço do Baturité⁴, onde a universidade está instalada. Durante o Governo Temer, sobretudo ao longo de 2017, e na contramão do que previa o REUNI, a Unilab passou por inúmeros cortes orçamentários, delineando um cenário preocupante para o ano de 2018 e colocando em risco o seu projeto de integração e cooperação Sul-Sul.

No que se refere ao processo de construção de nosso objeto de pesquisa, este se deu quando vivenciamos, por aproximadamente 6 anos, entre 2009 e 2015, experiências educacionais em organizações governamentais e não-governamentais nos Estados Unidos, em Moçambique e no Brasil. Essas vivências nos possibilitaram contrastar diferentes aspectos do fenômeno compreendido como racismo, tanto na seara da História como da Antropologia e da Sociologia.

Nos Estados Unidos, presenciamos a regra da *gota de sangue* (*one drop blood*) que, para além dos traços fenotípicos, considera o indivíduo como pertencente a um determinado grupo racial com base na sua ascendência. Essa experiência foi crucial para enxergarmos, por meio de outros prismas, os conflitos enraizados em questões de cunho racial e as diferenças que podem ocorrer nas dinâmicas das relações raciais de um lugar para outro. Em Moçambique, pudemos observar os efeitos do colonialismo que ainda garante espaços de privilégios para uma minoria branca.

³ Mais informações: http://pdi.unilab.edu.br/wpcontent/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf

⁴ A região do Maciço do Baturité/CE, compreende os municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Nessa direção, ancorados na compreensão atual de que toda produção científica é uma prática social constitutivamente interdisciplinar, dada a complexidade dos problemas que aborda (FAZENDA, 2001), nosso interesse pelo estudo das questões raciais ganhou força quando de nossa chegada à Unilab, momento em que tivemos contato com o projeto de integração e cooperação internacionais entre Brasil e África, que alicerça as bases políticas da referida Universidade⁵, como mencionado. Dessa forma, o projeto de integração e cooperação internacionais, que constituem a Unilab enquanto um local no qual os contatos e as trocas culturais sedimentam as suas bases, associado à nossa formação em História – com especial interesse em História da África –, motivaram o nosso ingresso no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades.

Nesse contexto educacional de integração, o contato com os discentes da Unilab de diversas nacionalidades também nos foi revelando, aos poucos, elementos sinalizadores de representações sociais que circundam a noção de racismo. Baseados nesses elementos, realizamos, de início, uma incursão nos trabalhos de alguns teóricos sobre as representações sociais, como Moscovici (1976), que analisou, inicialmente, a representação social sobre a psicanálise na sociedade parisiense, Jodelet (2001), que investigou a representação social sobre a loucura em uma colônia francesa, Abric (1994) e Doise (2001), que analisaram em seus trabalhos, respectivamente, as representações sociais sobre o artesão e os direitos humanos. Também seguimos nossa incursão teórica ao nos debruçarmos sobre os estudos de Munanga (2003), Schwarcs (1993), Nogueira (2006), Guimarães (2009), van Dijk (2010), Monsma (2016), dentre outros, sobre o racismo e a configuração das relações étnico-raciais em contexto amplo.

Sá (1998, p. 24), estudioso da Teoria das Representações Sociais (TRS), destaca que os fenômenos de representação são complexos, daí a necessidade de se ter precisão sobre o que, de fato, é caracterizado como uma representação social. Segundo o referido estudioso:

Uma representação social é sempre de alguém (o sujeito) e de alguma coisa (o objeto). Não podemos falar em representação de alguma coisa sem especificar o sujeito – a população ou conjunto social – que mantém tal representação. Da mesma maneira, não faz sentido falar nas representações de um dado sujeito social sem especificar os objetos representados. Dizendo de outra maneira, na construção do objeto de pesquisa precisamos levar em conta simultaneamente o sujeito e o objeto da representação que queremos estudar.

⁵ Mais informações sobre o projeto de internacionalização e interiorização do ensino superior, no contexto de cooperação internacional solidária sul-sul, entre o Brasil e os países membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), estão disponíveis em: <http://www.unilab.edu.br/institucional-2>

Sá (1998) enfatiza a proposição de que uma representação social é sempre de alguém (os sujeitos membros de um grupo social) sobre alguma coisa (o objeto representado), ressaltando a relevância cultural e a espessura social como características fundamentais para que determinado elemento do mundo possa ser considerado um objeto de representação social - características que julgamos ser inerentes também ao objeto de representação que analisamos: o racismo.

A relevância cultural e a espessura social do nosso objeto se apresentam na direção da necessidade de superação dos diversos conflitos raciais que, multifacetados, perpassam, ainda, as inúmeras práticas sociais contemporâneas, a exemplo das acadêmicas e institucionais. Por conseguinte, consideramos que os discentes moçambicanos da Unilab integram um grupo social, pois, além de compartilharem nacionalidade, partilham opiniões e crenças semelhantes que evidenciam a existência de representações sociais em seu acervo sociocognitivo.

A partir desses pressupostos, a presente investigação empreende um encaminhamento de base qualitativa, buscando uma abordagem social dos fatos elencados, para que se alcance êxito no objetivo de analisar as representações sociais sobre o racismo no contexto da Unilab, especificamente no discurso dos estudantes moçambicanos. Optamos por trabalhar com o grupo de moçambicanos, pois, dentro das perspectivas teórico-metodológicas adotadas, a quantidade de discentes – a menor dentre as diversas nacionalidades na Unilab – permitiu-nos estabelecer maior aproximação dos indivíduos e uma melhor aplicação das técnicas utilizadas para a geração do corpus.

Para dar conta de nosso objetivo geral, centramo-nos nos conceitos de representações sociais segundo as investigações da teoria de base de Moscovici (1976), dos desdobramentos da teoria de base oferecidos pelos estudos de Jodelet (2001), Abric (1994), Doise (2001) e de estudiosos que contribuíram para a divulgação da referida teoria, a exemplo de Harré (2001), Dieb (2004) e Irineu (2013). No que concerne às considerações sobre racismo, centramo-nos nos estudos de Munanga (2003), Schwarcs (1993), Nogueira (2006), Guimarães (2009), van Dijk (2010), Monsma (2016), dentre outros.

Ao nos questionarmos sobre como se (re) produz a representação social dos discentes moçambicanos da Unilab/CE sobre o racismo (questão de pesquisa central), a presente investigação levantou reflexões acerca desse fenômeno no âmbito da universidade, estabelecendo diálogos entre autores de diferentes áreas, devido ao caráter

abrangente e complexo do fenômeno estudado. Para tal, os procedimentos metodológicos adotados visam, por sua feita, responder as seguintes questões de pesquisa específicas:

- i) como se organizam os elementos estruturais (centrais e periféricos) da representação social sobre o racismo (re) produzida no discurso de alunos moçambicanos?
- ii) quais são os elementos temáticos que constituem a representação social dos discentes moçambicanos na sobre o racismo?
- iii) em quais condições de produção intergrupar se (re) produz essa representação em termos de tomadas de posição dos sujeitos participantes?

Estas perguntas estão relacionadas ao nosso objetivo geral (analisar as representações sociais sobre o racismo no discurso dos discentes moçambicanos na Unilab/CE), que se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- (i) analisar os elementos centrais e periféricos da representação social sobre o racismo (re) produzida no discurso de alunos moçambicanos;
- (ii) descrever os elementos temáticos que constituem a representação social dos discentes moçambicanos sobre o racismo;
- (iii) examinar as condições de produção intergrupar de (re) produção dessa representação em termos de tomadas de posição dos sujeitos participantes.

Os dados gerados foram analisados considerando as seguintes categorias analíticas: (i) vetores lexicais, (ii) temas e (iii) posicionamentos dos sujeitos. A partir das referidas categorias, traçamos os seguintes procedimentos analíticos: (i) análise dos vetores lexicais que sistematizam os elementos centrais e periféricos da representação social sobre o racismo, (ii) descrição dos elementos temáticos que constituem a representação social sobre o racismo e (iii) exame dos posicionamentos que revelam as condições de produção intergrupar de (re) produção da representação a partir das tomadas de posição dos sujeitos participantes.

No contexto brasileiro, e mais especificamente no da Unilab, acreditamos que a presente pesquisa contribui para a problematização do racismo no ambiente acadêmico, considerando o processo de globalização e as novas demandas por qualificação profissional dentro das dinâmicas da diáspora africana contemporânea, que reforça a

identidade atinente ao projeto de internacionalização da Unilab e que traz à tona a necessidade de se discutirem questões voltadas para o campo das relações étnico-raciais.

Posto isso, a presente dissertação está retoricamente organizada da seguinte forma: (i) nesta introdução, discorremos sobre o processo de construção do objeto desta pesquisa; (ii) nos fundamentos teóricos, tratamos das bases epistemológicas que sustentam este trabalho, a partir do debate sobre dois requisitos conceituais centrais: representações sociais e racismo; (iii) nas análises, apresentamos notas metodológicas e nos debruçamos sobre a interpretação dos dados gerados; (iv) na conclusão, destacamos os achados sobre o modo como o grupo de discentes moçambicanos representa, em síntese, o racismo; (v) nas referências, listamos o acervo de obras citadas no corpo da dissertação e (vi) nos anexos e apêndices, registramos os instrumentais utilizados neste estudo, as entrevistas transcritas e o modelo de termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos sujeitos participantes.

Por fim, queremos destacar nossa crença de que este trabalho contribuirá para fomentar o debate acerca do racismo no ambiente acadêmico e no cenário da diáspora contemporânea, sobretudo a africana, desvelando múltiplas facetas desse fenômeno complexo, estrutural e estruturante, ainda fortemente arraigado nas práticas sociais diárias. Desejamos, ainda, problematizar a violência – muitas vezes simbólica, mas não menos traumatizante – que veio à tona com as informações compartilhadas pelos participantes desta pesquisa. A seguir, então, debruçamo-nos sobre os postulados de estudiosos do campo das representações sociais.



“(...) hoje, entre amigos, eu sempre falo, olha, eu comparo a universidade como uma vida militar. Eu digo isso sempre, a gente vai voltar pra casa com sequelas, a gente já não vai voltar normal (...)”

2 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE O RACISMO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, nosso objetivo é tratar do conceito de representação social, tendo como ponto de partida os postulados de Serge Moscovici (1976), focalizando as modificações do referido conceito, desde a década de 70 do século XX, com as pesquisas empreendidas por autores que se deslocam por espaços de saberes que não apresentam barreiras fixas, estimulando, nesse dinamismo característico dos fenômenos em representação social, o exercício da interdisciplinaridade. Em vista disso, abordamos, nessa ordem: (i) as características de um objeto de representação, consoante Sá (1998; 2015); (ii) o conceito de representação social proposto por Moscovici (1976; 2007), Jodelet (2001), Abric (1994), Flament (2001) e Doise (2001); (iii) o conceito de representação social proposto por Harré (2001), Dieb (2004) e Irineu (2013), considerados representantes dos desdobramentos da TRS na Educação e, mais recentemente, nos Estudos da Linguagem⁶.

2.1 Representações sociais

A Teoria da Representação Social se origina do campo da Psicologia Social a partir dos estudos de Serge Moscovici (1976), sendo posteriormente debatida em outras muitas perspectivas por autores das mais variadas áreas do conhecimento. Esse desenvolvimento teórico multirreferencial tem permitido a compreensão de diversos fenômenos sociais por meio de um prisma privilegiado. Tendo em vista seu perfil constitutivamente interdisciplinar⁷, a Teoria da Representação Social lança luz sobre fenômenos sociais complexos, que necessitam de abordagens que considerem a pluralidade de saberes que emergem nas dinâmicas relações entre os sujeitos sociais.

Dessa forma, alicerçados nos estudos desenvolvidos por Sá (1998; 2015), reconhecemos os fenômenos em representação social como fenômenos psicossociológicos e multidimensionais que estão imersos em constantes mudanças que influenciam a criação ou a recriação das bases cognitivas sobre as quais as representações

⁶ O estado da arte mostra, ainda, o diálogo da Teoria da Representação Social com outras áreas do conhecimento como a Antropologia, Sociologia, História, dentre outras, reforçando o seu caráter interdisciplinar.

⁷ Compreendemos a interdisciplinaridade consoante Charaudeau (2013, p.28), que a define como “o esforço que diferentes disciplinas empreendem para articular entre si conceitos, instrumentos e resultados das análises”. Essa articulação de saberes também é justificada por adotarmos a abordagem metodológica pautada naquilo que Martins (2004, p.87) chama de multirreferencialidade, ou seja, na “postura epistemológica que se estrutura com base no reconhecimento do caráter plural dos fenômenos sociais”.

se desenvolvem. É diante dessa complexidade que Sá (1998), apoiado nos postulados de Jodelet (1989a), reforça a necessidade de se debruçar sobre as diversas dimensões dos fenômenos analisados, na tentativa de reconhecer, em profundidade, os elementos que integram uma representação social.

Jodelet (1989a) parte da premissa de que uma representação social é um tipo de saber prático que liga um sujeito a um objeto. Referindo-se à visão mais geral sobre esses fenômenos, a autora elabora três perguntas que nos direcionam para uma maior compreensão sobre esse tipo de saber e as suas características basilares. São elas: (i) quem sabe e de onde sabe; (ii) o que e como se sabe; e (iii) sobre o que se sabe e com que efeito.

A primeira característica levantada nos reporta aos sujeitos da pesquisa e às condições de produção das representações sociais, observando o contexto cultural, ideológico e histórico, as relações interindividuais, o modo como os sujeitos estão situados no ambiente onde vivem, os meios pelos quais as informações circulam dentro do grupo e nas relações que o grupo estabelece com outros etc. Sá (1998) define aspectos como rótulos genéricos compostos por três dimensões: *cultura, linguagem e comunicação e sociedade*.

A segunda característica diz respeito, para além de documentos e de práticas, ao discurso ou ao comportamento dos sujeitos tomados como base para analisar o assento e a reprodução das representações, bem como a sua estrutura e os mecanismos que contribuem para a sua transformação.

Por fim, a terceira característica nos remete à relação entre o pensamento natural e o pensamento científico que podemos inferir a partir das transformações de um saber em outro, naquilo que é validado ou não pelo grupo. A respeito dessas dimensões, Sá (1998, p. 33) sintetiza a importância de relacioná-las a uma abordagem que favoreça a compreensão do fenômeno investigado, destacando que estamos diante de três dimensões do campo das representações sociais, cuja pesquisa deveria articular “o conteúdo cognitivo de uma representação (2ª dimensão)”, “as condições socioculturais que favorecem sua emergência (1ª dimensão)” e a “sua natureza epistêmica em confronto com o saber erudito (3ª dimensão)”.

Tal empreendimento (conjugar dimensões) não se constitui em uma tarefa simples, e “o que parece mais comum nas pesquisas realizadas é um investimento maior sobre apenas uma daquelas dimensões” (SÁ, 1998, p. 33). No entanto, como se vê, inter-relacionar tais dimensões significa, antes de tudo, investir no desvelamento das múltiplas camadas de um fenômeno em representação social, como na presente pesquisa.

Sá (1998, p. 21-22) nos lembra que os fenômenos em representação social estão espalhados por toda a parte e perpassam as instituições e as práticas sociais. Observá-los, portanto, de modo completo, não é uma tarefa possível, cabendo à pesquisa científica uma tentativa de máxima aproximação das realidades múltiplas, por meio de critérios rigorosos e merecedores de crédito. O autor prossegue afirmando que:

Os fenômenos de representação social são mais complexos do que os objetos de pesquisa que construímos a partir deles. Isto quer dizer que há uma simplificação quando passamos do fenômeno ao objeto de pesquisa. A rigor, a simplificação implicada na construção do objeto de pesquisa é da mesma ordem daquela embutida na formação de uma representação social. Esta última envolve uma simplificação da realidade na medida em que funciona como uma teoria, uma “teoria do senso comum”. Da mesma forma, quando simplificamos o fenômeno da representação social transformando-o em um objeto de pesquisa, fazemos isto através de uma teoria, a teoria das representações sociais

Dessa forma, Sá (1998) exemplifica que a Teoria das Representações Sociais permite não apenas a simplificação e a organização dos fenômenos sobre os quais ela se volta, mas também concede os critérios necessários para a construção do objeto de pesquisa – que emerge da delimitação e da especificação conferidas a fenômenos que se inter cruzam e estão por toda a parte.

Após o destaque à ênfase de Sá (1998; 2015), às múltiplas dimensões que os fenômenos em representação social podem alcançar e à importância de seus estudos na elaboração de objetos de pesquisa que se acercam de tais fenômenos, torna-se oportuno nos voltarmos para as formas como outros autores têm enxergado e elaborado o próprio conceito de representação social, o que permitirá que voltemos a algumas das trajetórias e mudanças que vêm ocorrendo nesse campo de investigação, como vemos a seguir.

2.1.1 A Teoria das Representações Sociais

O conceito de representação social tem suas raízes na Sociologia Positivista de Émile Durkheim (2001), que cunhou a expressão “representações coletivas” e defendeu a ideia de serem estas o objeto de estudo da Sociologia, ao passo em que as representações individuais seriam objeto da Psicologia. Segundo Durkheim (2001), os indivíduos assumem coletivamente a posição de receptores e reprodutores dos conhecimentos e das experiências já acumulados pelas gerações anteriores, a estes adequando o seu comportamento e compreensão social.

Apesar de perceber as importantes contribuições do sociólogo Durkheim (2001), que trouxe à tona as representações coletivas como um fenômeno externo, Moscovici (1976) estabelece críticas à sua Sociologia Positiva e ao que conceitua como *fato social*, quando reconhece as representações não como coletivas, mas como sociais, de estruturas dinâmicas, haja vista que os sujeitos são como peças fundamentais no processo de construção da sociedade e do conhecimento que nela circula.

Moscovici (1976) introduziu o conceito de representações sociais na Psicologia Social contemporânea, com o lançamento da obra *La Psychanalyse, son image e son public*, em 1961. Desde então, diversos outros autores ofereceram importantes contribuições a esse campo de investigação. De acordo com Moscovici (1976), devido ao caráter interdisciplinar do fenômeno representacional, que encontra guarida na encruzilhada de discussões e teorizações das Ciências Sociais e da Psicologia, algumas dificuldades podem surgir na tentativa da apreensão do referido conceito.

Neste sentido, buscando elucidar a questão, Moscovici (1976, p. 62-63) não nos traz um conceito estabilizado sobre as representações sociais, mas anuncia que nos aproximamos da noção de representação “quando precisamos sua natureza de processo psíquico capaz de tornar familiar, situar e tornar presente em nosso universo interior o que se encontra a uma certa distância de nós, o que está de certo modo ausente”.

Assim, a representação social pode ser compreendida como uma modalidade particular de conhecimento, cuja função é a elaboração conceitual dos comportamentos e da comunicação entre os sujeitos, ou seja, “uma preparação para a ação, na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo, na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento teve lugar” (MOSCOVICI, 1976, p. 49).

Uma vez elaboradas, as representações sociais sofrem constantes transformações. São atraídas, repelidas, (re) criadas ou encerradas dentro de um processo social e histórico dinâmico que estimula o surgimento de novas representações, considerando componentes cognitivos e afetivos dos sujeitos, o que faz das representações sociais um fenômeno retroalimentado. A esse respeito, Sá (2015, p. 196) destaca que a “estrutura de dupla natureza – conceitual e figurativa”, atribuída, por Moscovici (1976) às representações sociais, considera que:

No real, a estrutura de cada representação nos aparece desdobrada; ela tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Nós escrevemos que a representação é figura/significação, entendendo por isso que ela faz compreender em toda a figura um sentido e em todo sentido uma figura.

Ao duplicar um sentido por uma figura, ou seja, ao “dar materialidade a um objeto abstrato” (SÁ, 2015, p. 218), tornando-o comum, familiar, dentro de um grupo, temos o que Moscovici (1976) nomeia como processo de *objetivação*. Por extensão, quando a figura é duplicada por um sentido capaz de torná-la inteligível, fortalecendo a cognição que interpreta o objeto, temos o que o autor denomina de *ancoragem*. Os dois processos – objetivação e ancoragem – estão intimamente interligados e é por meio deles que “se explica como as características de um determinado objeto social são modificadas para atenuar o estranhamento dos sujeitos em relação a ele” (DIEB, 2004, p. 73), direcionando-nos, assim, para a compreensão sobre o surgimento e as mudanças das representações sociais.

Denise Jodelet (2001), dando sequência ao pensamento moscoviciano, trata as representações sociais por meio de uma abordagem dimensional do fenômeno representacional. Sobre os trabalhos da referida pesquisadora francesa, Irineu (2013, p. 34) destaca que “esta abordagem investiga a gênese, a história das representações sociais construídas pelos sujeitos em interação, com o objetivo de compreender os processos pelos quais passa uma representação em sua formação”.

Na visão de Jodelet (2001), faz-se necessário analisar a complexidade do fenômeno das representações sociais partindo de elementos menores, buscando, com base em tais elementos, a gênese histórica da representação e privilegiando, dentro do aspecto metodológico, a realização de entrevistas em profundidade, geradas a partir de uma perspectiva etnográfica e da sua observação junto aos sujeitos investigados.

Dessa forma, a referida autora caracteriza as representações sociais como

(...) fenômenos complexos cujos conteúdos devem ser cuidadosamente destrinchados e referidos aos diferentes aspectos do objeto representado, de modo a poder apreender os múltiplos processos que concorrem para sua elaboração e consolidação como sistemas de pensamento” (JODELET, 2001, p. 45).

Dando seguimento aos estudos de Moscovici (1976) e Jodelet (2001), Abric (1994) e Flament (2001) postulam uma perspectiva estruturalista de investigação das representações sociais, reforçando a ideia de que tais representações são “de fato objetos salientes, do ponto de vista da sociocognição, e que podem ser investigados com relação

a seus elementos divididos em núcleos (Teoria do Núcleo Central)”, conforme destaca Irineu (2013, p. 37). A este respeito, nas palavras de Sá (2015, p. 211):

A teoria do núcleo central, conquanto proposta já em 1976 por J. C. Abric, na Université de Provence, somente começou a ter maior influência no campo das representações sociais a partir do início dos anos 1990, quando surgiram as condições para maior reconhecimento dos esforços de elaboração teórica e metodológica complementares à grande teoria.

Abric (1994) e Flament (2001) trazem, portanto, novas abordagens teórico-metodológicas que impulsionam a tentativa de dissipação das críticas destinadas inicialmente aos postulados de Moscovici (1976). A Teoria do Núcleo Central procura elencar, valendo-se também do Teste de Associação Livre de Palavras, quais são os componentes centrais e periféricos de uma representação social, possibilitando, assim, a sua descrição. No que se refere ao conceito de representação social, de acordo com o que postulam Abric (1994) e Flament (2001), compreendemos que uma representação pode ser entendida como um conjunto estruturado de informações, crenças, opiniões e posicionamentos, composto de dois núcleos: um central e um periférico. A identificação dessas estruturas permite ao pesquisador compreender, em maior profundidade, o funcionamento da representação e as dinâmicas que garantem a sua estabilidade ou anunciam possíveis mudanças.

Doise (2001), outro estudioso das representações sociais, agrega procedimentos metodológicos ao estudo do referido fenômeno, ao sistematizar os elementos particulares dos sujeitos de um mesmo grupo, possibilitando, dessa forma, entrever as experiências sociais, as relações grupais (ideológicas) e as atitudes, ou seja, os seus posicionamentos.

O referido autor entende as representações sociais como um conjunto organizado de opiniões e de atitudes “referentes a um objeto ou a uma situação determinados, ao mesmo tempo, pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência) e pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido” (DOISE, 2001, p. 156).

Outros estudiosos, a exemplo de Harré (2001), Dieb (2004) e Irineu (2013), integram o grupo de pesquisadores que ofereceram novas e importantes possibilidades de análise das representações sociais, o que tem nos permitido olhar para o nosso objeto de uma maneira mais abrangente, estando atentos às nuances que compõem o fenômeno estudado.

Irineu (2013), em uma perspectiva discursiva, analisa a materialização de representações sociais em textos compartilhados em comunidades virtuais de sites de redes sociais. Em seu trabalho de mestrado, o referido pesquisador analisou a representação social que latino-americanos de uma comunidade virtual (re) produziam sobre a latinidade, ou seja, sobre o que significa ser latino. Tal abordagem permitiu ao autor identificar, descrever e interpretar as representações sociais a partir dos temas pelas quais tais representações se constroem e se enunciam, assim como das estruturas linguístico-discursivas pelas quais se expressam e dos posicionamentos argumentativos pelos quais se apresentam essas representações.

Por sua vez, Dieb (2004, p. 79), no campo da Educação, conceituou a representação social como uma estratégia cognitiva, socialmente orientada, que proporciona aos sujeitos sociais construir a compreensão da realidade em sua volta, a partir de experiências comunicativas cotidianas. Na mesma esteira de Abric (2001), Dieb (2004) admite a existência de elementos que sustentam a representação e garantem a sua estrutura organizacional. Em sua pesquisa de mestrado, o referido estudioso articulou três diferentes abordagens sobre a representação social (dimensional, processual e psicossociológica), analisando os elementos integrantes da representação.

Por fim, os postulados de Harré (2001), também centrado nos estudos da linguagem, revelam-nos que as palavras servem como suporte vivo para as representações sociais, espécies de vetores destas representações, e que é também na organização semântica do discurso que se torna possível depreender os elementos da representação.

No que dessa apreensão se segue, realizamos uma incursão mais detalhada na abordagem moscoviciana das representações sociais, reconhecendo as significativas contribuições teóricas do autor na formulação e consolidação deste campo de estudo e do que passou a ser chamado de *Grande Teoria*, compreendida por nós como o conjunto de pesquisas pautado, sobretudo, nos postulados de Moscovici. Os pressupostos dessa *Grande Teoria* foram fundamentais para a construção e a análise de nosso objeto de pesquisa.

Gerard Duveen (2007), estudioso da área de Psicologia Social, em introdução à obra *Representações sociais: investigações em psicologia social*, de Serge Moscovici (2007), destaca um interessante exemplo que retrata a alteração da percepção das pessoas sobre a geografia da Europa. Duveen (2007, p. 07), ao se referir à localização das cidades de Praga e Budapeste em relação à cidade de Viena, evidencia que, durante a Guerra Fria, as “definições ideológicas de Leste e Oeste substituíram as geográficas”, destacando que

tal mudança, na percepção da localização das cidades supracitadas, ocorreu devido aos novos padrões de comunicação, que exerciam grande influência nos processos envolvendo a formação e a transformação das representações sociais.

O exemplo de Duveen (2007) está ancorado na concepção moscovicianiana sobre representações sociais que ressalta o papel da comunicação nas mudanças, no fortalecimento e na propagação desses fenômenos sociodiscursivos. Tais representações passam a circular no dia a dia, em sociedade, fazendo parte das conversas e encontrando, na mídia, e conseqüentemente nos avanços da comunicação na sociedade atual, as condições capazes de situar-nas no espaço do senso comum⁸. O conhecimento gerado da comunicação e da interação entre os sujeitos se constitui naquilo que Moscovici (2007, p. 164) atribui como uma questão da Psicologia Social, como vemos a seguir:

Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como elas transformam ideias em prática – numa palavra, o poder das ideias – é o problema específico da psicologia social.

Mesmo sendo considerada uma das “contribuições teóricas mais duradouras na Psicologia Social” (MOSCOVICI, 2007, p.19), a Teoria das Representações Sociais não ficou restrita a essa área, uma vez que se espalhou para outras abordagens e campos da pesquisa científica.

Consideramos significativo enfatizar que as pesquisas de Moscovici (2007) carregaram para a Psicologia Social uma ótica contrária ao entendimento que tratava a representação social como um “elemento estático da organização cognitiva” (MOSCOVICI, 2007, p. 20). Na visão do autor, os processos que elaboram as representações, tanto quanto o conhecimento gerado a partir delas, são dinâmicos e servem não apenas para compreender um objeto em particular, haja vista que também influenciam no modo como os sujeitos e/ou os grupos elaboram a própria identidade. Moscovici (2007, p. 53), na verdade, enxergou a potencialidade oriunda de diversas abordagens científicas para alcançar uma maior amplitude no mapeamento das características inerentes às representações sociais, concebendo uma teoria apta ao diálogo com outras teorias, em orientação interdisciplinar:

⁸ Entendemos o senso comum em consonância com os postulados de Moscovici (1976; 2007), ou seja, como um tipo de saber gerado a partir da transformação de algo ou de um objeto não-familiar, ou a própria não-familiaridade, em familiar, por meio, principalmente, dos processos comunicativos.

Sem dúvida – e isso é o que eu decidi mostrar – a natureza específica das representações expressa a natureza específica do universo consensual, produto do qual elas são e ao qual elas pertencem exclusivamente. Disso resulta que a psicologia social seja a ciência de tais universos. Ao mesmo tempo, nós vemos com mais clareza a natureza verdadeira das ideologias, que é de facilitar a transição de um mundo a outro, isto é, de transformar categorias consensuais em categorias reificadas e de subordinar as primeiras às segundas. Por conseguinte, elas não possuem uma estrutura específica e podem ser percebidas tanto como representações, como ciências. É assim que elas chegam a interessar tanto à sociologia, como à história.

Ao compreendermos os universos consensuais como “locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito” (MOSCOVICI, 2007, p. 54), aprofundamos nosso entendimento sobre a finalidade das representações sociais que consistem, conforme Moscovici (2007, p. 54), em “tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não familiaridade”, considerando que as relações entre os sujeitos estão baseadas em processos de familiarização, ou seja, naquilo vislumbrado como realidade a partir de um conjunto de sobreposições de paradigmas e imagens prévias. O novo, portanto, quando tornado familiar, traz em si a carga do passado e da tradição, do anteriormente representado.

Nesse processo, na medida em que os sujeitos passam a partilhar das mesmas crenças e ideologias e dos mesmos valores, o grupo de que fazem parte se fortalece, e o outro, ou aquilo que é externo a esse grupo, tem a sua imagem reforçada como não-familiar. As representações, nesse sentido, influenciam diretamente a maneira como o não-familiar será percebido pelo grupo, o que pode gerar desde o simples estranhamento e curiosidade até o sentimento de repulsa e ódio.

Ao não corresponder às características consensuadas pelos sujeitos, o outro, externo ao grupo, representa o que Moscovici (2007) denomina como *presença real de algo ausente* ou de *exatidão relativa*, isto é, o outro pode ser reconhecido e apresentar semelhanças com o grupo; no entanto, estará ao mesmo tempo fora ou à margem deste, por não se enquadrar naquilo já naturalizado pelos sujeitos que compartilham as mesmas representações sociais.

Moscovici (2007) reconhece não ser simples o processo de transformação do não-familiar – sejam palavras, seres ou ideias – em algo concebível como comum, portanto familiar. Para que essa transformação ocorra, é necessária a mobilização de “dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões

passadas” (MOSCOVICI, 2007, p. 60). Relativamente a esse processo, o autor se refere, então, aos mecanismos de ancoragem e objetivação.

Para entendermos o primeiro mecanismo, a ancoragem, imaginemos o exemplo de uma pequena cidade interiorana, sem muito contato com pessoas de outras culturas, na qual a grande maioria dos moradores percebe o mundo externo pelas lentes da grande mídia. Em dado momento, sujeitos de culturas bastante diferentes passam a visitar e também a viver nessa cidade, causando sentimentos diversos em seus moradores, que interpretam o novo – não-familiar – a partir do conhecimento de mundo gerado pelas informações negativas e estereotipadas propagadas pela mídia.

Dessa forma, os novos moradores dessa cidade podem ser, quase que de imediato, julgados como *não confiáveis*, pertencentes a *culturas atrasadas* ou *ignorantes*, no sentido mais generalizante e descomedido destes termos. Moscovici (2007, p. 61) nos mostra que esse tipo de redução do julgamento do *outro* faz parte de “um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma que nós pensamos ser apropriadas”. No caso de nosso exemplo, quando os novos moradores são relacionados ao paradigma de determinadas categorias (*não confiáveis*, *atrasados culturalmente* e *ignorantes*), é como se eles incorporassem as características dessas categorias – conforme os modelos daqueles que os julgam.

Moscovici (2007, p. 61) destaca, ainda, que “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa”, permitindo-nos representar e trazer o não familiar para o universo familiar, conforme vemos nesse excerto:

De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e denotação, de alocação de categorias e nomes. A neutralidade é proibida, pela lógica mesma do sistema, onde cada objeto deve possuir um valor positivo ou negativo e assumir um determinado lugar em uma clara escala hierárquica. Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-a e rotulando-a. E, neste ato, nós revelamos nossa “teoria” da sociedade e da natureza humana.

Ao classificarmos dado objeto, estamos enquadrando-o em concepções já pré-estabelecidas por um determinado grupo, sejam elas negativas ou positivas, reforçando julgamentos e vereditos, pois “nós o confinamos a um conjunto de limites linguísticos, espaciais e comportamentais e a certos hábitos” (MOSCOVICI, 2007, p. 63). A classificação não implica, contudo, em somente atribuímos determinadas características

a um objeto, retirando-o, assim, de um perturbador anonimato, mas prepara também o suporte sobre o qual as opiniões serão formadas.

Por conseguinte, a objetivação, de acordo com Moscovici (2007, p.71), “é um processo muito mais atuante que a ancoragem”, pois contribui para a transformação de algo abstrato em algo concreto, ou quase tangível. O autor nos esclarece que tal processo está relacionado ao fato de associarmos imagens – ou elementos icônicos disponíveis em nosso repertório mental – ao plano conceitual. Sá (2015, p. 204) trata da objetivação justamente com base neste estudo de Moscovici (1976), precisamente quanto se refere à representação social sobre a Psicanálise ao destacar que:

Na representação social da psicanálise, Moscovici encontrou o aparelho psíquico objetivado em um esquema especial, dividido em duas partes – inconsciente e consciente -, separadas por uma linha de tensão, onde são então encarnados o conflito, a repressão e o “recalque”, que acaba produzindo o “complexo”. Terá certamente influído nessa objetivação a preexistência cultural de outras dualidades opostas mais comuns, como voluntário-involuntário, mente-alma, exterior-interior, aparente-obsuro.

As palavras de Sá (2015) dão conta de que a objetivação ocorre baseada nas culturas e/ou crenças vigentes. Nessa dinâmica, é partindo do familiar que o abstrato vai ganhando contornos e formas capazes de materializá-lo ou, em outras palavras, associá-lo a algum elemento imagético, o que não ocorre de maneira igualitária para todos os objetos, conforme destaca Moscovici (2007, p. 72), ao enfatizar que “a sociedade faz uma seleção daqueles aos quais ela concede poderes figurativos, de acordo com suas crenças”.

Diga-se, a esse respeito, que é na linguagem que personificamos as emoções, os sentimentos, as raças, as nações, a cultura etc., transformando palavras em matéria física, mediante este exercício que nos é inerente enquanto sujeitos integrantes de grupos sociais. Moscovici (1984, p. 40), neste tocante, caracteriza o processo final da objetivação ao relacionar algo abstrato a uma imagem que faça parte da realidade do indivíduo, considerando que:

A imagem é totalmente assimilada e o que é percebido toma o lugar do que é concebido. Esse é o resultado lógico de tal estado das coisas. Se as imagens existem, se elas são essenciais para a comunicação e a compreensão sociais, isso é porque elas não são (e não podem permanecer) sem realidade, tanto quanto não pode haver fumaça sem fogo. Desde que elas devem ter uma realidade, nós encontramos uma para elas, não importa qual. Assim, por uma espécie de imperativo lógico, as imagens se tornam elementos de realidade mais do que elementos de pensamento.

A imagem, portanto, retira um determinado elemento de uma zona unicamente subjetiva e confere a ele a concretude capaz de torná-lo familiar aos indivíduos. Ao pensarmos, por exemplo, no que é concebido como “deus” na cultura ocidental, percebemos que a figura desse ser é atrelada à imagem de um homem, ou de um pai, branco. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, é possível constatar que outros seres ou outras divindades ocidentais passam pelo mesmo processo por meio do qual são associadas a um conjunto de imagens partilhadas amplamente pelos indivíduos, retirando elementos imersos na subjetividade e os situando na realidade objetiva, praticamente física. Moscovici (2007, p. 78) destaca ainda que:

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido.

A memória, como citada pelo autor, garante à representação social certa estabilidade e constância, envolvendo-a de maneira comunitária e regular em um contexto histórico e psicossocial, impedindo que mudanças abruptas alterem as suas propriedades.

Feita essa incursão sobre o conceito de representações sociais, a seguir, debruçamo-nos sobre alguns pressupostos teóricos a respeito dos conceitos de raça e racismo, segundo requisito conceitual fundamental à presente pesquisa.

2.2 Racismo

Neste apartado, enfatizamos diferentes abordagens concernentes ao racismo, as quais ganham cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas e sinalizam para uma necessidade crescente e urgente de discussão, problematização e enfrentamento social, tendo em vista os constantes conflitos raciais em contexto nacional e internacional.

A Unilab, com seu projeto de internacionalização e de integração junto aos países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tem se constituído, desde 2010, como um profícuo espaço de investigação acerca das relações étnico-raciais, sobretudo por colocar em contato diferentes culturas, o que permite a configuração de espaços muitas das vezes marcados por conflitos de ordens diversas. É

circunscrita a este cenário que surge nossa motivação para investigar a representação social sobre o racismo no discurso de discentes moçambicanos.

Deste modo, a seguir, abordamos algumas transformações de caráter sócio-histórico referentes ao conceito de raça a partir de teorias que ofereceram a sustentação e a transposição (ou ainda o entrecruzamento) do referido conceito no âmbito das teorias biologizantes para as teorias sociais. Posteriormente, estabelecemos o diálogo entre autores de áreas variadas a respeito do conceito e do fenômeno do racismo.

2.2.1 Raça e teorias raciais

O termo raça, antes de ser utilizado da maneira como as teorias biologizantes propagaram-no no final do século XVIII e no longo do século XIX, esteve relacionado, ainda entre os séculos XVI e XVII, a pessoas conectadas por uma origem comum, conforme constatamos em Guimarães (2009). Nessa mesma esteira, Monsma (2016, p. 43), ancorado em Banton (1977), destaca que o referido termo se ligava a um tipo de linhagem ou ascendência de um determinado grupo, permitindo:

(...) referir-se aos descendentes de um indivíduo como uma raça, como na referência bíblica à “raça de Abraão”. Várias aristocracias se pensavam como descendentes de conquistadores forasteiros com “sangue” superior – por exemplo, os descendentes dos francos na França ou dos cavaleiros teutônicos na Alemanha oriental.

Consoante o autor supracitado, a raça estava vinculava, portanto, à ideia de ascendência e descendência, passando, posteriormente, a definir e associar cada vez mais os povos dominadores como superiores e os povos dominados como aqueles inferiores e que, portanto, deveriam ser subjugados. Não obstante, o trabalho de Monsma (2016) ainda nos mostra que a raça, antes das teorias raciais do século XIX, não se configurava como algo estático ou estritamente associada aos laços sanguíneos de um grupo específico, pois era possível aos indivíduos “adquirem títulos de nobreza, mediante pagamento ou serviços militares” (MONSMA, 2016, p. 44), os quais, em algumas gerações, permitiriam a ascensão dos seus descendentes para outro status social e garantiria a transmissão hereditária das qualidades adquiridas.

Já nos séculos XVIII e XIX, ao discutir o determinismo racial erigido pela Biologia, Munanga (2003) faz referência a teorias como a da hierarquização das raças, baseada em estudos como o do naturalista sueco Carl Von Linné (1707-1778), o Lineu, para quem o *Homo Sapiens* se subdividia em quatro raças, tipificadas pela cor da pele e

por características psicossociais secundárias, em um esquema objetivamente hierarquizante.

Ainda segundo Munanga (2003, p. 09), Carl Von Linné atribuiu aos negros características como “flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo)”, sem controle dos impulsos sexuais, reduzindo-os a estereótipos os quais cumpriam, a princípio, a função de ignorar – e destruir, quando assim o fosse necessário – toda e qualquer subjetividade daqueles que estavam fora do padrão (branco) europeu, empurrando-os para espaços sociais notadamente desiguais.

Ao contrário da imagem atribuída aos indivíduos negros, o europeu seria caracterizado como “musculoso, engenhoso, inventivo e governado pelas leis” (MUNANGA, 2003, p. 09). Dessa forma, todos os saberes ancestrais africanos passaram a ser histórico e ontologicamente marginalizados, na medida em que valores, costumes e comportamentos de vida cristãos e ocidentais permearam a representação do outro e de si mesmo, a partir da Modernidade: sendo o si mesmo branco e o outro preto, ou não-branco, em um quadro biológico de bases cientificamente racistas.

Nesse contexto histórico, a visão biologizante dos séculos XVIII e XIX preparou o terreno necessário para o assentamento de doutrinas raciais, as quais passaram a confrontar a ideia de igualdade, herança do Iluminismo, redirecionando a produção intelectual para um caminho pelo qual aquilo que difere o outro passa a ser ressaltado e combatido. Segundo Schwarcz (1993, p. 62):

No contexto intelectual do século XVIII, novas perspectivas se destacam. De um lado, a visão humanista herdeira da Revolução Francesa, que naturalizava a igualdade humana; de outro, uma reflexão, ainda tímida, sobre as diferenças básicas existentes entre os homens. A partir do século XIX, será a segunda postura mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre o patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais.

Foi também no século XIX que a frenologia, a antropometria e outras pseudoprotociências - às quais se arrogavam a capacidade de determinar, por distinções biológicas secundárias, o caráter, a personalidade e o grau de criminalidade dos indivíduos - ganharam força e desenvolveram estudos segundo os quais as estruturas do crânio e da face poderiam ser associadas às características morais e intelectuais, indicando aqueles que deveriam ser mantidos sob a observação e o controle dos que eram admitidos como portadores de atributos associadas a um modelo de civilização superior.

A emergência dessas pseudoprotociências esteve intrinsicamente relacionada a uma base doutrinária racista que propagou diversos expedientes e elementos de inferiorização dos negros, legitimando práticas, costumes e até mesmo políticas nacionais abertamente opressoras. Tais estudos, como os que ofereceram guarida para as atrocidades do holocausto nazista construído sobre a ideologia de superioridade da raça ariana, encontraram amplo apoio no século XX, ecoando, em grande medida, também neste começo de século XXI. Aqui, retornamos na história e destacamos a expansão marítima europeia que, a partir do século XV, por meio dos projetos coloniais vinculados a preceitos de base cristã, formulou ideologias racistas capazes de justificar, em instância global, a escravização de negros e a implantação do sistema escravagista.

Assim, teorias que postulavam a hierarquização das raças se espalharam amplamente para além da Europa. Duas dessas teorias se destacaram de forma mais proeminente. Uma delas, a monogenista, com grande apoio dos intelectuais até meados do século XIX (SCHWARCZ, 1993), pautava-se em princípios bíblicos e reconhecia a humanidade como uma raça única, de origem comum, com graus diferentes de evolução. Nesse sentido, mesmo as raças admitidas como inferiores poderiam alcançar patamares mais avançados na escala evolutiva, justificando a “intervenção” de grupos pertencentes a raças que já se consolidaram, dentro da perspectiva eurocêntrica, como modelos de civilização.

A versão poligenista, por outro lado, alicerçada nos avanços e nas transformações que ocorriam nas ciências biológicas, a partir da metade do século XIX (SCHWARCZ, 1993), afirmava a subdivisão da espécie humana em raças exclusivamente superiores ou inferiores. Os intelectuais que se filiavam a essa corrente de pensamento determinista enxergavam a miscigenação como algo danoso, colocavam-se favoráveis à manutenção da raça pura, sobretudo porque acreditavam que os indivíduos miscigenados herdariam com maior proeminência as características negativas referentes à raça tida como inferior.

Com a publicação de *A origem das espécies*, em 1859, ambas as interpretações – monogenista e poligenista – assumem um modelo evolucionista no qual atribuem ao “conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural” (SCHWARCZ, 1993, p. 72). No âmbito político, as interpretações dadas à obra de Charles Darwin serviram como base e justificativa para as ações de caráter imperialista cometidas por nações europeias.

No Brasil, Silvio Romero (1895) foi um dos representantes da escola monogenista. O estudioso defendia a miscigenação racial como uma alternativa para a

elevação, nos mais diversos aspectos (a exemplo do moral e intelectual), da população brasileira. Isso seria possível graças à seleção natural, pois os traços genéticos dos mais fortes ou evoluídos (brancos) se sobressairiam aos traços genéticos dos mais fracos ou não evoluídos (negros e indígenas), permitindo que, em alguns anos, o país fosse composto majoritariamente por brancos. De outro lado, porém, estudiosos como Nina Rodrigues (1899) e Arthur Ramos (1935), defensores das ideias eugenistas e higienistas, manifestaram repúdio à miscigenação, pois acreditavam que o indivíduo híbrido permaneceria um ser degenerado por trazer em si características negativas de raças ontologicamente inferiores.

As teorias raciais supracitadas demonstram o quão recentemente a ideia de raça é tratada na perspectiva de modelos os quais realçam e estigmatizam certas características biológicas secundárias de determinados grupos sociais com o intuito de subjugar-los e subalternizá-los aos controles de outros grupos dominantes. De acordo com Guimarães (2009, p. 31), tendo em vista um amplo campo de análise com diversas vertentes, reforçamos a relevância do conceito de raça como construto sociológico que dissemina ideologicamente a imagem de diferença absoluta e irredutível entre certos indivíduos, e não como o preceito responsável pela ligação dos sujeitos a “um sistema de causação que requeira um realismo ontológico”. Essa imagem fixada na diferença é utilizada como forma de manter a coesão e a estabilidade do grupo frente ao novo, que se torna familiar ao grupo (MOSCOVICI, 1976), mesmo que a esse novo sejam associados elementos negativos.

Justificamos a nossa escolha teórica pelo conceito de raça não como as teorias biologizantes propagavam-no no final do século XVIII e ao longo do século XIX, conforme destacamos, mas no sentido empregado por Ianni (1992, p. 120), para quem:

As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, estradas, ruas, avenidas, praças, campos e construções. Entram em linha de conta caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama de relações sociais.

Ao buscar compreender como ocorreu a produção intelectual brasileira, seu desenvolvimento e seus desdobramentos na seara das relações raciais, com foco sobretudo na forma como os contrastes e as realidades vivenciadas por brancos e negros foram constituídos, Paixão (2014, p. 33) coloca em voga quatro importantes momentos.

O primeiro deles, nas palavras do autor, “seria aquele marcado pelo debate entre Nina Rodrigues e Sílvio Romero”, retratando a mestiçagem e suas consequências na sociedade.

Paixão (2014), nessa abordagem, destaca que Nina Rodrigues estabeleceu severas críticas ao processo de miscigenação (o qual, em sua visão, contribuiria para a formação de sujeitos degenerados) e que Sílvio Romero enxergou na mistura racial, notadamente com o branco europeu, a possibilidade de branqueamento da população brasileira e a formação de sujeitos brancos totalmente adaptados ao trópico, tanto no aspecto racial como também no aspecto cultural.

Conforme abordamos, os debates envolvendo Sílvio Romero e Nina Rodrigues estavam inseridos no contexto das teorias raciais monogenista e poligenista. Torna-se também importante destacar que

“(…) evidentemente a gama de autores que refletiram sobre essa questão não se reporta apenas àqueles pensadores, incluindo também outros tantos, como, por exemplo, Euclides da Cunha, Roquette Pinto e Oliveira Viana, cada qual a seu modo preocupado com o tema da mestiçagem e do branqueamento da população brasileira” (PAIXÃO, 2014, p. 33).

Em um segundo momento dessa produção intelectual, a tradição culturalista, revelada com maior proeminência a partir dos estudos de Gilberto Freyre (1933) e de Arthur Ramos (1935), altera o foco dado aos fatores raciais e o direciona para as questões concernentes à ordem sociocultural. Nessa seara, Gilberto Freyre (1933) classifica o Brasil como uma democracia étnica (termo que, posteriormente, sofre alteração por parte de outros autores, firmando-se a expressão *democracia racial*). Paixão (2016, p. 33) registra o papel relevante que o meio acadêmico norte-americano desempenhou nesse cenário, com destaque para as pesquisas desenvolvidas por estudiosos ligados à Escola de Chicago, conforme verificamos a seguir:

Os autores ligados à tradição da Escola de Chicago – entre outros, Pierson, Wagley, Frazier, Landes –, baseados na teoria do Ciclo das relações raciais, de Robert Park, passaram a entender, de forma solidária à democracia racial, a sociedade brasileira como multirracial de classes.

Paixão (2014) pontua um terceiro momento de produção intelectual acerca das relações raciais no Brasil marcado pelos estudos de Florestan Fernandes (1971), seguido por Octávio Ianni (1966), Fernando Henrique Cardoso (1984), entre outros, a partir dos

quais a democracia racial passa a ser encarada como um mito. O quarto momento, tendo como base os trabalhos de Carlos Hasenbalg (1988) e Nelson do Valle Silva (1988):

(...) foi marcado pelo intensivo uso de indicadores demográficos para a fundamentação das pesquisas e para uma concepção sobre o modo de funcionamento do racismo tal como operante no Brasil, que, se não de todo diferente na tradição inaugurada pelos sociólogos da Universidade de São Paulo (USP), era mais cética quanto à capacidade da modernização da sociedade brasileira, por si só, poder vir a gerar transformações progressistas na seara dos relacionamentos raciais. (PAIXÃO, 2014, p. 34).

Paixão (2014) apresenta alguns caminhos percorridos por estudiosos na busca pela compreensão do campo das relações raciais no país, destacando, a partir do trabalho de Schwarcs (1993), que os estudos empreendidos nessa área, em toda a sua complexidade, englobam muitas outras possibilidades de análises que se encontram para além de uma visão evolucionista ou linear. Ao localizarmos, na História, algumas das transformações envolvendo o conceito de raça, realçamos que, após os esforços científicos no período que sucede o fim da Segunda Guerra, é compartilhada pelos estudiosos, com um alto grau de concordância, a ideia de que raças biológicas não existem.

Assim, a exposição feita até aqui evidencia algumas das transformações referentes ao termo raça e a transposição da ideia de raça da Biologia para o campo que envolve “questões de cunho político e cultural” (SCHWARCZ, 1993, p. 72), garantindo a disseminação da imagem do outro – aquele que foge à norma, ao modelo civilizacional eurocêntrico – atrelada a aspectos negativos. Contudo, destacamos, novamente, que o conceito de raça, enquanto construto sociológico, continua orientando e balizando práticas firmadas nas diferenças físicas atreladas, invariavelmente, a supostos atributos morais dos indivíduos, criando o terreno necessário para a manifestação do racismo, conforme vemos a seguir.

2.2.2 Múltiplos olhares sobre o racismo: debatendo conceitos

O conceito de racismo nos revela importantes contatos e vínculos entre as áreas da História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, entre outras, que oferecem contribuições para desvelar camadas e aspectos do fenômeno em questão. Dessa forma, os estudos sobre o racismo, assim como os estudos em representações sociais, são constitutivamente interdisciplinares, dialogando, diretamente com o nosso objeto de pesquisa. Segundo Munanga (2003, p. 07):

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Com base nessa citação, compreendemos que raça, enquanto construto sociológico, é admitida pelo racista como legitimadora da existência de grupos superiores ou inferiores, considerando-se não apenas os traços físicos (cor da pele, por exemplo), mas também os traços culturais, linguísticos, religiosos e uma gama de outras características que compõem as identidades dos sujeitos.

Para Appiah (1992, p. 06), o racismo pode ser analisado a partir de duas perspectivas: o *racismo intrínseco* e o *racismo extrínseco*. De acordo com o referido autor, os racistas extrínsecos baseiam a sua discriminação entre os povos na crença de que os membros de raças diferentes se distinguem em certos aspectos que autorizam um tratamento diferencial (honestidade, coragem), enquanto os racistas intrínsecos são indivíduos que fazem distinções morais entre sujeitos de raças diferentes porque “acreditam que cada raça tem um status moral diferente, independente das características morais implicadas em sua essência racial”.

Em outras palavras, o racismo extrínseco corrobora a ideia de que há raças superiores e inferiores, justificando a diferença no tratamento de uma pessoa devido ao grupo racial ao qual pertence, enquanto o racismo intrínseco se justifica pelo tratamento diferenciando dos membros da sua própria raça, tratando-os de forma privilegiada. Destacamos que ambas as definições de Appiah (1992), no que dizem respeito ao grupo inferiorizado, atribuem ao fenômeno em questão a ideia de raça como aquela que “empresta um sentido subjetivamente visado à ação social”, conforme lemos em Guimarães (2009, p. 35). Nessa compreensão, a imagem do negro é, portanto, fixada em um conjunto de representações amplamente compartilhadas pelos grupos dominantes, que o aprisionam a estereótipos e lhe dificultam qualquer tentativa de ascensão social, reforçando o contraste entre aqueles que historicamente mantêm privilégios e aqueles subalternizados e alijados de direitos.

Costa (2017, p. 24), pautada nos postulados de Jaccoud (2009), oferece-nos uma análise do fenômeno do racismo a partir do espaço constituído para garantir aos brancos a sua permanência e o seu acesso às ferramentas de mobilidade social, favorecendo, por

outro lado, as barreiras que dificultam e impedem a mesma mobilidade para os indivíduos negros e não-brancos. Segundo a autora:

(...) o racismo perpetua o (a) negro (a) como pobre, subalterno (a), inferior e o (a) branco (a) como ideal, portanto, o racismo coloca em xeque a noção de mérito: não é simplesmente por esforço pessoal que a população branca ocupa esse lugar, ela o tem herdado historicamente.

Dessa forma, o topo da pirâmide social é incontestavelmente o lugar padrão da branquitude, o espaço destinado, naturalmente, para aqueles que carregam as marcas da civilização europeia. Compreendemos a branquitude em perspectiva multidimensional, consoante Frankenberg (1993, p. 01, apud DIANGELO, 2011, p. 56), para quem:

A branquitude é um local de vantagem estrutural, de privilégio racial. Em segundo lugar, é um "ponto de vista", um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham para nós mesmos, para os outros e para a sociedade. Em terceiro lugar, a "branquitude" refere-se a um conjunto de práticas culturais que geralmente não são marcadas e nem nomeadas.⁹ (tradução nossa)

O negro, ao romper com as barreiras nas quais historicamente foi aprisionado, seria, ainda assim, o corpo estranho, pois se encontraria fora dos espaços estruturalmente concebidos para os grupos dominantes. De acordo com Costa (2007, p. 32):

Não à toa há aquela cobrança que, reativamente, muitas vezes a pessoa negra se faz, a de ser a melhor, se não o for, consciente ou inconscientemente, carregará o peso de constranger todos os negros. Negros são convocados a lidar com o fato de serem racializados.

Por sua vez, o branco, ao cometer algum erro, não é transposto para o que compreendemos como uma *coletividade essencializada*, pelo contrário, é visto e julgado enquanto indivíduo. A mesma lógica não se aplica ao negro que, diante de algum erro cometido, torna-se portador das falhas e da vergonha de todos os outros negros (COSTA, 2007). Nesse seguimento, a norte-americana Robin DiAngelo (2011, p. 56), estudiosa da branquitude, traz uma outra definição sobre o racismo que se enquadra de maneira pertinente neste trabalho. A autora destaca que:

Embora as definições convencionais do racismo sejam tipicamente alguma variação do "preconceito racial" individual, que qualquer uma de qualquer raça pode ter, os estudiosos da *branquitude* definem o

⁹ Tradução nossa de: "Whiteness is a location of structural advantage, of race privilege. Second, it is a 'standpoint', a place from which White people look at ourselves, at others, and at society. Third, 'Whiteness' refers to a set of cultural practices that are usually unmarked and unnamed".

racismo como estruturas, ações e crenças econômicas, políticas, sociais e culturais que combinam e perpetuam a distribuição desigual de privilégios, recursos e poder entre pessoas brancas e pessoas de cor..¹⁰

Assim, a estudiosa supracitada, ao tratar o que nomeia de *White Fragility*¹¹, aponta que as relações de dominação fazem parte de processos sociais por meio dos quais privilégios, em toda a sua amplitude, são mantidos pelos grupos dominantes, reforçando o quadro de disparidades sócio-político-econômicas dos indivíduos negros. Conforme abordaremos adiante, ancorando-nos em van Dijk (2010), essas complexas dinâmicas envolvendo a manutenção do local de segurança do branco, bem como a sua dificuldade de compreender a realidade do negro, em muito contribuem para que o racismo seja negado e perpetuado.

Joana Gorjão Henriques (2016) no livro *Racismo em Português: o lado esquecido do colonialismo*, ao trazer uma série de entrevistas realizadas em cinco países africanos (Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique), demonstra alguns dos muitos efeitos das práticas coloniais nessas sociedades e o modo como o racismo perpassa as relações contemporâneas, criando tensões e conflitos. Partindo dessas entrevistas, e evocando, a princípio, os postulados de Hanna Arendt (1944), o historiador Miguel Bandeira Jerónimo (2016), no posfácio da obra supracitada, expõe o racismo como “um produto do imperialismo, não do pensamento racial” (JERÓNIMO, 2016, p. 215). Nesse sentido, o racismo:

Ganharia vitalidade e dimensão fora das torres de marfim acadêmicas, sendo resistente às verificações e correcções que nas últimas eram esgrimidas. O seu argumentário – plástico e em permanente negociação e contestação – sobreviveria a uma biblioteca de refutações. (JERÓNIMO, 2016, p. 215)

Embora contemos com uma quantidade considerável de argumentos científicos, a permanência do racismo na atualidade continua se impondo como um grande desafio a ser superado em nível global. Isso se deve, em certa medida, ao modo como a ideologia racista foi capaz de penetrar nas instituições sociais em contextos variados (imperiais,

¹⁰ Tradução nossa de: “Although mainstream definitions of racismo are typically some variation of individual “race prejudice”, which anyone of any race can have, Whitness scholars define racismo as encompassing economic, political, social, and cultural structures, actions, and beliefs that systematize and perpetuate an unequal distribution of privileges, resources and power between White people and people of color”.

¹¹ Fragilidade branca (tradução nossa).

coloniais, pós-coloniais), consolidando-se em *regimes de diferença* que permitem que tal fenômeno continue interferindo no modo como as alteridades são constituídas e os sistemas de privilégios são mantidos (JERÓNIMO, 2016). Salientamos que o termo ideologia empregado neste trabalho está ancorado no que apregoa van Dijk (2008, p. 53), para quem a ideologia pode ser compreendida como:

(...) uma forma básica de cognição social compartilhada pelos membros de um grupo, representando identidade de grupo, ações grupais e seus objetivos, normas e valores grupais, relações com outros grupos, e a presença ou ausência de recursos grupais.

Ideologias racistas ou antirracistas podem orientar atitudes partilhadas no interior dos grupos e influenciar, a partir do discurso desses grupos, as relações sociais e, conseqüentemente, os modelos mentais dos indivíduos, suas crenças e representações. O discurso, portanto, tendo como base os postulados de van Dijk (2008), influi diretamente na (re) produção de ideologias capazes de tornar mais ou menos estabilizado o local social ocupado por determinados grupos.

A permanência do racismo na atualidade – especialmente no caso brasileiro – é tratada pelo sociólogo Karl Monsma (2016), a partir da análise de cinco aspectos da realidade social, quais sejam: *instituições racializadas*, *redes sociais racializadas*, *representações e ideologias racializadas*, *rotinas de interação racializadas* e o *habitus racial*. Ao iniciar a sua argumentação pelas *instituições racializadas*, o autor destaca a abrangência do Estado, que vai além das “leis que racializam, discriminam ou visam combater o racismo” (p. 59), demonstrando a incorporação de categorias raciais em instâncias variadas e na conseqüente mitigação das evidências que comprovam a continuidade da discriminação racial no país, gerando políticas de caráter universalistas que corroboram a manutenção das desigualdades.

Monsma (2016) chama a atenção para as categorias raciais que podem penetrar as instituições sociais, a exemplo das escolas, das igrejas e da família, direcionando ações pautadas na diferenciação – e inferiorização – racial. Assim, a título de exemplo, referindo-nos à escola, o professor, ao internalizar categorias raciais, poderá tratar de forma diferente – não necessariamente de forma explícita – o aluno negro ou atribuir a ele expectativas de aprendizado inferiores em relação aos alunos brancos.

As *redes sociais racializadas*, que encontram guarida na sociedade racista e permeiam as redes sociais de amizade, família, trabalho, constituem-se em outro aspecto

analisado pelo autor. Elas intensificam as trocas de favores entre os seus membros e garantem o grau de acesso às informações que possam ser vantajosas para os indivíduos. No Brasil, “as redes tendem a incluir brancos, negros e mestiços, mas os negros e mestiços se concentram nos setores subordinados e periféricos das redes” (MONSMA, 2016, p. 60), usufruindo, em menor intensidade, as vantagens oriundas desses contatos. Tais redes representam também o sistema de dominação atrelado à permanência do espaço social de privilégio erigido para o branco.

Ao tratar dos aspectos envolvendo as *representações e ideologias racializadas*, o autor critica a ênfase dada aos estudos de ideologias raciais patentes pulverizadas por intelectuais e que se encontram “quase sempre explicitadas em livros” (MONSMA, 2016, p. 61). Registra-se, ainda, a importância de se atentar para fenômenos que se apresentam de forma menos consciente, vinculados, a grosso modo, a estereótipos raciais e a ideologias, muitos dos quais presentes no senso comum, que exercem significativa influência na dominação racial. Neste sentido, para exemplificar o exposto, Monsma (2016) evoca a influência sofrida por muitos intelectuais, no século XIX, em relação às teorias raciais, enquanto, no mesmo período, grande parte dos brancos na América continuavam se baseando na maldição bíblica de Cam¹² para justificar o tratamento desigual destinado aos negros.

As rotinas de interação racializadas dizem respeito às normas que se propõem a regular o comportamento daqueles racialmente subalternizados, delimitando o que podem ou não fazer nos diversos níveis institucionais, ao mesmo tempo em que garante a dinâmica interna do grupo dominante e determina o lugar do outro (MONSMA, 2016).

Por fim, Monsma (2016) nos traz o *habitus racial*, caracterizado como as categorias raciais internalizadas que se reproduzem “na forma de disposições, esquemas de percepção e estratégias de ação que reforçam e legitimam a dominação racial” (MONSMA, 2016, p. 62). O *habitus racial* pode congrega todos os outros quatro aspectos citados anteriormente, conferindo a ele uma certa estabilidade ao longo do

¹² De acordo com Munanga (2003, p. 08) “(...) a primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo anti-negro”.

tempo, mesmo diante de mudanças institucionais, permitindo a estabilização e a reprodução do racismo.

Do campo da Sociologia para o campo da Análise do Discurso Crítica, van Dijk (2010, p. 134) nos apresenta o fenômeno do racismo como “um complexo sistema social de dominação” inserido em uma lógica discursiva repleta de estratégias que corroboram a outro-representação negativa, na medida em que projeta uma imagem positiva do grupo dominante (branco) e justifica práticas de subalternização das minorias. O discurso, portanto, entendido aqui como um momento da prática social, a exemplo da fala e da escrita, contribui para a estruturação das bases do que servirá como espaço privilegiado de disputa de poder e manutenção do *status quo* de alguns grupos em relação a outros. O autor enfatiza a influência exercida pelo discurso nas estruturas cognitivas dos indivíduos e, por conseguinte, nas suas ações, que contribuirão em maior ou menor grau para a perpetuação do racismo.

Segundo os estudos de van Dijk (2010), o sistema de opressão que caracteriza o racismo é dividido em dois subsistemas. O primeiro deles, o social, está atrelado às práticas sociais discriminatórias em nível micro (local) e em nível macro com as relações de abuso de poder perpetradas por organizações e grupos hegemônicos. No segundo subsistema, o cognitivo, a despeito de as práticas discriminatórias ou o racismo cotidiano serem perceptíveis, é preciso considerar a base mental ou cognitiva na qual preconceitos e ideologias racistas se instauram e se estabilizam. Segundo van Dijk (2010, p. 135):

O discurso também desempenha um papel fundamental para essa dimensão cognitiva do racismo. As ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala. E vice-versa: essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante. Esse é essencialmente o modo como o racismo é “aprendido” na sociedade.

Norteados por esse pensamento, reconhecemos, no empreendimento metodológico da análise discursiva, a possibilidade de desvelar camadas que integram o fenômeno do racismo e se encontram, muitas vezes, implícitas e camufladas nas práticas sociais. Acontecimentos ao longo da história da humanidade, como as atrocidades cometidas durante o período no qual negros eram escravizados, condenados ao trabalho compulsório – força motriz diretamente ligada à estruturação de sociedades ocidentais

modernas –, ou, atualmente, o genocídio do negro dentro do contexto social brasileiro (NASCIMENTO, 2016), impulsionaram o surgimento de legislações e a criação de um consenso entre os indivíduos no qual reconhecer-se racista ou demonstrar-se racista implica ir contra os valores morais vigentes, favorecendo a consolidação de uma autoimagem negativa do indivíduo na sociedade.

Isso não quer dizer que atitudes racistas não possam ser constatadas de maneira explícita, como é possível averiguar em inúmeros casos divulgados pela mídia, mas que diversas estratégias discursivas podem ser mobilizadas para negar ou mitigar tais atitudes, apesar das evidências.

Assim, as negações do racismo “apresentam tanto uma dimensão individual, como social” (VAN DIJK, 2010, p. 158). A dimensão individual está relacionada à informalidade das conversações diárias, enquanto a dimensão social é característica do discurso público, responsável pela formulação persuasiva de representações sobre as minorias. Notamos que, em ambas as dimensões, a autoapresentação positiva, bem como a utilização de ressalvas nos discursos, adquire papel central no gerenciamento da imagem do indivíduo que deseja evitar uma avaliação negativa sobre a sua personalidade. Ao tratarmos das ressalvas, não raramente nos deparamos com falas do tipo “*os alunos africanos não se envolvem em confusões, mas...*”, nas quais a conjunção adversativa “mas” e seu complemento se tornam reveladores de tomadas de posição racistas assentadas na cognição dos sujeitos.

Do mesmo modo, Fanon (1969, p. 36) chama a atenção para o racismo que não se expressa sem a utilização e a articulação de disfarces, isso porque, de acordo com o autor, “o propósito do racista já se tornou um propósito assombrado pela má consciência”, o que favorece, de certa maneira, a movimentação de estratégias para que a sua imagem seja preservada, conforme apresentamos nos postulados de van Dijk (2010).

É também na linguagem – enquanto uma das formas de criação de significados e compreensão do mundo – que ocorre a legitimação do espaço social do negro. A potência da linguagem reconhecida por Fanon (2008), e dos paradoxos que surgem a partir disso, também se associa a mecanismos que aprisionam e subjagam o outro, incapaz de se enquadrar nos parâmetros estabelecidos pelos brancos. A leitura do referido estudioso é significativa, pois ilustra, como já abordamos, um espaço fixo de diferença – ou *regimes de diferença*, conforme Jerónimo (2016), criados por poderes hegemônicos os quais, para além do campo da linguagem, agem no sentido de tornar o outro, em toda a sua completude, um permanente estranho.

No livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, cuja primeira edição no Brasil é datada de 1978, Nascimento (2016) já nos revelava alguns dos muitos artifícios utilizados pelos brancos na inferiorização dos afrodescendentes. Aqui, cabe mencionarmos o mito da democracia racial desconstruído pelo autor ao abordar as desigualdades raciais que, em solo brasileiro, adquirem características muito distintas quando comparadas com as de outros países. Após praticamente 40 anos desde a primeira edição, a obra de Nascimento (2016) continua balizando importantes estudos e debates sobre a discriminação racial e o racismo à brasileira, mostrando-se atual na medida em que é possível constatar as enormes disparidades sociais entre brancos e negros, apesar de certos avanços. A esse respeito:

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, foi fundamental ao mostrar em suas publicações a melhora consistente, no decorrer do século XX, de indicadores sociais como os de renda, analfabetismo e escolaridade para a população geral, mantendo, entretanto, de forma rígida e constante os diferenciais entre negros e brancos. Nitidamente, as políticas sociais de impacto universal, responsáveis pela melhoria no quadro geral, não funcionaram para diminuir as desigualdades. (NASCIMENTO, 2016, p. 213)

Os recentes dados referentes às desigualdades raciais no Brasil corroboram os postulados de Nascimento (2016), ao mesmo tempo em que trazem à tona a impreterível urgência de se pensar – e efetivar – novas políticas públicas de combate à discriminação racial no país. Nessa mesma esteira, Guimarães (2009) reforça a importância da esfera política na quebra das condições que garantem a reprodução do racismo, em um esforço intercalado com outras instituições sociais por se tratar – o racismo – de um problema de ordem estrutural. Nas palavras de Guimarães (2009, p. 59):

O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio das desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas.

Nos termos desta pesquisa, acrescentamos à citação supracitada as desigualdades oriundas das diferenças raciais notadamente impostas aos discentes africanos na Unilab – mais especificamente os moçambicanos – devido, principalmente, à marca estampada na pele: a cor. A seguir, discorreremos sobre como a cor da pele se constituiu um elemento primordial para a disseminação de práticas discriminatórias e racistas no Brasil.

2.2.3 Os significados da cor no Brasil: o racismo institucional

Ao propormos um trabalho de pesquisa sobre o racismo manifestado em solo brasileiro, foi necessário, para além de compreender os processos históricos que envolvem a própria conceituação de racismo, em nível amplo, atentarmos para as formas e para as condições distintas que garantem aqui a reprodução desse racismo. Na seção anterior, expusemos, objetivamente, o desenvolvimento de algumas teorias raciais que atravessaram o Atlântico e passaram a definir o tom das relações sociais no Brasil. Também discutimos alguns aspectos e algumas conceituações acerca do fenômeno do racismo, a partir da abordagem de autores que dialogam em perspectiva interdisciplinar.

Evidentemente, a escravização de africanos e o sistema escravista norteamerico modo como as representações sobre os negros foram sendo construídas a partir de atributos negativos amplamente compartilhados pelos grupos dominantes. Em outras palavras, tais representações cumpriam – e cumprem – a função de garantir a manutenção de uma lógica social que se propõe permanente e se ancora na exclusão de grupos subalternizados.

Consoante Fernandes (1972), Nascimento (2016) e Costa (2017), é incontestado o reconhecimento de algumas especificidades constitutivas do *racismo à brasileira*. Não se trata, porém, da criação de escalonamentos de um tipo de racismo pior ou mais danoso, quando analisado e comparado com o mesmo fenômeno em outras partes do mundo. Partindo da obra seminal de Fanon (2008), *Pele Negra, Máscaras Brancas*, e levando em consideração os trabalhos recentes na área em Psicologia Social (PIZA *et al.*, 2016), o racismo, apesar de manifestado em diferentes situações e de diferentes formas, gera em todas as instâncias sofrimento psíquico e age no impedimento da mobilidade social do negro ou do não-branco (COSTA, 2017).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, foram muitos os empreendimentos no meio científico voltados a compreender as origens e as consequências das atrocidades cometidas naquele período, em especial o holocausto. Nesse contexto, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, a imagem do Brasil, enquanto *laboratório da civilização* – expressão cunhada pelo historiador norte-americano Rudiger Bilden –, ou como um país modelo, referindo-se à ideia de harmonia entre as raças, ganha projeção internacional, fortalecendo, em diversos pesquisadores, o interesse em investigar as influências do passado escravocrata em uma sociedade inserida em intensos processos de modernização (MAIO, 1999).

Assim, ganha forma o Projeto Unesco, como se convencionou chamar. Realizado nos anos de 1951 e 1952, tal projeto congregou nomes como Giórgio Mortara, Ruy Coelho, Otto Klineberg, apenas para citar alguns, e contribuiu de maneira significativa para a institucionalização das ciências sociais no Brasil. A partir das análises sistemáticas acerca dos diversos grupos raciais e étnicos, os estudos patrocinados pela Unesco reconheceram aquilo já vivenciado na prática por brasileiros de cor: o preconceito racial.

O preconceito racial no Brasil é denominado por Oracy Nogueira (2006) como *preconceito de marca*, isso porque, segundo o autor, diferentemente dos Estados Unidos, onde o preconceito racial está intrinsecamente relacionado à ascendência negra do indivíduo (valendo a regra do *one drop blood*¹³), no Brasil, o preconceito racial se manifesta, principalmente, a partir de características fenotípicas associadas ao negro, sobretudo a cor da pele, o cabelo, o formato do nariz e os lábios.

Dentre os vários aspectos do preconceito de marca levantados por Nogueira (2006), destacamos a mestiçagem como um fator que pode favorecer o trânsito do indivíduo mestiço de pele clara, portador de traços majoritariamente caucasianos, nos espaços e nos círculos sociais dos brancos. O mesmo não ocorre com aqueles de traços negroides, que sofrem de maneira mais intensa a discriminação racial, mesmo quando conseguem transitar em tais espaços.

Ao longo da história, as ideologias racistas fizeram do negro um corpo estranho, detentor de estigmas que afirmam a sua constitutiva inferioridade em relação ao branco. Isso, no entanto, não impede o estabelecimento de laços afetivos entre indivíduos inter-raciais, possibilitando, por parte dos brancos, o uso ainda frequente da conhecida frase “*não sou racista, tenho até amigos negros*” na tentativa de firmar a ideia de uma suposta igualdade racial. Nogueira (2006) retrata que, apesar dos laços afetivos com os negros, é comum que o branco continue pautando a sua visão sobre os demais sujeitos negros a partir de representações racistas, procurando evitar, quando confrontado, o debate acerca da temática racial.

Como dito, o fenômeno do racismo se mostra como componente estrutural da sociedade brasileira. Ao refletirmos a respeito do modo como tal fenômeno perpassa as instituições sociais, deparamo-nos com a sua atuação em diferentes níveis – pessoal, interpessoal e institucional –, conforme explicita Jones (2000).

¹³ Uma gota de sangue.

No nível pessoal, como já abordado, o racismo promove a inferiorização dos sujeitos que se encontram fora dos grupos hegemônicos e que firmam, dentro desses mesmos grupos, condutas que garantem a manutenção do *status quo* dos seus membros.

No nível das relações interpessoais, destacam-se as ações geradas a partir de práticas racistas que podem variar desde a falta de respeito em relação ao indivíduo negro até a sua desumanização. A omissão e a inércia de muitos indivíduos diante de situações que expressam o racismo também demonstram o quanto os problemas oriundos dos conflitos raciais se encontram arraigados nas instituições sociais, fazendo com que tais problemas sejam ignorados ou sejam veementemente negados.

Por fim, no nível institucional, sobre o qual discorreremos a seguir, o racismo influencia na distribuição irregular dos bens materiais disponíveis na sociedade, dificulta o acesso dos indivíduos não brancos a políticas de qualidade e mantém a hegemonia dos grupos dominantes.

O conceito de racismo institucional foi cunhado em 1967 por Stokely Carmichael e Charles Hamilton, integrantes do grupo estadunidense *Panteras Negras*, que o definiram como sendo a “falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967, p. 04). A partir dessa definição, e ancorados em autores como Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d’Adesky (2002), compreende-se que o racismo institucional implica na regulação dos recursos gerados pelo Estado, que permanecem em grande medida sob controle dos grupos hegemônicos. No âmbito das instituições e organizações públicas ou privadas, a exemplo das universidades, o racismo institucional favorece a produção e reprodução da hierarquia racial, estimulando mecanismos de exclusão seletivos e profundos.

Ao buscarmos a compreensão do conceito de racismo, um dos alicerces deste trabalho, chamamos a atenção para as suas diferentes abordagens, em diferentes áreas do saber. Para o antropólogo Munanga (2003, p. 07), o racismo é uma “ideologia essencializada” capaz de promover a divisão dos grupos humanos a partir da ideia de raça que, por sua vez, está atrelada às características morais e psicológicas dos indivíduos. O racismo, na visão do autor, não se é um fenômeno associado exclusivamente às características fenotípicas, pois também atravessa a subjetividade dos indivíduos, inferiorizando as suas práticas sociais e a maneira como se relacionam com outros indivíduos.

Van Dijk (2010, p. 134) caracteriza o racismo como um “complexo sistema social de dominação”, imerso em uma lógica discursiva que favorece a polarização ideológica, a formação de uma imagem positiva do endogrupo (*nós*), na medida em que o exogrupo (*eles*) é representado de forma negativa. Nesta pesquisa, as nossas análises estão alicerçadas no conceito de racismo apresentado por van Dijk (2010), por reconhecermos na abordagem discursiva proposta pelo autor a possibilidade de desvelar as diversas camadas do fenômeno em questão.

Ao nos ancorarmos nos postulados de van Dijk (2010), admitindo o racismo como um sistema de dominação, estamos também firmando a nossa compreensão de que tal fenômeno, de fato, mostra-se como um problema de ordem estrutural, perpassando todas as instituições sociais – daí a sua complexidade –, orientando a formação ou a reformulação de representações sociais sobre grupos sociais historicamente marginalizados, como vemos nos exercícios analíticos apresentados a seguir. Antes, contudo, apresentamos notas metodológicas que contextualizam, do ponto de vista procedimental, nossa pesquisa.



“(...) aqui, a gente vive diretamente o racismo, eu já ouvia na novela, falando que o racismo existe, essas coisas existem, mas vivenciar na pele eu tô a viver aqui (...)”

3 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE O RACISMO: NOTAS METODOLÓGICAS E EXERCÍCIOS ANALÍTICOS

Neste capítulo, apresentaremos a metodologia desta pesquisa e as análises dos dados que emergiram a partir das técnicas utilizadas (evocação livre de palavras e entrevista aberta). Para tanto, tomamos como base os fundamentos teóricos concernentes às representações sociais, principalmente no que se refere à Teoria do Núcleo Central, proposta por Abric (1994), e ao racismo, consonante a abordagem de van Dijk (2010) integrada a de outros estudiosos. Em um primeiro momento, caracterizamos a pesquisa quanto à sua abordagem, sua inserção nos estudos interdisciplinares, as técnicas e os procedimentos analíticos empregados no tratamento dos dados.

Logo, segue a contextualização dos sujeitos e do ambiente da pesquisa, os dados levantados pelo Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e a análise de 3 narrativas de vida em diálogo com os termos mais salientes do TALP, os quais estruturam a representação social sobre o racismo do grupo de discentes moçambicanos na Unilab. Quanto às narrativas de vida, ressaltamos que não foi feita uma transcrição conservadora, alguns trechos foram suprimidos e o seu tamanho sofreu alterações (cortes), devido ao tempo que dispusemos para executar as transcrições. Por fim, realizamos uma síntese do observado, traçando os principais contatos estabelecidos entre as narrativas de vida e os termos estruturantes da representação sobre o racismo.

3.1 Notas metodológicas

3.1.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa a caracteriza como uma investigação sociodiscursiva, de natureza qualitativa, realizada a partir de procedimentos de análise (interpretação e descrição) dos dados gerados através de aplicação de Teste de Associação Livre de Palavras e de realização de entrevista aberta para coleta de narrativas. Tais procedimentos foram executados de modo sequencial e integrado, a fim de permitir o diálogo entre eles e os resultados alcançados.

O surgimento do TALP como técnica de geração dos dados está relacionado aos esforços de Jean Claude Abric que, em 1976, propôs uma abordagem estruturalista das representações sociais em complemento à teoria moscoviana. Trata-se da Teoria do Núcleo Central (TNC) que, consoante Sá (2015), reconhece a constituição da representação social como entidade unitária regida por um duplo sistema (o sistema

central e o sistema periférico), no qual cada parte tem uma função específica: evidenciar o que há de mais coletivo e o de mais individual em uma representação.

Sá (2015, p. 213-215), ancorado nos postulados de Abric (1994), entende o sistema central de uma representação como sendo formado por um núcleo que apresenta quatro características preponderantes, a saber:

1) é marcado pela memória coletiva, refletindo as memórias sócio-históricas e os valores do grupo; 2) constitui a base comum, consensual, coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo social; 3) é estável, coerente e resistente à mudança, assegurando, assim, a continuidade e a permanência da representação; 4) é relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta. Suas funções são gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos.

Do mesmo modo, ainda segundo Sá (2015, p. 214), o sistema periférico de uma representação é formado por elementos mais subjetivos e “1) permite a integração das experiências e histórias individuais; 2) suporta a heterogeneidade do grupo e as contradições; 3) é evolutivo e sensível ao contexto imediato”. Destacamos que coube a Flament (2001), outro teórico com visão estruturalista a respeito das representações sociais, mostrar que, ao lado do núcleo central, existem elementos periféricos que podem ser considerados esquemas importantes no funcionamento das representações.

Os estudos relacionados à Teoria do Núcleo Central ofereceram outras possibilidades de análise e compreensão dos fenômenos de representação social, contribuindo significativamente para que este campo de estudo fosse respaldado por abordagens teóricas e metodológicas cujos escopos permitem um delineamento mais claro acerca do modo como as representações são estruturadas. O Grupo do Midi (do Sul da França, Mediterrâneo), como se convencionou chamar, formado por Abric (1994) e outros importantes estudiosos, esteve envolvido em pesquisas direcionadas às “manifestações concretas dos próprios fenômenos de representação social, com o propósito de prover explicações internamente lógicas e coerentes com os dados empíricos” (SÁ, 2015, p.226). Destacamos que as muitas críticas direcionadas a Moscovici (1976) por este não ter se aprofundado em questões conceituais e metodológicas foram ressignificadas pelas investigações realizadas pelo Grupo do Midi, muitas das quais estavam assentadas em técnicas de associação livre de palavras (TALP), permitindo identificar a composição estrutural de uma representação.

Como já registrado, elencamos, para esta pesquisa, como um primeiro procedimento de coleta de dados, a aplicação do TALP, que consistiu na evocação livre, pelos sujeitos, de palavras enunciadas em contexto discursivo - de discussão e debate - a respeito do racismo, as quais foram, posteriormente, organizadas e hierarquizadas, de modo a evidenciar os elementos que sustentam e organizam a representação analisada. Essa técnica, de acordo com Abric (1994, p. 59), “permite atualizar elementos implícitos ou latentes que seriam sufocados ou mascarados nas produções discursivas” (ABRIC, 2001, p. 59).

Alinhados à perspectiva apresentada por Dieb (2004), por sua vez ancorado nos postulados de Abric (1994), percebemos que, nesse procedimento, há inúmeras possibilidades de desvelamento dos elementos da representação. Nesse sentido, Dieb (2004, p. 79) destaca que uma representação social “sinaliza para uma organização de elementos que lhe estruturam e conferem um sentido”, não sendo possível, portanto, que tal representação seja descrita “sem a identificação desses elementos e sem a análise da significação proporcionada por eles”. Nesse tocante, reconhecemos que não basta apenas a descrição daquilo que compõe a representação, pois isso não é suficiente para compreendê-la em suas dimensões, sendo preciso que nos debruçemos sobre as significações outras dos elementos identificados a partir de técnicas de geração de dados diversas, como o estudo de narrativas orais por meio da coleta de narrativas de vida.

A partir de Bertaux (1980), compreendemos o método da História de Vida como um procedimento metodológico que considera, sobretudo, as subjetividades que emergem das narrativas compartilhadas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, estimulando uma maior aproximação do pesquisador da realidade por eles vivenciada. Neste sentido, o que interessa ao pesquisador é o modo como o sujeito enxerga, traz à tona e evidencia determinados aspectos da sua vida.

Apoiadas em Chizzotti (1991), Spindola e Santos (2003, p. 121) destacam que:

A utilização da História de Vida como abordagem metodológica vem evoluindo continuamente. Foi introduzida no meio acadêmico, em 1920, pela Escola de Chicago e desenvolvida por Znanieski, na Polônia. A partir da década de 60, esse método de pesquisa procurou estabelecer as estratégias de análise do vivido, constituindo um método de coleta de dados do homem no contexto das relações sociais

A história de vida proporciona a emergência de valores e posicionamentos que refletem as práticas sociais atreladas ao modo como o indivíduo se insere e age no mundo e no grupo do qual é parte (BERTAUX, 1980). Ao caracterizar tal método, evidencia-se

o seu caráter histórico (o relato é atravessado por temporalidades que o direciona para o tempo histórico), dinâmico (incorpora os processos de mudança das relações sociais) e dialético (teoria e prática se encontram e estabelecem diálogos durante a pesquisa), o que mostra a relevância desse método para o estudo de representações sociais.

A entrevista aberta é a técnica utilizada para a coleta de dados na História de Vida, partindo de um tema gerador por meio do qual o entrevistado tem a liberdade de desenvolver o assunto em qualquer direção, da maneira como achar mais conveniente, sem necessariamente seguir uma ordem cronológica rígida referente às experiências vivenciadas e compartilhadas. O pesquisador deve interferir o mínimo possível no momento em que o entrevistado estiver expondo as suas narrativas. É o entrevistado, não o entrevistador, quem direciona a situação, falando sobre o que julgar mais importante e definindo o momento de finalização do processo. Assim:

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias. É bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante (BONI, QUARESMA, 2005, p. 74)

Na entrevista aberta, o pesquisador evita interferir no modo como o sujeito conduz a própria narrativa, como já abordamos, mas isso não implica a adoção de uma postura passiva. Bertaux (1980) reforça o exposto ao registrar a importância da escuta atenta e da possibilidade de o pesquisador solicitar ao narrador o aprofundamento ou o esclarecimento em relação a um determinado aspecto presente na narrativa. Tornando-se necessária a intervenção, o entrevistador deve realizá-la de maneira sutil, buscando incentivar, e não inibir, a fala do entrevistado.

O contato prévio do pesquisador com os sujeitos também permite a formação de um canal de comunicação assentado no sentimento de empatia e identificação, de ambos os lados, tornando possível que o narrador se sinta à vontade para tocar em assuntos mais íntimos ou delicados. Nesse sentido, Glat (1989) nos lembra que o passado, revisitado pelo participante da pesquisa, será reformulado e reconstruído por meio do prisma do tempo presente, permitindo que venham à tona (auto) reflexões permeadas por crenças, valores relacionados também ao grupo do qual o sujeito é parte.

Em nossa pesquisa, os dados gerados foram interpretados considerando categorias e procedimentos analíticos dispostos a seguir:

Quadro 1 - Categorias analíticas

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Vetores lexicais	Estruturas linguísticas (termos ou expressões) que atuam como vetores da representação, a exemplo de substantivos, adjetivos, verbos e locuções, das quais os sujeitos se apropriam, em seu discurso, para se referir ao que compreendem como racismo.
Temas	Conteúdos proposicionais que evidenciam a constituição da representação e que emergem a partir do recorte das falas em um dado contexto de interação.
Posicionamentos	Tomadas de posição (atitudes, nos termos da Psicologia Social) que evidenciam as condições de produção da representação do ponto de vista dos sujeitos membros do grupo em questão.

Fonte: elaboração nossa.

Quadro 2 - Procedimentos analíticos

PROCEDIMENTOS	DESCRIÇÃO
Análise dos vetores lexicais que sistematizam os elementos centrais e periféricos da representação social sobre o racismo (re) produzida no discurso dos sujeitos selecionados	A fim de analisar a significação dos vetores lexicais que sumarizam a representação social em questão, aplicamos o TALP solicitando a cada membro do grupo que registrasse, em um formulário previamente elaborado, as quatro primeiras palavras que lhe viessem à cabeça ao ouvir o termo indutor “racismo”. Na sequência, foi solicitado ao mesmo sujeito que organizasse as palavras de 1 a 4 por ordem de importância. O procedimento foi repetido com cada um dos 24 membros do grupo social.
Descrição dos elementos temáticos que constituem a representação social sobre o racismo	A fim de descrever a representação social sobre o racismo, mapeamos os tópicos que evidenciam temas e subtemas atinentes ao discurso dos sujeitos. O TALP nos permitiu a descrição dos temas, um a um,

	que evidenciaram o conteúdo proposicional da representação analisada.
Exame dos posicionamentos que revelam as condições de produção intergrupala de (re) produção da representação a partir das tomadas de posição dos sujeitos analisados.	A fim de examinar as atitudes dos sujeitos sobre o racismo, debruçamo-nos sobre as narrativas de vida – em diálogo com o TALP – e analisamos as tomadas de posição simbólica dos membros do grupo social com relação ao objeto de representação investigado. Discutimos, a partir da identificação de tais tomadas de posição, as implicações desse posicionamento para a construção e o funcionamento da representação em questão no que diz respeito às vicissitudes subjetivas da referida representação.

Fonte: elaboração nossa.

Ao fim de todos os procedimentos analíticos, elaboramos uma síntese do observado que sumariza nossos achados de pesquisa. Destacamos que, para a coleta de narrativas de vida, privilegamos os sujeitos que demonstraram interesse em conversar, de forma mais profunda, sobre as experiências vividas ao chegarem à Unilab. Por se tratar – o racismo – de um assunto delicado, complexo, que pode trazer à tona emoções negativas – incluindo também o próprio dinamismo da vida acadêmica e a escassez de tempo –, a maioria dos sujeitos esteve mais disponível para responder ao TALP, por este se configurar, nos moldes como foi planejado para esta pesquisa, em uma técnica de rápida aplicação. Assim, 03 (três) indivíduos que demonstrem interesse e disponibilidade em compartilharem suas narrativas de vidas pessoais. Segundo Machado (2015, p. 98), as narrativas de vida “constituem uma base para pesquisas que revelam ou buscam repostas para diferentes dados: como um ser ou grupo de seres se habitua a um novo país, quais seus comportamentos em determinadas ocasiões”.

Considerando as especificidades para a coleta de narrativas (disponibilidade de tempo de pesquisador e pesquisado, construção de ambiente de confiança na coleta do material etc.), salientamos que todos os procedimentos éticos foram executados no sentido de conferir legibilidade ao respeito do anonimato, a saber: aplicação de termos de consentimento livre e esclarecido, sigilo dos dados dos participantes e submissão do projeto de pesquisa ao comitê de ética da Unilab.

3.1.2 *Os sujeitos e o contexto de pesquisa*

Dados de 2017 compartilhados no site da Unilab nos mostram que a instituição é formada por 5.200 estudantes, distribuídos entre os cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância. Deste total, quando nos referimos aos discentes por nacionalidade, temos os seguintes números: 2.648 brasileiros, 118 angolanos, 95 cabo-verdianos, 562 guineenses, 86 são-tomenses, 69 timorenses e 31 moçambicanos¹⁴, esses últimos selecionados como sujeitos da pesquisa por quatro motivos, a saber: (i) por questões de recorte do universo de sujeitos participantes (trabalhar com a comunidade discente moçambicana nos permitiu ter uma maior aproximação dos participantes por não se tratar de um grupo tão grande, colocando-nos em contato com a quase totalidade dos membros do grupo social selecionado); (ii) por se tratar de um grupo que não apresenta muitas pesquisas direcionadas a ele (ou que o envolva), (iii) por nossos primeiros encontros com os discentes moçambicanos terem gerado, por meio de seus discursos, a hipótese de que práticas pudessem estar sendo impulsionadas pela representação social sobre racismo, a exemplo do isolamento do grupo em relação aos brasileiros e, por fim, (iv) por nossas experiências educacionais em organizações não-governamentais moçambicanas.

O contato com os sujeitos foi intermediado, a princípio, por uma amiga guineense e um amigo cabo-verdiano, ambos discentes na Unilab. A participação dos sujeitos na pesquisa ocorreu individualmente ou em encontros grupais, conforme disponibilidade dos pesquisados e da natureza da fase da pesquisa (aplicação do TALP e coleta de narrativas de vida). Por escolha dos sujeitos, os procedimentos para a geração dos dados ocorreram, primordialmente, em áreas do *campus* da Liberdade, onde se sentiram mais confortáveis, favorecendo a qualidade do material discursivo a que tivemos acesso de modo espontâneo, questão que nos parece ser de primordial importância, sobretudo, para garantir o respeito aos participantes da pesquisa que trataram de um tema repleto de angústias e dores: o racismo. A seguir, desenvolvemos a análise dos dados levantados pelo TALP.

¹⁴ Outras informações sobre a distribuição dos discentes por modalidade de ensino e sobre outros números institucionais estão dispostas em: www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros

3.2 Exercícios analíticos

3.2.1 A representação social sobre o racismo: temas e estrutura

Ao nos debruçarmos sobre os postulados de Abric (1994), Flament (2001) e Sá (1996), identificamos, no TALP, o recurso necessário para que fosse possível analisar os elementos mais centrais que compõem a representação social sobre o racismo que emerge do discurso do grupo de discentes moçambicanos na Unilab. Os 24 sujeitos participantes desta pesquisa, os quais representam 77,4% do total do grupo social, executaram 02 (dois) procedimentos referentes ao TALP, quais sejam: (i) o registro de 04 (quatro) palavras que lhes viessem imediatamente à memória, a partir do termo indutor “racismo”, o que permitiu contabilizar de modo geral, um total de 96 (noventa e seis) evocações, compreendendo 42 (quarenta e duas) palavras diferentes e firmando a média de 4 evocações por sujeito; e (ii) a hierarquização desses termos em uma ordem de importância de 01 (um) a 04 (quatro), sendo 01 (um) o termo mais importante e 04 (quatro) o menos importante.

Das 96 evocações, levamos em consideração, para a nossa análise, apenas as palavras que obtiveram uma frequência de evocação superior a 02 (dois). Justificamos essa escolha, pois, baseados em Dieb (2004, p. 97), não consideramos as palavras que apresentaram a frequência igual ou abaixo de 02 relevantes para a identificação dos elementos centrais da representação, “uma vez que o princípio básico para que um elemento seja considerado central é o de que ele tenha uma certa saliência quantitativa”. Somente 10 (dez) palavras obedeceram a esse critério, somando 57 (cinquenta e sete) evocações, representando, respectivamente, 23,8% das 42 palavras diferentes e 59,3% do total das 96 evocações. O quadro 03, abaixo, mostra as 10 palavras selecionadas e suas frequências. Entre as 10 (dez) palavras evocadas, 04 (quatro) são notadamente centrais (ou mais centrais), enquanto as outras 06 (seis) são menos centrais (ou periféricas, nos termos de Flament (2001)), conforme vemos a seguir:

Quadro 3 – Evocações com frequência acima de (02)

EVOCÇÕES	FREQUÊNCIA	EVOCÇÕES	FREQUÊNCIA
Preto/Negro	(12)	Desigualdade	(04)
Preconceito	(09)	Excluir/Exclusão	(04)
Discriminação	(07)	Ignorância	(04)
Inferioridade/Superioridade	(06)	Desprezo	(03)
Diferente/Diferença	(05)	Pobre	(03)

Fonte: elaboração nossa.

O quadro 03 mostra que as evocações *Preto/Negro*, *Preconceito* e *Discriminação* apresentaram, respectivamente, as maiores frequências, conferindo a elas, com base em critérios quantitativos, o status de cognições que fazem parte do núcleo central da representação social dos discentes moçambicanos na Unilab sobre o racismo.

Conforme destacamos, de acordo com o que postulam Abric (1994) e Flament (2001), uma representação pode ser entendida como um conjunto estruturado de elementos sociocognitivos (informações, crenças, opiniões e posicionamentos). Entendemos, assim, que as evocações sobre o termo indutor “racismo” traduzem, do ponto de vista pragmático, as experiências dos indivíduos que compõem o grupo social analisado sobre o racismo em terras brasileiras.

Após esse primeiro momento de tratamento dos dados, verificamos a ordem de relevância atribuída pelos sujeitos a cada evocação com o intuito de identificarmos, além dos termos supracitados, quais outros se encontram mais centrais na representação analisada. Respeitamos, assim como no primeiro momento, a saliência das evocações, considerando apenas as que apresentaram frequência acima de 02 (dois), conforme o quadro a seguir:

Quadro 4 – Ordens das evocações acima de (02)

RELEVÂNCIA 1	FREQUÊNCIA	RELEVÂNCIA 2	FREQUÊNCIA
Preto/Negro	(04)	Preconceito	(04)
		Excluir/Exclusão	(03)
RELEVÂNCIA 3	FREQUÊNCIA	RELEVÂNCIA 4	FREQUÊNCIA
Discriminação	(04)	Preto/Negro	(03)
Preconceito	(03)		
Preto/Negro	(03)		

Fonte: elaboração nossa.

Após a hierarquização que os sujeitos atribuíram aos termos, chamou nossa atenção o fato de que 06 (seis) dos termos (*Inferioridade/Superioridade*, *Diferente/Diferença*, *Desigualdade*, *Ignorância*, *Desprezo* e *Pobre*) não mais apresentaram a frequência acima de 02 (dois), permitindo-nos concluir que, apesar de serem elementos importantes, relacionados ao núcleo central, estes não se posicionam de forma tão central na representação, conforme prevê Sá (1996) ao falar de representações que, possivelmente, estejam em processo de formação.

Seguindo com a interpretação dos dados, tanto *Preto/Negro* quanto *Preconceito* inserem-se em mais de 01 (um) grupo de relevância. Para refinarmos nossa análise, realizamos a junção da frequência desses termos, obtendo o quadro 5, apresentado abaixo:

Quadro 5 – Ordens gerais das evocações acima de (02)

EVOCÇÕES	FREQUÊNCIA
Preto/Negro	(10)
Preconceito	(07)
Discriminação	(04)
Excluir/Exclusão	(03)

Fonte: elaboração nossa.

Constatamos, então, às 04 (quatro) cognições mais significativas a respeito da representação social sobre o racismo, ou seja, àquelas constituintes do núcleo central, consoante o grupo de discentes moçambicanos da Unilab. Essa constatação nos permitiu depreender que, para esse grupo social, em termos temáticos, **o racismo é um tipo de preconceito e discriminação contra o preto/negro que corrobora mecanismos de exclusão, mantendo-o afastado do acesso aos recursos disponíveis na sociedade** (grifos nossos). Ficou evidente, por meio da metodologia empregada, que o *ser africano*, no Brasil, com todos os seus estigmas, estereótipos e *preconceitos*, trouxe uma carga expressamente mais negativa quando os sujeitos integrantes da pesquisa constataram o peso atribuído à cor da pele e aos traços (ou marcas (NOGUEIRA, 2013)) que remetem ao *ser negro* no país. Essa compreensão foi possível ao triangularmos os dados levantados pela aplicação do TALP e pela realização das entrevistas abertas.

Assim, as 04 (quatro) evocações com maior frequência, bem como as demais presentes no Quadro 1, interligadas ao núcleo central, trazem à tona facetas do racismo tipicamente *à brasileira*, percebido – e vivenciado – cotidianamente, dentro e fora da universidade, estando intrinsecamente relacionado ao modo como a alteridade do grupo social em questão é (re)formulada pela comunidade de Redenção, em perspectiva macro, e pela própria universidade, em perspectiva micro, sendo fixada em espaços de *diferença* os quais são permeados por uma lógica que classifica os indivíduos enquanto *superiores* ou *inferiores*, sendo *superior* aquele mais próximo dos parâmetros da *branquitude*.

É relevante destacar que a Teoria das Representações Sociais abarca uma gama variada de abordagens metodológicas capazes de definir de outras maneiras os elementos que compõem o núcleo central e também aqueles elementos periféricos, os quais, de acordo com Abric (1994, p. 25), “desempenham um papel importante na concretização

da significação da representação, [e] quanto mais distantes, eles ilustram, explicitam ou justificam essa significação”.

Os cálculos realizados para desvelar a *média da frequência das evocações* e da *média das ordens médias das evocações*, utilizados por Dieb (2004), por sua vez ancorado em Vergès (2001), dentre outros estudiosos, permitem o levantamento das palavras que mais provavelmente são partes do núcleo central da representação. Infelizmente, em nosso trabalho, devido a problemas no tempo estipulado pelo Curso de Mestrado em Humanidades para defesa, não foi possível a utilização de outras técnicas e outros cálculos para além dos já apresentados.

No entanto, nos interessa destacar a integração semântica dos elementos evocados para se fazer referência ao racismo, o que nos evidencia a coerência dada, pelos sujeitos, ao modo como eles compreendem/representam o fenômeno. Observe-se que as palavras *preconceito*, *discriminação*, *inferioridade/superioridade*, *diferente/diferença*, *desigualdade*, *excluir/exclusão*, *ignorância e desprezo* pertencem ao mesmo campo semântico e se ligam às experiências negativamente marcantes que sujeitos passaram a vivenciar em solo brasileiro, revelando-lhes uma nova face do racismo, como comprovamos na análise das narrativas de vida.

De igual modo, os termos *preto/negro* e *pobre* apontam para a construção de uma identidade que reforça estereótipos e (re) funda preconceitos. Como manifestações do pensamento social, as representações organizam seus elementos constituintes segundo uma estrutura cognitiva (IRINEU, 2011). Acreditamos que se trata de uma estrutura cognitiva de base semântica, considerando o princípio de coerência na ordem com que os termos são evocados e no modo como se articulam com o termo indutor.

A execução desse momento da pesquisa evidenciou a importância do TALP tanto para descrever os vetores (estruturas linguísticas lexicais) da representação analisada, como para confirmar os conteúdos proposicionais (temáticos) que evidenciam a constituição da representação e que emergem a partir do recorte das falas em um dado contexto de interação, no caso de nossa pesquisa, através da coleta de narrativas de vida. Acrescentamos que, de certo modo, este instrumental de pesquisa também colabora para a identificação das tomadas de posição (DOISE, 2001), que evidenciam o ponto de vista dos sujeitos membros do grupo sobre o objeto representado, conforme vemos nas narrativas de vida analisadas a seguir. Apesar de trabalharmos com recortes, sugerimos que as narrativas sejam lidas integralmente, dada a complexidade dos fatos narrados.

3.2.2 A representação social sobre o racismo: tomadas de posição

Dada a complexidade de nosso objeto de pesquisa, optamos por associar ao TALP o método de geração de dados conhecido como História de Vida (BERTAUX, 1980), considerando que tal método nos permitiria imersão na subjetividade dos indivíduos e também contribuiria para a construção de uma interação baseada na afetividade e, sobretudo, na confiança necessária entre pesquisador e participante. De fato, tal interação foi criada, permitindo-nos acessar importantes significados existentes por trás das evocações elencadas pelo grupo social.

Por se tratar de um método que necessita de tempo para ser executado, decidimos trabalhar com as narrativas de 3 (três) sujeitos, escolhidos a partir do interesse que estes demonstraram em compartilhar vivências mais profundas acerca do racismo vivenciado em solo brasileiro, o que resultou em 04 (quatro) horas de gravações, em aplicativo de gravação de voz de aparelho celular. Para garantir a confiança dos sujeitos, foram realizados contatos prévios para o esclarecimento dos pormenores da pesquisa, para a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e para a troca de informações, por meio de conversas ocorridas na Unilab sobre as experiências significativas, de ambos os lados (pesquisador e pesquisados), vivenciadas no Brasil e em Moçambique.

Na ocasião desses primeiros contatos, as conversas foram enviadas de saudade, pelos moçambicanos, em relação às suas famílias. Partilhamos da saudade dos sujeitos ao nos lembrarmos dos tempos em que estivemos em Moçambique, mais especificamente na cidade de Chimoio, província de Manica, período no qual desenvolvemos trabalhos ligados ao terceiro setor, na área educacional. Conversamos sobre a beleza das praias moçambicanas, as cores do Índico, os sabores, as diferenças culturais dos povos do Norte e do Sul, o modo como se dão as relações interpessoais! Inevitavelmente, as narrativas dos sujeitos convergiam no ponto em que traziam à tona os *choques* sofridos com a chegada à cidade de Redenção, os aspectos positivos e negativos da rotina discente na Unilab, como vemos a seguir.¹⁵

Assim, os primeiros contatos foram de suma importância para a consolidação da relação sujeito/pesquisador, propiciando, posteriormente, a definição conjunta dos melhores dias e horários para a coleta das narrativas de vida. Pautados em princípios éticos concernentes à pesquisa com seres humanos, não apresentamos os nomes dos

¹⁵ Neste momento, utilizamos a terceira pessoa do plural (nós) em referência à fala do pesquisador somada à fala dos moçambicanos.

sujeitos. A identificação de cada discente moçambicano foi codificada com a letra D (dê maiúsculo) para discente, seguido de um número em ordem crescente, em acordo com a sequência das entrevistas realizadas, a saber, D1, D2 e D3.

Como dito, a coleta de dados no método História de Vida aconteceu com a aplicação da técnica da entrevista aberta, caracterizada por elencar um tema amplo e por conceder ao entrevistado as condições necessárias para que discorresse livremente, sem necessariamente seguir uma ordem cronológica dos fatos selecionados. Nessa técnica, é o sujeito quem define o que de mais relevante será exposto, como será exposto e o momento de encerrar a interação. O pesquisador deve evitar ao máximo realizar intervenções, solicitando esclarecimentos sobre determinados pontos apenas quando necessário, sem privilegiar perguntas diretas que levem a respostas como *sim* ou *não*.

À vista do exposto, nossa preocupação com o ambiente no qual realizamos as entrevistas também foi constante, considerando que falar sobre racismo pode desencadear lembranças dolorosas, tornando-se relevante criar um espaço de acolhida que permita a imersão, sem constrangimentos, de emoções e sentimentos íntimos e delicados. Posto isso, apesar de termos pensado em um local mais reservado, ou mesmo nos colocado à disposição para ir ao encontro dos sujeitos onde eles desejassem, foi unânime a escolha pelo espaço aberto da Unilab, no caso, o *campus* da Liberdade.

A coleta das narrativas aconteceu, individualmente, em momentos separados. As narrativas ganharam formas pelos corredores e foram regadas por um gole ou outra de café na cantina da universidade. Na ocasião, alguns registros fotográficos foram feitos, com o consentimento dos participantes, com o objetivo de ilustrar e trazer valor estético ao presente trabalho. A entrevista aberta nos colocou em contato com as angústias, os medos, as expectativas frustradas, os objetivos traçados, a esperança, o desejo dos sujeitos de que possam contribuir, ao retornarem à Moçambique, para as mudanças que almejam no país. Para acessarmos os elementos que compõem a subjetividade dos entrevistados, solicitamos que compartilhassem aquilo que desejassem com base no seguinte comando: *fale sobre a sua vida, a partir do momento em que você chegou à Unilab*.

As narrativas, em diálogo com os dados analisados no TALP, foram interpretadas, nesta etapa da pesquisa, a partir da seguinte ordem: dos elementos menos centrais (*Inferioridade/Superioridade, Diferente/Diferença, Desigualdade, Ignorância, Desprezo e Pobre*) para os mais centrais (*Preto/Negro, Preconceito, Discriminação, Excluir/Exclusão*) da representação social sobre o racismo. Esse procedimento nos

permitiu o contato com outras dimensões da representação, o que não seria possível apenas com o TALP, como vemos a seguir.

3.2.2.1 A universidade como a vida militar: a narrativa de D1

Ao tratar das suas experiências no Brasil, D1 deixou emergir uma fala marcada por sentimentos negativos advindos do tratamento recebido dentro dos muros da universidade e fora deles, sobretudo na cidade de Redenção. A felicidade com a chegada à Unilab foi, quase que de imediato, atravessada por vivências que colocaram o sujeito em um processo de sofrimento que atingiu o corpo e imprimiu marcas na sua cognição. Dentre os muitos exemplos registrados na narrativa de D1, o trecho, a seguir, traz-nos uma parcela dos significados que foram atribuídos pelo nosso entrevistado às suas vivências na Unilab:

Hoje, entre amigos, eu sempre falo, olha, eu comparo a universidade como uma vida militar. Eu digo isso sempre, a gente vai voltar pra casa com sequelas, a gente já não vai voltar normal. Eu não voltarei normal, aquele que me conhecem, eu voltarei com sequelas, aquele com sequelas, porque realmente, eu sei, eu não preciso que ninguém me diga, eu sei o que eu tô com problemas psicológicos, problemas de cabeça, justamente por causa disso que eu passei. Como é que a universidade trata desse jeito um aluno estrangeiro?

Optamos por iniciar essa seção de análise com o referido excerto, pois, como destaca Fanon (2008), é necessário descortinar o fenômeno do racismo também a partir dos impactos causados na cognição dos indivíduos negros e na influência exercida por tal fenômeno na (re) formulação das alteridades e, portanto, das identidades.

A narrativa de D1 é eivada de exemplos que nos fazem refletir sobre a maneira como o projeto da Unilab, alicerçado na proposta de integração entre Brasil e países lusófonos, tem sido praticado atualmente. No que se refere à técnica da entrevista aberta, observamos que foi um padrão adotado pelos três entrevistados narrar as experiências procurando respeitar, o máximo possível, uma sequência cronológica dos fatos.

O início da fala de D1 nos mostra a violência urbana como um fator de preocupação, sobretudo quando da chegada do sujeito a Redenção. A imagem de um país violento é reforçada pelos meios de comunicação que contribuem para a formação desse tipo de representação sobre o Brasil, ainda em Moçambique, como vemos a seguir:

Então, sábado de manhã, tipo, tavam tocando bombinhas, mas era muito forte, eu fiquei com medo, quase não saí da cama, eu pensei que fosse

tiroteio, porque, de uma maneira ou de outra, a gente tem informação, esse fato, esse acontecimento tinha acontecido.

A chegada à cidade de Redenção e o contato com a falta de segurança pública, no interior e na capital Fortaleza, dimensionam e ampliam a representação sobre o Brasil como um país dominado pela violência, ou, nas palavras de D1, um país onde “*as coisas se resolvem na bala*”. Esse ambiente marcado pelo medo influencia diretamente na dinâmica das relações raciais e nas desigualdades historicamente perpetuadas na nossa sociedade. É a população negra quem continua sendo parte, majoritariamente, dos indicadores sociais mais preocupantes, incluindo aqueles que demonstram um genocídio do povo negro ainda em curso no país, como já anunciado por Nascimento (2016).

A complexidade do campo das relações raciais também influencia a percepção de D1, que relata o comportamento discriminatório do negro brasileiro, mais especificamente o negro cearense, contra o negro africano:

Eu não entendo o porquê isso. É muito fácil, às vezes, né, ver um cara branco cearense tentar, tentar cumprimentar ou contar uma conversa ou uma palavra com a gente, do que um cara de tonalidade mais escura, um cara negro. Parece que eles querem nos culpar por alguma coisa, ou sei lá, eles têm mais raiva da gente.

O excerto acima nos permite reconhecer que a ideologia racista propagada pelos grupos dominantes pode influenciar, em muitos aspectos, as atitudes adotadas por grupos subalternizados, os quais, em alguns casos, acabam por internalizar e reproduzir o padrão comportamental exercido por aqueles que se mantêm no controle da distribuição dos recursos da sociedade. Por conseguinte, o choque sentido por D1 ao chegar à cidade de Redenção engloba um tipo de comportamento amplamente difundido na sociedade brasileira, que afeta tanto o negro brasileiro quanto o africano, conforme observamos:

O que complica é o tratamento que as pessoas têm com a gente, e grande novidade pra gente. Uma novidade acompanhada de choque, é uma novidade acompanhada de choque porque, é assim, a gente ouve falar de racismo, a gente ouve que Brasil.

A repetição da palavra *novidade*, acima, seguida por *choque*, evidencia o impacto sentido por D1 ao entrar em contato com o racismo manifestado no Brasil. As dinâmicas das relações raciais em solo moçambicano, quando pensadas em perspectiva comparativa com o que é vivenciado pelo sujeito em terras brasileiras, realçam esse racismo que se impõe de forma vigorosa e constante. Não se trata, assim, de um fato isolado, mas de

práticas discriminatórias cotidianas, reveladas no comportamento dos indivíduos e nas estruturas sociais brasileiras.

Os discentes vindos de países africanos e que se encontram hoje no Ceará lidam ainda com o imaginário de que não existe negro no estado (MARQUES, 2013), impondo-se a eles uma tripla negação por serem negros, estrangeiros e estarem em um estado com elementos sociais e históricos que se articulam para garantir ainda mais a sua invisibilidade.

Em diálogo com os dados levantados no TALP, seguimos com a análise da narrativa de D1 nos focando nos termos menos centrais, porém, não menos importantes na estruturação da representação social sobre o racismo, até chegarmos aos termos mais centrais, que se localizam no núcleo da representação supradita. Dessa forma, no seguimento das nossas reflexões, o termo *ignorância*, cuja frequência de evocações é 4, correlaciona-se a várias situações compartilhadas pelo entrevistado, tais como:

É um tratamento chocante pra gente, né?! Tratamento de choque. Fora aquelas questões das perguntas, onde as pessoas começam a perguntar, mas “como você veio pra cá?”, “ah, cara, eles tão vindo aqui gastar dinheiro da gente, eles tão levando a nossa parte aqui, metade da gente”, essas coisas tornam difíceis, assim, se você me pergunta como como é sua experiência, justamente como essa entrevista, dificilmente eu teria partes positivas pra falar.

Eles não podem pedir nada, eles não têm direito, porque se calhar vocês lá até vivem com leões, com animais.

Como podemos observar, a falta de conhecimento acerca do continente africano e seus povos favorece o surgimento de estereótipos, já há muito perpetuados, que enquadram o africano como selvagem, inferior ao brasileiro, e como aquele que veio se aproveitar de oportunidades as quais não deveriam beneficiá-lo. A *ignorância* capaz de fomentar a disputa, mesmo que simbólica, entre brasileiros e africanos, permite também a construção de uma polarização ideológica - nós *versus* eles (VAN DIJK, 2010), de ambos os lados, quando, da perspectiva dos africanos, os brasileiros poderão ser retratados como hostis e reprodutores de práticas discriminatórias, enquanto, da perspectiva dos brasileiros, os africanos poderão ser rotulados como selvagens, sujeitos, barulhentos, apenas para citarmos alguns exemplos. À vista disso, van Dijk (2010) trata da outro-representação negativa como estratégia discursiva que gera uma imagem do outro pautada em características depreciativas, ao passo que é projetada uma imagem

positiva do grupo dominante, garantindo, assim, a manutenção do *status quo* e das estruturas de poder.

Moscovici (2007) nos lembra que esse tipo de redução do *outro* faz parte do processo que busca categorizar o estranho, tornando-o familiar a partir do que acreditamos ser apropriado. A mídia, nesse contexto, assume um importante papel na formulação e propagação de representações sociais, que influenciam diretamente o imaginário coletivo, a organização de categorias no âmbito cognitivo, o modo de ver o outro, e direcionam as atitudes dos indivíduos (MOSCOVICI, 2007; VAN DIJK, 2010). No decorrer desta pesquisa, por exemplo, presenciamos episódios em que a mídia veiculou notícias racistas e xenófobas sobre os discentes africanos da Unilab, fortalecendo um cenário de ignorância acerca da África e do africano e promovendo a outro-representação negativa, conforme a ótica dos estudos de van Dijk (2010)¹⁶.

A seguir, analisamos algumas situações apresentadas na narrativa de D1 à luz do termo *desprezo* evocado no TALP, cuja frequência foi 03 (três). Constatamos que as dificuldades enfrentadas pelo entrevistado na busca pela solução do problema envolvendo o corte do auxílio estudantil, originado devido à reprovação em uma disciplina por falta, destacou-se como um dos pontos mais proeminentes na narrativa, desencadeando, em D1, a sensação de abandono por parte da instituição. Até que o problema fosse solucionado, D1 permaneceu 03 (três) meses sem a bolsa-auxílio, recorrendo à ajuda da família em Moçambique para que tivesse condições de arcar, ao menos, com o aluguel da moradia, como destacado a seguir:

Nesses 3 meses foram meses de muito sofrimento pra mim, meses de muito estresse. Eu pensei em tudo, por isso da outra vez eu falei do atendimento psicológico, e por mim, naquela altura, o meu instituto, a minha coordenação, eles não estavam nem aí pra mim, que eu saísse da universidade, parasse em frente a um caminhão, eles não estavam nem aí. Era o tratamento que eu sentia.

Segundo D1, a apresentação, à universidade, de toda a documentação que justificava eventuais faltas não foi o suficiente para reverter o corte do auxílio, antes dos três meses, o que lhe acarretou, além de danos financeiros, danos psicológicos:

Eu sofri muito psicologicamente porque não tem espaço pra você estudar e ficar pensando de “como é que eu vou sobreviver?”. Você não estuda, não tem como você ser um aluno com bom desempenho com

¹⁶ Detalhes sobre um dos casos de declarações xenófobas e racistas, divulgados em um programa de rádio do Ceará, estão disponíveis em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Unilab-Nota-contra-racismo.pdf>

isso tudo na cabeça. Não tem como. É complicado, é muito complicado. O que eu passei só eu sei nessa fase aí.

Sou capaz de falar dessa história muito longe, porque eu, como pessoa, e como pai, eu tenho uma filha, de 4 anos, eu nunca faria o que aconteceu comigo pra qualquer pessoa que seja, não importa se é estudante, se não é, pra mim não importa nada, a distância que a gente está das nossas casas, aqui, a gente não tem um tio que a gente pode “olha, tio, eu vim aqui buscar R\$4 pra mim comprar uma água, porque eu já não tenho água. Aqui, a gente não tem, a gente tá por nós mesmos.

Apesar das dores, D1 mostra que desfruta de um período de maior tranquilidade, o que só foi possível com o rompimento do estereótipo construído sobre/para os africanos. Foi necessário que o sujeito suprimisse aspectos da diferença, reforçando-se no padrão normativo vigente, para que a esperança fosse merecida ou que o tratamento recebido melhorasse um pouquinho – apenas um pouquinho –, como vemos a seguir:

Eu vou te dizer o porquê mudou em relação a mim, porque as pessoas, com o tempo que eu já tenho, acabaram me conhecendo, a minha educação, a minha forma de falar, a minha forma de ser, de estar, de se apresentar, porque isso tudo conta. Aqui, isso tudo conta, isso tudo conta. Então, por essas todas minhas características, as pessoas conhecem e eles vão comentar “esse africano aí é tranquilo”, entendeu? Aí, quando vai se propagando essa informação “esse africano é diferente, esse africano é tranquilo”, aí você ganha um pouquinho de respeito, ganha um pouquinho de consideração, ganha um pouquinho de bom tratamento, tá entendendo?

A equidade no tratamento clamada por D1 se direciona para a desestruturação da dimensão *inferioridade/superioridade*, com frequência de evocação igual a 06 (seis), colocando o grupo na situação de polarização em relação aos brasileiros. Os trechos da narrativa de D1, analisados até aqui, estão conectados, em maior ou menor grau, às evocações *preconceito* e *discriminação*, cujas frequências de evocação foram, respectivamente, 09 (nove) e 07 (sete). No trecho seguinte, encontramos associadas as evocações *desigualdade*, *ignorância* e *diferença*, que apresentam, na sequência, as frequências 04 (quatro), 04 (quatro) e 05 (cinco).

Se você tá no ônibus, você paga a passagem, faz tudo, mas te encaram como um, um bandido. Te encaram como alguém que vai fazer alguma coisa. Você tá na loja, você quer comprar e é escorraçado praticamente da loja, é tratado tipo nada, é complicado, é complicado... E o que me deixa mais irritado, algumas vezes, aqui na Unilab, tem alguns brasileiros que reclamam da mesma situação, que aqui em Redenção é assim. Então, como é que a universidade vem se instalar num lugar assim? Como é que a Unilab nos traz pra um lugar assim, que é assim, já conhecido de tempo, já? Eu acho que isso é injustiça com uma pessoa,

injustiça com o povo, é injustiça com, é injustiça, é uma injustiça muito, muito grande, é uma injustiça muito grande, principalmente pra aqueles que, na altura, não tinham muitas informações claras lá no site.

Por fim, com relação à narrativa de D1, chamou a nossa atenção a emergência de um tipo de racismo: o racismo institucional, aquele vivenciado pelos sujeitos apenas em solo brasileiro, no contexto de uma instituição como a INILAB. Trata-se de uma forma de racismo capaz de favorecer a produção e reprodução da hierarquia racial, estimulando mecanismos de exclusão seletivos e profundos. A esse respeito, vejamos esse excerto:

Vou ser sincero, como todos dentro da instituição, estou dizendo todos, não tem a ver com os técnicos administrativos, os funcionários, é todo mundo dentro da universidade entra sabendo que é uma universidade que tem negros, que tem alunos africanos, todo mundo já toma aquele cuidado de não demonstrar o racismo que realmente sente ou o seu real tratamento, entendeu? Mas, dentro da instituição, por toda a parte também existe essa questão de preconceito, de racismo. Se, se alguém discordar comigo eu diria “dê um tempo, veja no grupo do Facebook, do nosso grupo da Unilab, e vejam quando houveram problemas que envolviam o nome de africanos pra você ver se não tinham colegas que estudam na mesma sala consigo, demonstrando verdadeiramente o que acha de você, falando o que acha de você diretamente, verdadeiramente, já não era mais aquilo que era na sala, olha, “somos amigos, somos iguais”, não, ali, naquelas discussões, naquele grupo, cada um falava, demonstrava realmente o que quer falar, o que sente. Então, não como dizer que não tem discriminação, não tem como dizer que o tratamento é 100% bom, não tem como dizer isso. Vamos dizer assim, que tem um pouco de tudo, tem as suas partes boas e tem as suas partes más. Em todo canto, é professor, é aluno, tem um pouco de tudo... Eu já presenciei o caso de um professor que, um professor que no mesmo corredor, né, cumprimenta um aluno da mesma sala que você, e a você não cumprimenta.

A narrativa de D1 trouxe diversas facetas do fenômeno do racismo, dentro e fora dos muros da universidade, suscitando reflexões sobre as suas influências no corpo e na mente daqueles que ainda são pressionados a permanecerem afastados dos recursos e das possibilidades de mobilidade em uma sociedade estruturalmente erigida a partir da subjugação do outro, daquele outro que representa um desvio da normativa (branca) Ocidental.

As instituições racializadas, de acordo com o postulado de Monsma (2016), garantem a estabilidade e a plasticidade do racismo, mesmo em contextos como o da Unilab, onde a urgência de combatê-lo deveria ser constante e uma preocupação de todos dada a natureza política e acadêmica que é inerente a uma IES que se propõe de integração internacional.

Também sobre o racismo institucional versa a narrativa de D2, sobre a qual nos debruamos a seguir.

3.2.2.2 O racismo institucional, de alunos a professores: a narrativa de D2

A narrativa de D1, apresentada anteriormente, revelou múltiplas dimensões do racismo, dentro e fora da Unilab, e nos possibilitou compreender, a partir de determinada uma tomada de posição, de modo mais detalhado, informações que analisamos no TALP.

Ao nos debruarmos sobre a narrativa de D2, chamou-nos a nossa atenção o fato de que, apesar das entrevistas terem sido realizadas, individualmente, com cada um dos três sujeitos selecionados para essa fase da pesquisa, houve a recorrência de um padrão, no que se refere à percepção do racismo pelos entrevistados.

Ao nos ancorarmos em Moscovici (1976), compreendendo a representação social como uma modalidade do conhecimento que orienta o comportamento. Portanto, esse padrão observado em algumas dimensões das narrativas se explica pela estabilidade de dados elementos cognitivos evocados pelo grupo, o que justifica a organicidade desse mesmo grupo que, mesmo apresentando elementos divergentes, no âmbito individual, compartilha uma visão sobre o racismo enquanto fenômeno social. Ao falarmos em grupo social, retomamos as palavras de van Dijk (2003, p. 31), para quem um grupo social pode se definir “a partir dos critérios de pertença (origem, aparência, idioma, religião, títulos); das atividades típicas (como no caso dos profissionais); de objetivos específicos (ensinar aos estudantes, curar os pacientes, difundir notícias, etc.)”, dentre outros critérios.

No sentido do exposto, retomamos a premissa de que uma representação social é social, pois refere-se a um grupo social, apresenta natureza cognitivo-social e orienta práticas. A esse respeito, torna-se fundamental identificar a organicidade do grupo com o qual se pretende trabalhar. Os excertos abaixo expõem as relações estabelecidas entre as narrativas de D1 e D2, comprovando as similaridades dos sujeitos, enquanto membros do grupos social, na compreensão do ambiente no qual estão inseridos:

E depois daí, a gente começou as aulas, tava tudo bem, mas, passando um trimestre, porque eu entrei no regime que a Unilab estava em trimestre, só agora a gente entrou no semestre, muita coisa já tava mudada, muitas pessoas mudavam, às vezes tu entrava na sala o preconceito na Unilab não tá só nos estudantes, tá nos professores. É incrível, que parece que um professor doutor, que fez doutorado, fez até pós-doutorado, tem muito preconceito com a África. É muito normal tu veste um professor perguntando se África é um país. África tem 54 países, é impossível que África seja um país. África é um continente

como o Brasil está no continente americano, mas nós nos deparamos com muitas coisas além dos professores doutores, cê entende?

É incrível que parece que os brasileiros não sabem nada da História de África e eles é um povo mestiço. É uma coisa que eu fico assustada, é por isso que eu acho que o racismo deles começa daí mesmo...

Tu veio de barco? E na África, como é que tu convive? Tem animal de estimação dentro de casa é leão?” Eu fiquei (risos), “tu podes ter um animal de estimação, tu podes ter um leão dentro de casa?”, “que pessoa vive com um leão?””

Na fala de D2, podemos identificar, em diálogo com o que observamos nas evocações advindas do TALP, a correlação existente entre termos que apresentaram alta frequência. A princípio, D2 menciona o *preconceito* contra africanos perpetrado tanto por alunos quanto por professores brasileiros. Na sequência, a *ignorância* (termo já mencionado por D1) a respeito do continente africano se faz novamente presente. África é homogeneizada e desconsiderada em toda a sua diversidade como continente. A crítica de D2, revela, ainda, o *modus operandi* do racismo institucional, que *inferioriza* e invisibiliza saberes africanos no contexto universitário. O desconhecimento dos brasileiros sobre o continente africano fornece os alicerces sobre os quais preconceitos e estereótipos serão produzidos e reproduzidos. Nesse sentido, D2 compartilha que:

É mais doloroso pra nós ver o preconceito dentro da escola, tu veres os professores, o tratamento que os nossos próprios professores dão pra nós, os colegas que dão pra nós, é muito diferente, eles trazendo algumas barbaridades muito exóticas de África, que quando tu falas, ó, a gente fica, por exemplo, a gente fica de cara aberta ou de cara, não sei.

Além da *ignorância*, que em muito sedimenta as bases das relações interpessoais dentro da universidade, a *discriminação* se constitui como um outro elemento bastante saliente da representação social sobre o racismo no grupo de moçambicanos. A esse respeito, D2 salienta o seguinte episódio:

Na escrita, a gente tem muita dificuldade nas provas, porque a gente às vezes tem umas coisas que a gente escreve e o professor não porque ele não percebe. Ele continua com aquela coisa, a gente tem que aprender, tá bom, a gente tá ciente, a gente tá no Brasil, temos que aprender esse acordo ortográfico. Tem algumas coisas que a gente escreve, que o professor não desconta. Eu cresci, aprendi, que facto, se escrevia facto, mas quando eu cheguei aqui a professora não queria que eu escrevesse, fato, fato, fato, alguém fala de fato em Moçambique todo mundo pensa em vestuário, porque fato é de roupa. Então, são muitas coisas que a gente, se fosse pra falar, eu ficaria todo o dia, todo o dia, mas só pra dar

conclusão no que eu falava, eu só queria dizer que o preconceito e o racismo existem.

No trecho acima, a sala de aula representa um ambiente no qual os conflitos raciais emergem e imprimem ordens de hierarquização (*inferioridade/superioridade*) dos discentes, influenciando diretamente nas dinâmicas de comunicação e interação entre os sujeitos. Nesse tipo de espaço, questionamo-nos: quem tem legitimidade para falar e ser ouvido? Há, portanto, um tipo de silenciamento em prol de uma ordem acadêmica, que dificulta – ou mesmo impede – a manifestação explícita de problemas latentes concebidos como uma espécie de tabu. O silenciosamente se constitui, aqui, como uma estratégia para se evitar o confronto de tais problemas. Segundo Lessa (2013, p. 13), o termo silenciamento “faz referência a tudo aquilo que não deve ser comentado nem ensinado e/ou aprendido, ou seja, ao conjunto de verdades que não pode e que não devem ser tratadas e socialmente postas em debate”, o que acaba por contribuir para a naturalização do não falar sobre determinados temas que se tornam inaudíveis.

O silenciamento acaba por contribuir para a formação de barreiras que impedem a execução das diretrizes da Unilab. Quanto ao conceito de integração que sustenta a política da instituição, verificamos que a Unilab tem como missão formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da CPLP, em destaque os países africanos. Na contramão disso tudo, D2, abaixo, registra a *diferença* que se estabelece entre brasileiros e africanos nas salas de aulas da Unilab, o que dificultando a execução das diretrizes da instituição:

Um professor se sente super à vontade de ter um seminário de 40 estudantes, 10, 10, 10 brasileiros e 10 africanos, quando chega, ele pergunta “por que esse grupo tá assim?”. Será que o professor não sabe, o professor não se dá conta o porquê só tem um grupo de africanos?

Não tem integração. Falar que na Unilab tem integração é quase que um absurdo, e pra nós dói muito na pele. Por exemplo, pra mim isso dói muito na pele, eu me sentir diferente de pessoas que eu acho que não somos diferentes, porque a minha cor de pele não define quem eu sou, não define de onde eu venho, mas aqui o que normalmente a gente vê nas pessoas é que eles nos definem pelo fato de eu ser negra que eles acham que eu tenho menos conhecimento pelo fato dele ser branco, mas isso não é verdade, isso não é verdade.

D2 traz para o cerne de nossas análises o valor atribuído à cor da pele e aos traços físicos que remetem à representação do negro. Nessa esteira, a cor da pele, o cabelo,

acompanhados pelo formato do nariz e dos lábios, determinaram a constância das situações influenciadas pelo fenômeno do racismo, conforme vemos a seguir:

É uma coisa que a gente convive com isso, dia após dia. A gente não pode soltar cabelo como a gente quer. Todo mundo olha, todo mundo quer comparar o nosso cabelo como se fosse alguma coisa de comparação, e nosso cabelo não é assim. O fato de eu ser negra, eu não posso viver num sítio onde eu me sinta à vontade, porque eu tenho que estar toda hora com alguma coisa, pensando nas pessoas, pensando o que que eles vão achar, alguma coisa vai acontecer comigo...

Nesse sentido, quando retornamos às evocações mais salientes levantadas na aplicação do TALP, o termo *excluir/exclusão* nos faz atentar para situações, também expressas nas narrativas de vida, que revelam a manutenção do local de subalternidade destinado ao negro. O *habitus racial* (MONSMA, 2016) se faz presente, conferindo ontologicamente a esses sujeitos um frequente *status* que os colocam como estranhos, fora dos padrões desejáveis ou vigentes.

Aqui, a gente vive diretamente o racismo, eu já ouvia na novela, falando que o racismo existe, essas coisas existem, mas vivenciar na pele eu tô a viver aqui.

Então, são muitas coisas que eu, como moçambicana, se eu voltasse pra Moçambique, o relato que eu tivesse daqui não seria um dos melhores, porque eu não tô a viver uma das coisas melhores no Brasil.

Assim, como observado em D1, as experiências de D2 foram marcadas pelo fenômeno do racismo. A realidade vivenciada, quando da chegada ao Brasil, mostrou-se conflituosa em variados aspectos. Contudo, não foram os problemas de caráter urbanístico da cidade de Redenção ou a estrutura física da universidade que mais receberam destaque nas narrativas coletadas. Durante a entrevista aberta, foi no campo das relações raciais que os sujeitos permaneceram compartilhando angústias oriundas, sobretudo, da dificuldade de se encontrar espaços onde laços de afetividade e respeito fossem estabelecidos entre brasileiros e africanos. Do racismo sofrido na comunidade para o racismo dentro da universidade, as histórias relatadas demonstram que, em todo lugar, o *ser africano* é ainda estigmatizado a partir de representações amplamente difundidas sobre uma África estereotipada.

A seguir, desenvolvemos a nossa análise sobre a narrativa de D3 que, mesmo apresentando pontos de contato com as narrativas anteriormente expostas, refletindo parte

do posicionamento do grupo, também nos traz outras percepções das dinâmicas das relações raciais na Unilab.

3.2.2.3 *Para além do racismo, a esperança na integração: a narrativa de D3*

Na narrativa de vida de D1, evidenciaram-se os impactos psicológicos causados pelo contato do discente com situações de discriminação racial vivenciadas, notadamente, na cidade de Redenção e nos espaços da universidade. D1 destacou a violência em Redenção, as dificuldades enfrentadas pelos discentes africanos na busca por moradias dignas, o tratamento dos brasileiros, guiado por preconceitos e estereótipos a respeito do continente africano e dos próprios africanos. D1 compartilhou, ainda, os problemas enfrentados para o reestabelecimento do auxílio universitário e a sensação de abandono e desprezo que emergiram devido ao modo como a instituição conduziu todo o processo. O entrevistado expôs também o incômodo com o tratamento desigual – no sentido de inferiorizar ou negar o outro – adotado por alguns professores brasileiros em relação aos discentes africanos, corroborando polarizações do tipo africanos *versus* brasileiros.

Quando associamos os dados que emergiram na narrativa de D1 aos dados apresentadas no TALP, constatamos padrões de experiências relacionadas, com maior predominância, às cognições *ignorância, desprezo, inferioridade/superioridade, preconceito, discriminação, desigualdade e diferença*. Uma análise ainda mais aprofundada revelaria outras cognições, no entanto, optamos por privilegiar as cognições supracitadas devido à alta frequência de evocações que obtiveram.

Na sequência, a narrativa de D2 trouxe para o cerne de nossas análises outra faceta do fenômeno do racismo: o racismo institucional. A narrativa esteve repleta de exemplos que demonstravam conflitos de cunho racial manifestados em sala de aula e nos outros espaços da academia. O descontentamento maior de D2 está relacionado à falta de integração entre brasileiros e africanos e ao descompromisso de alguns docentes no que se refere às diretrizes da universidade, enfatizando experiências ligadas às cognições *preconceito, ignorância, inferioridade/superioridade, diferença e excluir/exclusão*.

Agora, ao nos debruçarmos sobre a narrativa de D3, observamos, assim como na de D1 e na de D2, o incômodo com a permanência de estereótipos sobre a África – semanticamente relacionado como o termo *ignorância* –, revelados nas práticas discursivas de muitos brasileiros com os quais tiveram contato. No entanto, na narrativa de D3, é patente a sua visão positiva em relação ao processo de formação acadêmica e

aos vínculos pessoais constituídas no Brasil. Essa visão, alicerçada sobretudo em aspectos positivos, apresentou-nos diferentes tomadas de posição, quando comparadas com os outros entrevistados, conforme podemos observar nos excertos seguintes:

A experiência em si, desde que eu cheguei, até agora, acho que é positiva. Levei os meus estudos a sério, no lugar onde eu não conhecia ninguém e, como eu já te informei, vou me graduar agora, em 2017, no finalzinho, e, como experiência de curso eu vou levar uma grande bagagem de informação e experiência pro meu país, porque é um curso, que é realmente necessário lá e que vai revolucionar muito o setor energético lá, porque pouca gente tem muito lá, são eletricitas e técnicos de eletricidade, mas, o que a gente precisa é produção de energia para levar dos centros urbanos para as áreas rurais

Eu acredito que essa universidade vai ter um impacto muito grande, tanto, já está a ter, porque têm muitas pessoas que não conheciam africanos, nem sabiam que a gente falava português, que eu já tenho essa noção, então, já está a mudar. Se eu fosse dizer hoje, eu baseio pela positiva, porque eu acho que eu fui uma mudança já, só eu estar aqui é uma mudança e o que eu vivi, pode perguntar para qualquer outro africano, acho que eles se sentem do mesmo jeito. Olha, a gente também não pode culpar, de vir para o país do outro e analisar o que o outro pensa realmente, porque se fosse alguém também vindo para o nosso país a gente ia ter uma estranheza, uma forma de aproximar com eles. Então, eu baseei na positiva e eu acredito que eu faço parte da mudança e que a universidade realmente veio pra mudar e que vai mudar, porque tanto em Fortaleza já têm muitas pessoas que foram aprovadas pra mestrado, tem muitos africanos que já deram outro passo na vida e que isso, de levar os africanos pra frente, a raça negra pra frente, é isso que vai nos fazer erradicar o preconceito na cabeça e na mente, e eu acho que quanto mais pessoas se formarem, mais a informação negra vai além, e é assim que vamos lutar contra o preconceito, o racismo, com mais gente formada, mais gente dona da sua própria palavra, com consciência do seu discurso.

A presença da Unilab, de acordo com D3, tem contribuído significativamente no combate ao preconceito e ao racismo, ampliando, também, as possibilidades de entrada no mercado de trabalho, quando do retorno a Moçambique, ou, de um modo mais amplo, permitindo o acesso de africanos a outros espaços sociais, muitos desses ainda caracterizados pela exclusão do negro, no Brasil e no exterior.

O reconhecimento da Unilab como uma instituição produtora de conhecimentos, que questionam os locais de subalternidade destinados aos negros, sejam eles brasileiros ou africanos, não impediu D3 de compartilhar em sua narrativa circunstâncias vivenciadas por quem carrega no corpo as *marcas da negritude*:

Já me deparei no ônibus as pessoas pegando as sacolas com mais segurança como se eu fosse, se calhar, roubar, sem saber que eu tô na mesma situação que eles, com medo de outras pessoas... Nas lojas eu entrando, vendo que o segurança tá prestando mais atenção pra mim do que deveria “ah, posso ajudar? Claro que pode me ajudar, mas não é pra me seguir durante toda a loja como se eu fosse tentar extorquir alguma coisa”, então, são situações pontuais que muitas pessoas não levam em consideração, mas eu noto, né, posso não expor isso pra todo mundo. Tem muita das vezes que a pessoa entra em algum local, como loja, ou supermercado, o pessoal já não te olha do mesmo jeito como olha pra outras pessoas, ou, às vezes, espera que tu não tenha dinheiro suficiente pra pagar as coisas, então, já me deparei no ônibus as pessoas pegando as sacolas com mais segurança como se eu fosse, se calhar, roubar, sem saber que eu tô na mesma situação que eles, com medo de outras pessoas... Nas lojas eu entrando, vendo que o segurança tá prestando mais atenção pra mim do que deveria “ah, posso ajudar? Claro que pode me ajudar, mas não é pra me seguir durante toda a loja como se eu fosse tentar extorquir alguma coisa”, então, são situações pontuais que muitas pessoas não levam em consideração, mas eu noto, né, posso não expor isso pra todo mundo, mas, que eu percebo e que realmente às vezes são situações negativas que marcam a pessoa.

Com base em Langa (2016), que retoma Spivak (2010, p. 12), fazemos menção, aqui, à noção de subalterno como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. O subalterno, na visão apresentada, constitui-se como sendo o indivíduo constantemente silenciado, aquele fixado nas camadas mais baixas da sociedade. Os excertos selecionados acima corroboram os termos com maior frequência de evocação, ou seja, aqueles mais centrais na representação sobre o racismo do grupo social analisado, e desvelam um imaginário coletivo que incorpora e naturaliza atitudes baseadas no *preconceito* e na *discriminação* contra negros.

Por fim, das análises empreendidas nessas narrativas, podemos afirmar que o método de História de Vida, enquanto procedimento qualitativo que considera, sobretudo, as subjetividades presentes nas narrativas compartilhadas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa (BERTAUX, 1980), permitiu-nos constatar a sua relevância no entendimento, em maior profundidade, da ótica dos entrevistados acerca das dimensões do fenômeno analisado. Tal método foi de fundamental importância para o traçado da face interdisciplinar da pesquisa desenvolvida na medida em que complementou a técnica do TALP, trazendo confirmações necessários sobre as interpretações que executamos sobre nosso objetivo de pesquisa.

Para fins de sistematização dos achados de pesquisa, apresentamos, a seguir, uma síntese do observado.

3.2.3 Síntese do observado nos dados analisados

As narrativas coletadas para esta pesquisa nos permitiram associar as experiências vivenciadas pelos três discentes moçambicanos na Unilab aos dados levantados a partir do TALP, os quais, isolados, não seriam suficientes para acessarmos, em maior profundidade, a representação social sobre o racismo partilhada dentro do grupo analisado. Constatamos que as narrativas, apesar de trazerem muitos elementos da dimensão subjetiva dos indivíduos, estavam repletas de crenças que refletiam as práticas do grupo como um todo, conforme apresentamos no quadro disposto a seguir. Essa constatação foi possível ao articularmos as informações que emergiram nas entrevistas com as evocações obtidas por meio do TALP.

Em diversos momentos, as histórias de D1, D2 e D3 se entrecruzaram, direcionando-nos para os termos evocados que são parte do núcleo central da representação social sobre o racismo (*Preto/Negro, Preconceito, Discriminação, Excluir/Exclusão*) e também para aqueles termos que apresentaram uma menor centralidade (*Desigualdade, Ignorância, Desprezo, Pobre, Inferioridade/Superioridade, Diferente/Diferença*), mas que possuíam frequências evocativas que justificaram a sua importância na constituição da representação supracitada.

No quadro, a seguir, demonstramos algumas relações entre os dados levantados no TALP e as narrativas de vida. Chamamos a atenção para o fato de que os trechos selecionados das narrativas de vida, a título de exemplificação, podem ser associados a mais de um dos elementos do TALP

Quadro 6 - Relação entre evocações e narrativas

EVOCAÇÃO	TRECHOS DAS NARRATIVAS
Preto/Negro	A gente não pode soltar cabelo como a gente quer. Todo mundo olha, todo mundo quer comparar o nosso cabelo como se fosse alguma coisa de comparação, e nosso cabelo não é assim. O fato de eu ser negra, eu não posso viver num sítio onde eu me sinta à vontade, porque eu tenho que estar toda hora com alguma coisa, pensando nas pessoas, pensando o que que eles vão achar, alguma coisa vai acontecer comigo (D2)
Preconceito	Nas lojas eu entrando, vendo que o segurança tá prestando mais atenção pra mim do que deveria “ah, posso ajudar?” Claro que pode me ajudar, mas não é pra me seguir durante toda a loja como se eu fosse tentar extorquir alguma coisa (D3)

Discriminação	Quando houveram problemas que envolviam o nome de africanos pra você ver se não tinham colegas que estudam na mesma sala consigo, demonstrando verdadeiramente o que acha de você (D1)
Inferioridade/Superioridade	“Esse africano aí é tranquilo”, entendeu? Aí, quando vai se propagando essa informação “esse africano é diferente, esse africano é tranquilo”, aí você ganha um pouquinho de respeito, ganha um pouquinho de consideração, ganha um pouquinho de bom tratamento (D1)
Diferente/Diferença	Pra mim isso dói muito na pele, eu me sentir diferente de pessoas que eu acho que não somos diferentes, porque a minha cor de pele não define quem eu sou (D2)
Desigualdade	Tem 10 africanos e 30 brasileiros, o professor sempre diz “façam um grupo de 10”, por exemplo, sempre vai ser 10, 10, 10 brasileiros e 10 africanos (D2)
Excluir/Exclusão	É muito diferente porque só vejo grupo de estudo com brasileiros (D2)
Ignorância	Fora aquelas questões das perguntas, onde as pessoas começam a perguntar, mas “como você veio pra cá?”, “ah, cara, eles tão vindo aqui gastar dinheiro da gente, eles tão levando a nossa parte aqui, metade da gente” (D1)
Desprezo	O meu instituto, a minha coordenação, eles não estavam nem aí pra mim, que eu saísse da universidade, parasse em frente a um caminhão, eles não estavam nem aí (D1)
Pobre	Eles não podem pedir nada, eles não têm direito, porque se calhar vocês lá até vivem com leões (D1)

Fonte: elaboração nossa.

A relação entre TALP e narrativas se dá, sobretudo, no plano do discurso, ou seja, os sujeitos fazem uso de recursos linguísticos (lexicais e outros) para (re) produzir os objetos de representação que os circundam. As narrativas propiciaram a emergência de situações que foram marcadas por sentimentos diversos como medo, frustração, angústia, esperança, sobretudo pela dor causada pelo preconceito e pela discriminação racial, enquanto nos propiciou “atualizar elementos implícitos ou latentes que seriam sufocados ou mascarados nas produções discursivas” (ABRIC, 2001, p. 59). Os dados revelados configuram a academia como um espaço conflituoso, em seus muitos níveis, pelo racismo institucional.

D1, ao longo de sua fala, evidenciou as sequelas psicológicas geradas a partir da sua chegada ao Brasil, onde, cotidianamente, enfrenta o racismo dentro e fora dos muros da universidade. As informações coletadas a respeito da cidade de Redenção, mais especificamente, ainda em Moçambique, não foram suficientes para alertá-lo sobre a dinâmica das relações raciais em solo brasileiro. Aqui, a realidade se revelou mais árida. Sentiu-se, muitas vezes, sem o apoio da Unilab. Enfrentou problemas sérios com o corte do auxílio, que só foi reestabelecido após três meses, e precisou lidar com as

consequências do racismo no próprio corpo, na própria mente. Atualmente, sente-se mais confortável ou “tranquilo”, utilizando a sua palavra, pois encontrou estratégias para lidar com as barreiras que lhe são constantemente impostas por ser africano e negro.

D2, na mesma direção de D1, traz para o cerne da nossa análise o racismo institucional e as práticas perpetradas por professores e alunos, que corroboram para a reprodução do fenômeno na Unilab, mesmo em se tratando de uma universidade pautada no projeto de integração entre Brasil e países membros da CPLP, os quais são, majoritariamente, do continente africano. D2 destaca os problemas que enfrenta por ser uma mulher negra, africana, e sentir que o seu corpo e o modo utilizado para se expressar estão em constante vigia e negação.

Por fim, D3, mesmo mencionando situações que lhes causaram impactos negativos, focou a sua narrativa nos aspectos positivos vivenciados no Brasil e nas potencialidades que enxerga na Unilab como capazes de promover o desenvolvimento e a inserção do negro em outros espaços, seja no Brasil ou no exterior.

Os três entrevistados compartilharam, ainda, a surpresa e o incômodo causados pelos estereótipos sobre a África e sobre os povos africanos que são, ainda, amplamente compartilhados por brasileiros, enquadrando o *ser africano* em um conjunto de representações negativas que em muito colaboraram para a permanência e (re) produção do racismo, em todos os seus níveis. Assim, os dados analisados chamam a nossa atenção para a necessidade de se pensar em estratégias de combate ao racismo capazes de envolver os diversos segmentos dentro da universidade bem como a comunidade ao seu entorno.

Feito essa síntese, destacamos, a seguir, as considerações finais.



“(...) eles se referem a macacos porque macacos são pretos, e o nosso cabelo, eles diziam que o nosso cabelo e o dos macacos não tem diferença. É uma coisa que a gente convive com isso, dia após dia. A gente não pode soltar o cabelo como a gente quer. Todo mundo olha, todo mundo quer comparar o nosso cabelo como se fosse alguma coisa de comparação, e nosso cabelo não é assim (...)”

4 CONCLUSÃO

Tratar do racismo como fenômeno manifestado no Brasil significou, para nós, compreender, em um primeiro momento, as *sutilizas* que garantem a sua difusão e o seu enraizamento nas práticas sociais cotidianas. Os séculos de sistema escravagista, as políticas nacionais de *inferiorização* e *exclusão* do negro, o modo como os meios de comunicação construíram paulatinamente a imagem do negro baseada em estereótipos são apenas alguns exemplos que, associados ao imaginário coletivo de um país mestiço e cordial, conferiram ao *racismo à brasileira* um contraditório *status* de inexistente.

Apesar de os casos de discriminação racial estarem, atualmente, estampados em manchetes de grandes veículos de comunicação, estimulando o debate público e a criação de projetos que tocam a temática nos vários âmbitos sociais, e apesar de a subrepresentatividade dos negros em espaços de poder estar sendo questionada, escancarando, assim, números de um país estruturalmente desigual, ainda estamos falando de avanços que não foram capazes de colocar a problemática envolvendo as disparidades raciais como uma demanda a ser, de fato, considerada pelo Estado e suas instituições. Dessa forma, vozes que denunciam e se colocam contrárias à lógica perversa do racismo nas suas múltiplas facetas são frequentemente mitigadas e negadas, fazendo-se inaudíveis pelo silenciamento discursivo (LESSA, 2013).

As buscas dos sujeitos participantes por informações a respeito da nova trajetória acadêmica vivida na Unilab não foram suficientes para delinear o quadro do campo das relações raciais no Brasil, com suas peculiaridades e complexidades. Assim, ao cruzarem o Atlântico, tais sujeitos se depararam com um ambiente que lhes impôs dinâmicas sociais permeadas, sobretudo, pelo peso conferido à cor da pele e aos traços físicos, promovendo uma ampla polarização assentada nas representações de uma África homogênea, subdesenvolvida, de africanos pobres e ignorantes, de um lado, e de um Brasil violento e preconceituoso, de outro.

O estranhamento gerado pelo cotidiano dentro dos muros da Unilab e fora deles, notadamente na cidade de Redenção, mobilizou elementos cognitivos relacionados ao preconceito e à discriminação que orientaram práticas dos discentes moçambicanos: o isolamento é, somente, uma dessas práticas. Assim, a TRS se mostrou oportuna para desvelarmos como os sujeitos representam o racismo no Brasil, uma vez que, em Moçambique, estes indivíduos não tiveram contato com a face institucional do fenômeno em questão.

À medida que problematizamos, por meio dos fundamentos teóricos desta pesquisa, a representação social sobre o racismo no discurso dos discentes moçambicanos na Unilab/CE, acabamos por problematizar também as formas como o fenômeno supracitado atravessou o corpo e a mente desses indivíduos, orientando as suas experiências, como observamos nas dores expressas nas narrativas.

Em termos metodológicos, o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) se mostrou oportuno para identificarmos as cognições que estruturam a representação compartilhada pelo grupo, conforme traçado em nosso objetivo específico 01. Retomamos aqui tais evocações: *Preto/Negro, Preconceito, Discriminação e Exclusão*, com alta frequência, constituindo-se como partes do **núcleo central** da representação, e *Pobre, Desprezo, Ignorância, Desigualdade, Diferença, Inferioridade/Superioridade*, termos **menos centrais**, mas que estão **ligados semanticamente ao núcleo central** e contribuem para a estabilidade da representação social que o grupo tem sobre o racismo (grifos nossos).

De acordo como nosso objetivo específico 02, para esse grupo social, do ponto de vista temático, o **racismo é um tipo de preconceito e discriminação contra o preto/negro que corrobora mecanismos de exclusão, mantendo-o afastado do acesso aos recursos disponíveis na sociedade** (grifos nossos). Essa compreensão nos foi possível após triangularmos os dados do TALP com as narrativas de vida coletadas, permitindo-nos chegar à centralidade qualitativa dos elementos que estruturam a representação social dos discentes moçambicanos na Unilab sobre o racismo.

Já considerando nosso objetivo específico 03, reconhecemos que é através das tomadas de posição que os sujeitos trouxeram à tona muito do que sofrem, enquanto negros africanos residentes no Brasil como estudantes. O *ser negro* possui uma grande saliência, quando analisamos o discurso dos indivíduos, justificando a alta frequência de evocações do termo *preto/negro*, que compõe o núcleo central da representação sobre o racismo. Estas evocações dialogam com as **tomadas de posição**, assim sumarizadas: **a universidade é como uma vida militar, o racismo institucional afeta alunos e professores** e a premissa de que **há esperança na integração** (grifos nossos).

Destacamos que a interface empregada neste trabalho comprovou a importância do exercício da interdisciplinaridade na busca pela compreensão de fenômenos sociais complexos. A articulação entre a TRS e os estudos sobre racismo nos permitiu observar, para além dos elementos formadores da representação, importantes aspectos da subjetividade dos indivíduos, como vimos nos dados.

Quando mencionamos a subjetividade dos indivíduos, fazemos referência, principalmente, àquilo compartilhado por meio do método de História de Vida. As narrativas que emergiram e ganharam forma pelo *campus* da Liberdade estavam repletas de desejos, sonhos, alegrias, frustrações, medos, tristezas, tudo mesclado pelas experiências, sentidas na pele, atreladas ao conflituoso campo das relações raciais. Observamos que muitas das experiências compartilhadas pelos moçambicanos entrevistados, no que se refere à percepção de si e dos outros, reforçaram o incômodo sentido diante dos estereótipos reproduzidos, por brasileiros, em relação à África. Os estereótipos acabam por cumprir a função de formular e propagar a outro-apresentação negativa (VAN DIJK, 2010), garantindo a manutenção dos privilégios dos grupos dominantes.

A experiência com essa pesquisa nos mostrou uma lacuna que nos interessa investigar em pesquisas futuras: como é possível estabelecer uma relação epistemológica que privilegie os estudos sobre branquitude, em solo brasileiro, a partir da Teoria das Representações Sociais?

Por fim, destacamos que a análise discursiva empreendida nesta pesquisa demonstrou a relevância de se investir no diálogo entre diferentes áreas do saber com o objetivo de compreender as muitas camadas que compõem o fenômeno do racismo. A Unilab, com seu projeto de integração internacional e de interiorização do Ensino Superior, constitui-se como uma importante instituição que tem contribuído para o desvelamento e o enfrentamento de mecanismos de poder os quais, historicamente, têm relegado ao negro espaços demarcados pela *pobreza, ignorância, desigualdade, diferença, inferiorização* e pelo *desprezo*, conforme destacou a nossa pesquisa, por parte dos grupos hegemônicos. Os dados levantados nesta investigação, apontam, acima de tudo, para a necessidade de se intensificar, em todas as esferas sociais, não se restringindo apenas à comunidade acadêmica, os debates, os projetos que tocam a ferida aberta provocada pelo racismo e que propõem medidas para a quebra do que favorece a sua (re)produção.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994.

_____. **O estudo experimental das representações sociais**. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp. 155-171.

APPIAH, K. A. **In my father's house: Africa in the philosophy of culture**. Nova York: Oxford University Press, 1992.

ARENDDT, Hannah. **Race-Thinking Before Racism, The Review of Politics**, vol. 6, n.º I, 1944. Disponível em: <<https://reflexionesdeunaerreita.files.wordpress.com/2013/05/arendt-race-thinking-before-racism.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

BANTON, M. **The idea of race**. Londres: Tavistock, 1977.

BERTAUX, D. **L'Approche biographique: as validité methodologique, les potentialités**. In: Cahles internationaux de sociologie. Vol. LXIX, p. 485-516, 1980.

BONI, V.; QUARESMA, S. J.; **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. vol. 2, n.º 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255603/mod_resource/content/0/Aprendendo_a_entrevistar.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

BORGES, Edson, MEDEIROS, Carlos Alberto e d'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. (Orgs.) São Paulo: Atual, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.289**, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a Criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

CARDOSO, F.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CARMICHAEL, S; HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America**. New York, Vintage, 1967.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COSTA, E. S. **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

DIANGELO, R. **White fragility**. *International Journal of Critical Pedagogy*, v. 3, p. 45-70, 2011.

DIEB, M. H. **Educação infantil e formação docente**: um estudo em representações sociais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2004.

DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 187 – 203.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001

DUVEEN, G. Introdução – o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FANON, F. **Toward the African revolution**. Trad. Haakon Chevalie. New York: Grove Press, 1969.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZENDA, I. C. A. (2001). “Construindo aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre interdisciplinaridade”. In: FAZENDA, I. C. A. (org.). **Interdisciplinaridade – Dicionário em Construção**. São Paulo, Cortez.

FERNANDES, F. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (orgs.). **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. **A sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 173-186.

FRANKENBERG, R. **The social construction of Whiteness**: White women, race matters. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993, apud DIANGELO, R. White fragility. *Internacional Journal of Critical Pedagogy*, v. 3, p. 45-70, 2011.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998 [1933].

GLAT, R. **Somos iguais a você**: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1989.

GUIMARÃES, A. S. F. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 2009.

HARRÉ, Rom. Gramática e léxicos, vetores das representações sociais. In: JODELET, Denise (Org.) **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 105-120.

HASENBALG, C. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, C; VALLE SILVA, N. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ. (p. 144-163), 1988.

HENRIQUES, J. G. **Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Lisboa: Tinta da China, 2016.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IRINEU, L. M. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut**. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

IRINEU, L. M. **Representações sociais sobre a latinidade: relações entre língua, cultura e identidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013b.

JACCOUD, L. Pobres, **Pobreza e Cidadania: os desafios recentes da proteção social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

JERÓNIMO, M. B. Posfácio: as gramáticas da diferença que o racismo nomeou. In: HENRIQUES, J. G. **Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Lisboa: Tinta da China, 2016.

JODELET, D. **Folies et Representations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JONES, Camara P. **Confronting institutionalized racism**. Phylon, 2000. Disponível em: <https://sph.umd.edu/sites/default/files/files/Jones-Confronting-Institutionalized-Racism_Phylon%202003.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

LANGA, E. N. B. **Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes**. 2016. 563 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2016.

LESSA, G. S. M. Memórias e identidades latino-americanas invisíveis e silenciadas no ensino-aprendizagem de espanhol e o papel político do professor. In: Lucielena Mendonça de Lima. (Org.). **A (in)visibilidade da América Latina na formação do professor de Espanhol**. 1ed. Campinas: Pontes Editora, 2013, v. 34, p. 17-28.

MACHADO, I. L. **A narrativa de vida como materialidade discursiva**. Revista da ABRALIN, v.14, n.2, p. 95-118, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42557/25814>>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

MAIO, M. C. **O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. Revista brasileira de Ciências Sociais, v.14, n.41. São Paulo, 1999. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009>. Acesso em 04 de junho de 2017.

MARQUES, J. P. **A invisibilidade do negro no Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003**. POIÉSIS, v.7, n.12, p. 347-366, 2013. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1830/1313>>. Acesso em 08 de novembro de 2017.

MONSMA, K. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EduFSCar, 2016.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. The phenomenon of social representations. In FARR, R. M. e MOSCOVICI, S. (orgs.). **Social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestrada proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, Rio de Janeiro, 2003.

NASCIMENTO, A. **O genocídio d negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, 2006.

PAIXÃO, M. **A lenda da modernidade tardia: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação**. Curitiba: CRV, 2014.

PIZA ET AL. **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

RAMOS, A. **Guerra e relação de raça**. Rio de Janeiro, Departamento União Nacional dos Estudos, 1935.

RODRIGUES, N. **Métissage, dégénérescence et crime**. In *Archives d'anthropologie criminelle*, Lyon, 1899.

ROMERO, S. **O evolucionismo e o positivismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Álvares & C, 1895.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. **Estudos de Psicologia Social: história, comportamento, representações, memória**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1993.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. **Trabalhando com a História de Vida:** percalços de uma pesquisa (dora). Rev. Esc. Enf. USP, p. 119-126, 2003. Disponível em: <<http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/207.pdf>>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAN DIJK, T. A. **Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria.** Barcelona: Ariel, 2003.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. A. **Racismo e discurso na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2008.

VERGÈS, P. Representações sociais da economia: uma forma de conhecimento. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp. 343-362.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O RACISMO NO DISCURSO DE DISCENTES MOÇAMBICANOS NA UNILAB: VOZES, IMAGENS E TRAJETÓRIAS COLETIVAS**”, sob a responsabilidade do pesquisador Paulo Cesar Alves Garcia, CPF: 345.023.218-50, discente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, orientado pelo Professor Dr. Francisco Vitor Macêdo Pereira.

Nesta pesquisa nós objetivamos analisar a representação social sobre o racismo (re) produzida no discurso de alunos moçambicanos da Unilab/CE.

Ao participar deste estudo, você permitirá que o pesquisador analise e publique os dados coletados por meio da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e também por meio da coleta de narrativas de vida, que serão gravadas e posteriormente transcritas. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Vale destacar que você tem liberdade de se recusar a participar, e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sua pessoa. Sempre que necessário, você poderá pedir maiores informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador ou por e-mail.

Mediante o exposto, ressaltamos que existem alguns riscos que devemos destacar. Os riscos consistem em: trazer à tona emoções relacionadas a experiências de discriminação racial ou xenofobia. O pesquisador, pautado na ética profissional concernente à pesquisa, buscará minimizar tais riscos, priorizando a preservação da integridade psicológica, física e social do participante.

Espera-se ser possível, através desta pesquisa, colaborar para a problematização dos diversos conflitos raciais que, multifacetados, perpassam as práticas sociais que caracterizam a Unilab como uma instituição de ensino superior com fins à integração internacional.

Destacamos, ainda, que você não terá nenhum gasto e nenhum ganho financeiro por participar da referida pesquisa, sendo livre para deixar de participar a qualquer momento do processo de coleta de dados, como já exposto anteriormente, caso seja a sua vontade, sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Paulo Cesar Alves Garcia, residente à Rua Marechal Deodoro, nº 755, Benfica, Fortaleza/Ceará, CEP: 60020-060, fone: 85 998118715, email: pcgarc@hotmail.com. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos -, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – Unilab, Av. da Abolição, 3 – Centro – Redenção- Ceará - CEP: 62790-000; fone: (85) 3332-1414. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Redenção, _____ de _____ de 201_____.

APÊNDICE B – TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRA

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

TÍTULO DO PROJETO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O RACISMO NO DISCURSO DE
DISCENTES MOÇAMBICANOS NA UNILAB: VOZES, IMAGENS E
TRAJETÓRIAS COLETIVAS

TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

NOME DO PARTICIPANTE: _____

PASSO 1:

Escreva, nos espaços indicados, as quatro primeiras palavras ou termos que vêm à sua memória ao ouvir a palavra *racismo*:

PASSO 2:

Coloque as palavras mencionadas no passo 1 em ordem de relevância para você:

1ª. _____
2ª. _____
3ª. _____
4ª. _____

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA DE VIDA DO DISCENTE 1

Cheguei aqui em 2014, em maio de 2014. Então, a recepção foi boa. Não foi aquela calorosa junto de muitos colegas, porque parece que a universidade havia abolido o sistema de alunos irem receber outros alunos. Então, esse sistema de terem tutores agora que vão receber os alunos pra acolher, pra sem acolhidos, voltou depois da minha entrada, uma entrada depois da minha. Então, não foi assim muito acolhedor, mas não teve problema, foi boa. Aí cheguei, cheguei foi, era previsto que eu fosse pra Pacoti, pra lá nas pousadas, acabei escolhendo hospedagem solidária, fiquei com meus amigos moçambicanos, que é que vivem em Redenção... Então fui me acostumando aí (riso). No primeiro final de semana que eu dormi aqui, chegando de Moçambique, sábado de manhã houve... Era na véspera de mundial, né?! Dos jogos lá. Então, sábado de manhã, tipo, tavam tocando bombinhas, mas era muito forte, eu fiquei com medo, quase não saí da cama, eu pensei que fosse tiroteio, porque, de uma maneira ou de outra, a gente tem informação, esse fato, esse acontecimento tinha acontecido, mas não era, era bombinha. Então, eu fui me acostumando, quando chegou a fase da universidade, escalamos pra Baturité, pra tratar do CPF, depois foi a fase da Polícia Federal... Isso tudo foi tranquilo, foi um processo bom... Até, até, até, aí, até nesse momento, a gente tá feliz, tipo feliz porque chegamos no lugar onde a gente vai estudar, a gente, a gente não tem noção do que nos espera, né, o futuro. Então, de primeira, quando cheguei, eu pensei que a nossa universidade estava sediada nas imediações lá de Fortaleza pra cá, né?! Quando a gente vai saindo do aeroporto, a gente vai viajando pra cá e a gente saiu da cidade, e a gente tava com aquela esperança, bom, a universidade deve estar aqui, tipo, Maracanaú, onde tem aquelas instalações, onde é, mais ou menos, né, básico, como se fosse próximo da cidade, muito próximo da cidade. Não é assim, cidade grande, mas é próximo da cidade. Então, a gente vinha, vinha, vinha (risos), o cara, o cara não parava de andar, depois foi esse choque, né?! Foi esse choque e aí, com o tempo, justamente pela idade que a gente tem, todos que vêm aqui são maiores de idade, eu acho que superam, facilmente, essa questão de urbanização, de não chegar e encontrar aquela cidade grande que esperava, isso todo mundo supera. O que complica é o tratamento que as pessoas têm com a gente, e grande novidade pra gente. Uma novidade acompanhada de choque, é uma novidade acompanhada de choque porque, é assim, a gente ouve falar de racismo, a gente ouve que Brasil... Eu, inclusive, me disseram na Embaixada, uma outra pessoa que se formou aqui em Brasil, num outro canto, falou “tu vai pra onde?”, eu disse “eu vou pro Brasil”, e ele “aonde?”, e eu “Ceará”, ele disse “Ceará onde?”, eu disse “Fortaleza”, e ele disse “Ceará é bom”, antes disso ele disse “Fortaleza é bom”, mas antes disso ele tinha dito “Ceará não é muito bom não”. Eu não havia entendido por que, sabe, porque a gente tem, assim, você nunca foi pro lugar e você tá com esperança de estudar, sabe, aí chega dá uma energia negativa, você pensa que não, o cara tá contando, tá contando, tipo, tá contando energia negativa, né, tá me botando azar, a gente usa essa palavra, particularmente, lá em Moçambique. Lá em Moçambique o cara, foi na Embaixada lá em Moçambique. Dentro de mim, eu não falei pra ele, cara, “esse cara aqui não cantou um fato diário”. Aí, depois com o andar do tempo é que eu percebi que não tinha nada de maldade, ele já tinha passado por algum tipo de experiência, que ele sabia o que tava dizendo, sabe? É, exatamente, se calhar, ele estava dizendo a questão do tratamento que o negro tem aqui, em particular no Ceará, o tratamento que o negro tem aqui. O mais engraçado, a gente percebe, a gente percebe que os negros brasileiros, os negros cearenses são até os que mais demonstram o sentimento racista contra nós, assim, discriminação, ódio. Eu não entendo o porquê isso. É muito fácil, às vezes, né, ver um cara branco cearense tentar, tentar cumprimentar ou contar uma conversa ou uma palavra com a gente, do que um cara

de tonalidade mais escura, um cara negro. Parece que eles querem nos culpar por alguma coisa, ou sei lá, eles têm mais raiva da gente. É o que eu percebo, assim, pessoalmente, mas no geral, assim, o tratamento das pessoas todas com relação aos negros, é... É um tratamento chocante pra gente, né?! Tratamento de choque. Fora aquelas questões das perguntas, onde as pessoas começam a perguntar, mas “como você veio pra cá?”, “ah, cara, eles tão vindo aqui gastar dinheiro da gente, eles tão levando a nossa parte aqui, metade da gente”, essas coisas tornam difíceis, assim, se você me pergunta como como é sua experiência, justamente como essa entrevista, dificilmente eu teria partes positivas pra falar. A parte positiva é que eu tô estudando e eu terei um certificado, né?! Uma formação no exterior no dia em que eu voltar pro meu país. Eu diria que essa é a única parte positiva, que tem desse meu trajeto, é ter certificado, ser formado um dia, ser formado no exterior, ser engenheiro de energia formado no Brasil, entendeu? Isso vai ter muito peso no meu país, mas, tirando essas coisas, não tem muita coisa positiva, não. É um sentimento de tristeza que a gente tem, um sentimento de tristeza... Outra coisa, a universidade recebe a gente, né, a universidade toma o cuidado da gente de pegar pra tratar o CPF, a gente volta do CPF, passa um tempo de pausa, leva a gente pra Polícia Federal, leva a gente pra Polícia Federal, tratamos dos documentos, daí você tá nas mãos de Deus, temos que estar nas mãos de Deus, aconteça o que acontecer, aconteceu, não aconteceu, a universidade não tá nem aí. A universidade não tá nem aí pra onde você mora, pra distância onde você mora pra pegar o intercâmbio, a universidade não tá nem aí pra área onde você mora, como é, se é favorável, se não é, a universidade não está preocupada com o nosso psicológico, procurar pelo menos saber “como é que tá sendo?”, “você está de estadia ok?”, “como que é?”, “o que vocês estão enfrentando?”, como que é o comportamento dos proprietários de vossas casas?”. Isso é o mínimo que a universidade tinha que ter, essa preocupação, de certa a gente se sentiria amparado aqui, a gente se sentiria amparado, mas de amparo a gente não sente nada aqui, a gente não sente nada de amparo, tanto é que parece que nos sábados o único RU que abre é este RU daqui. Não sei se o do Palmares abre ou não abre, eu não tô bem lembrado neste específico momento, mas eu presenciei, há uns dois finais de semana atrás, um grupo de colegas moçambicanos, dois irmãos moçambicanos, saindo de Acarape, passando até no campus da Liberdade, tavam vindo a pé, naquele sol do meio dia. Sabe, eu fiquei... Eu me senti triste, me senti mal, me senti muito mal porque se é que o RU dos Palmares funciona aos sábados, por que que o intercâmbio não circula, não circula? Que é pra levar esse pessoal lá pra almoçar. Almoçar é sagrado. Alimentação é sagrada, entendeu? E tem uma outra coisa... Assim, essa foi, essa parte da minha história já é uma parte conhecida pela universidade, é conhecida por muita gente. Eu, eu não gosto muito de tocar nela porque me deixa muito triste, me deixa muito triste, às vezes eu tenho medo de represália, né, se não os professores, a universidade, isso aqui... Mas eu vou contar porque eu passei, foi o seguinte: em 2015, no ano de 2015 pra 2016, eu tive a graça de conseguir viajar para Moçambique, e nesse período da minha viagem para Moçambique a minha mãe adoeceu. Então, nesse processo do adoecimento dela, nós somos 3 filhos, eu, minha irmã e meu irmão. A minha irmã tá casada, está fora, o meu irmão vai fazer 15 anos agora, o meu irmão é criança. Nesse processo, já que eu estava lá, a minha irmã continuava com a rotina dela, indo pra trabalho, não sei o quê, como uma tentativa de apoiar e juntar forças que é pra minha mãe poder sobreviver, então, se ela faltasse, seria um caso perdido, porque nem minha irmã, nem minha mãe, estavam a trabalhar, e eu não sei como seriam pagas as contas lá. Então, nesse processo, eu lá de férias, eu é quem tava cuidado da minha mãe, e eu acabei atrasando umas duas semanas após o início das aulas aqui. Acabei chegando aqui em março, as aulas começaram, parece, que no dia 28 de fevereiro de 2016, e eu cheguei aqui no dia 03 de março, aqui em Redenção, Acarape, né?! Então, já começaram

as aulas, alguns professores marcavam falta já, outros não, aí eu fui, fui, fui às aulas, eu procurei saber os professores que marcavam aula das disciplinas que eu havia me matriculado, os professores que marcavam, os professores que não marcavam... Aí, os professores que não marcavam eu agradei a Deus, né, que não tinha problema. Aí, os professores que marcavam eu expliquei, fui lá e expliquei a situação: professor, eu tive essa situação, então, por favor, tem alguma maneira de eu justificar, ou, sei lá, tipo, se eu já estou prejudicado por essas faltas, ou não, e se tinha alguma maneira de justificar as faltas... Disse que não, que não era motivo de se preocupar, ou sei lá, porque era início de trimestre... Realmente, era início de trimestre, acho que eu tinha mais 2 faltas, mas como cada aula são 2 horas, deu a entender que o professor marcava 2 faltas por cada aula, então, aí fomos tendo aulas. Eu expliquei ao professor, o professor me respondeu que não havia problema e tal, então fomos tendo aula, só que nesse processo de minhas aulas, depois da minha volta, até o final do trimestre, eu faltei mais 1 aula que fui à Polícia Federal, tratar do meu documento de visto, porque meu visto expirava em abril. Meu visto expirava não, meu visto expira em abril, dia 30 de abril expira o visto, então, cheguei em março, fiquei um tempinho e logo chegou meu tempo de renovar. Tem que contar 1 mês antes do visto expirar, então, acabei ganhando mais essa 1 falta pela Polícia Federal, por causa de ir para a Polícia Federal. Então, eu pensei, já que a universidade deixa nós, assim, tudo em nossas mãos, a gente é que gere a nossa situação de visto, não visto, a gente que marca os dias, então, e, fora isso, a data que eu vou à Polícia Federal tá carimbada no passaporte, não será nenhum problema para o professor, o professor não tinha, não pode me marcar falta pelo fato de eu ir à Polícia Federal, porque isso implica a minha deportação, conseqüentemente eu não terminaria o curso, taria a perder o tempo aqui pra ser deportado por causa de uma falta, então, pronto, houve essa falta, só que o que acontece, no final do trimestre, vou ver os resultados, então, vejo, naquela cadeira lá, era reprovação por falta, reprovação por falta. Eu vi, não me preocupei, se calhar foi justo, né, eu reprovei realmente por falta, mas eu tava com aquela dúvida... Só que como na altura isso não implicava em muita coisa eu continuei com os meus estudos. Aí, chega meados de 2016 um grupo, um grupo de estudantes que teve esse problema de reprovação por falta, todo o grupo foi cortado o auxílio. Aí, é aquele processo, no corpo do auxílio, você não recebia nenhuma informação, nem antecipada, nem no dia do corte, nem nada. Então, como você descobria? Você ia ao banco, tipo, você primeiro visualizava no aplicativo, “tá bom, não caiu o dinheiro”, aí você fica naquela, se não cair alguma coisa vai no banco, vai no banco, cumpre aquela fila enorme, chega no balcão dizem que não, o problema tá na universidade, não é conosco, nada, nenhum valor em seu nome, tem a ver com a universidade. Aí você sai do banco, isso são procedimentos, são aulas que a gente pode estar perdendo, porque isso não são coisas que alguém vai resolver pra você, nós não viemos com pai ou com mãe, nem com prima e nem com sobrinha do nosso país. Então, se tem coisas pra resolver a gente resolve pessoalmente. Então, não tem como a gente estar presente nas aulas. Então, aí você vai no banco, chega no banco e dizem “vai na universidade”, chega na universidade, procuram aí no seu histórico, “você tem reprovação por falta”. Então, foi isso que aconteceu com a primeira turma, isso antes de acontecer comigo, mas logo que aconteceu com a primeira turma eu sou muito atento pra essas coisas, eu não gosto de problemas burocráticos, principalmente quando diz respeito à universidade, Polícia Federal, eu gosto de estar sempre bem organizado, então, logo que aconteceu isso, fui ter com o coordenador do curso na altura, disse “aconteceu isso com essa turma, eu tenho o mesmo problema de reprovação por falta, mas, ainda não fui assolado por essa situação”. Aí, foi o coordenador disse “não, se ainda não te assolou essa situação, não se preocupe, mas, assim que te assolar, já que você falou comigo, assim que te assolar, tu fala de novo comigo que a gente resolve”. Fiquei calmo, né? O coordenador

que está dizendo, né? Fui estudar. Aí, aquela turma que que sofreu aquele corte de auxílio conseguiu recorrer, aí recorreu, houve ocorrência deles voltaram a receber o auxílio e tiveram o retroativo, pagaram os atrasados, os meses que eles não receberam. Aí, eu fiquei acompanhando de perto essa história porque eu sabia que estava na mesma situação, só que no momento não tinha me afetado. Então, chegou fevereiro, acho que foi fevereiro de 2017, o meu auxílio não cai, o meu auxílio não cai... Eu, morando sozinho numa casa de R\$400, morando sozinho numa casa de R\$400, e se eu ganho auxílio... Minha família não tem condições, não tem condições pra me sustentar. Aí, eu comecei a andar atrás do coordenador, “coordenador, agora chegou a minha vez”, eu andei, eu sofri porque não conseguia resolver com o coordenador, não conseguia resolver com a PROP AE, não conseguia resolver na DRCA, eu fui lutando, fui lutando, fui lutando, e nada de dar certo. Até o momento que entrou um coordenador substituto no período de férias de um entrou um coordenador substituto, aí, o coordenador ouviu o meu caso, ele acompanhou tudo, ele pediu pra organizar toda a papelada, todo documento... Nisto, eu já tinha pedido, pessoalmente, feito o requerimento, pessoalmente, pedindo para o professor tirar aquela, aquela minha falta, pelo menos a da Polícia Federal, que, que podia me tirar aquela reprovação por falta porque no total, na altura eram 11 faltas por disciplina, aí, eram 10 faltas por disciplina, se eu tivesse 11, ainda tinha a reprovação por falta. Do nada, pela matemática, aí, eles diziam foram 11 faltas, e eu sempre a dizer “eu não tenho 11 faltas, faltas que eu tenho são tantas, período que eu estava na viagem e mais 1. Somando não dá 11”. Eu sempre explicando para o professor, fora eu ter explicado a situação de saúde da minha mãe, fora de ter explicado da Polícia Federal, o professor pegou o requerimento e, não sei se disse indeferiu ele, ele negou, né, ele negou. Deve estar lá na coordenação, tá bom, eu fui tentando com o coordenador do curso e com a PROP AE. Aí, a PROP AE me propôs que eu comprovasse com documentos que a minha mãe estava realmente com problemas de saúde (risos). Eu comprovei. Aí, tava praticamente trabalhando com a PROP AE e com o coordenador, sendo que o coordenador foi o primeiro, né, que conseguiu. (...) O caso acabou se resolvendo após eu ficar 3 meses sem receber auxílio. 3 meses sem pagar o aluguel da casa. Quando eu fui à PROP AE para saber como seria o processo me disseram que eu não receberia o retroativo. Eu fiquei esses 3 meses com essa dívida de casa e aí quando voltou o auxílio, voltou R\$530, normal, não se responsabilizam por esses 3 meses que eu fiquei sem. Essa história é uma história que, que me deixa muito revoltado. (...) No meu caso, eu acho que foi falta de compaixão do professor. Primeiro, primeiro foi falta de compaixão do meu professor. Depois, eu acredito que a minha coordenação não esteve muito preocupada com esse caso, não sei se por falta de conhecimento, falta de não saber, não pensar no que eu estava passando, o que eu estava, sabe... A minha irmã chegou ao ponto de mandar mensagem para o meu professor (...) E o professor respondia “olha, eu já expliquei pra ele, eu não tenho o poder de tirar essa falta, e eu nem vou justificar essa falta porque seria como se eu estivesse errando” (...) Tipo, eu já estava pronto para arrumar as malas para regressar. Não tem como eu morar aqui sem o apoio da universidade. Então, isso me deixou muito derrotado. Eram vários meses, ainda bem que e-mails estão sempre salvos, que tem datas, tem tudo, vários meses que eu enviei, que eu mandei aí a eles a resposta do professor, era um “tipo, estou nem aí”. Tô nem aí mesmo, isso me doía. Eu ficava pensando, mas será que essa gente não pensa que um dia vão ter familiares que vão estudar fora, que vão viver nos países dos outros, será que eles gostariam que os familiares fossem tratados dessa maneira. Eu acabei até o ponto de beber água da torneira, porque eu não tinha R\$3,50, R\$4,00, para comprar um galão de água. Aí eu ia fazer o quê? Eu não ia morrer de sede. Bebi água direto da torneira, não conseguia pagar casa. Nesses 3 meses foram meses de muito sofrimento pra mim, meses de muito estresse. Eu pensei em tudo, por isso da outra vez eu falei do

atendimento psicológico, e por mim, naquela altura, o meu instituto, a minha coordenação, eles não estavam nem aí pra mim, que eu saísse da universidade, parasse em frente a um caminhão, eles não estavam nem aí. Era o tratamento que eu sentia. Porque eu era como se eu fosse uma bola. O único lugar que me trataram, assim, como eu posso dizer, que me trataram feito gente, onde me trataram bem foi na DRCA. O pessoal todo da DRCA estava sempre preocupado, “se o seu professor mandasse um sinal positivo que justificasse a falta dele, pelo menos essas duas da Polícia Federal”, pessoal lá falava “pelo menos as duas da Polícia Federal, se tirasse, a sua reprovação por falta some”... O pessoal da DRCA sempre lá comigo, me apoiando, mas o professor, a coordenação, não colaboraram. Isso é uma história, assim, eu precisava contar, por assim, distorcida, ou pode não ser bem percebida, mas no interior de mim é uma coisa que eu vou guardar comigo pra toda a vida, e eu sou capaz de, um dia, falar dessa história muito longe. Sou capaz de falar dessa história muito longe, porque eu, como pessoa, e como pai, eu tenho uma filha, de 4 anos, eu nunca faria o que aconteceu comigo pra qualquer pessoa que seja, não importa se é estudante, se não é, pra mim não importa nada, a distância que a gente está das nossas casas, aqui, a gente não tem um tio que a gente pode “olha, tio, eu vim aqui buscar R\$4 pra mim comprar uma água, porque eu já não tenho água. Aqui, a gente não tem, a gente tá por nós mesmos. Então, eu ficava pedindo favor era na coordenação, nos professores, tipo, o que é preciso que eu faça pra que me entendam? E como é que acabou a história... No momento que a gente foi falar com o tal coordenador, o coordenador substituto, e ele nos disse que era pra reunirmos todos com o mesmo problema e justificativas, eu que estava com as justificativas todas completas, todo o tipo de documento, até as passagens com as datas e tudo, eu fui o aluno que não tinha problema de falta, aí ele sorriu e disse “olha, eu não sei o que está acontecendo, mas o seu caso, o seu caso, tão dizendo que o sistema errou a contagem das faltas, você não tinha reprovação por falta...”

(...)

Eu sofri muito psicologicamente porque não tem espaço pra você estudar e ficar pensando de “como é que eu vou sobreviver?”. Você não estuda, não tem como você ser um aluno com bom desempenho com isso tudo na cabeça. Não tem como. É complicado, é muito complicado. O que eu passei só eu sei nessa fase aí. Aí, eu vou ouvir isso aí, que eu não tinha problema, o sistema é que falhou na contagem das minhas faltas. Mas como? Será que essa justificação não surgiu depois de analisarem a minha situação e verem que eu realmente estava dentro da, da, quer dizer, não tinha razão porque eu faltei, como sempre o professor falava, “você faltou, você não estava presente, não podia colocar presença”, mas eu tinha uma justificação plausível. Não uma justificação, duas, que podiam tirar. Eu não precisava que tirassem as 6 faltas, ou todas as faltas que eu tive no período que estava em Moçambique cuidando da minha mãe, que só que tirassem as 2 faltas da Polícia Federal, pra mim era suficiente. Era suficiente, que era pra eu não perder o auxílio. Que nada! Por causa dessas duas faltas, agora já é duas faltas da Polícia Federal ou o problema de sistema, eu perdi muito desempenho na escola, eu tive, eu me abati muito psicologicamente, me abati muito psicologicamente. Hoje, entre amigos, eu sempre falo, olha, eu comparo a universidade como uma vida militar. Eu digo isso sempre, a gente vai voltar pra casa com sequelas, a gente já não vai voltar normal. Eu não voltarei aquele D1 normal, aquele D1 que me conhecem, eu voltarei o D1 com sequelas, aquele D1 com sequelas, porque realmente, eu sei, eu não preciso que ninguém me diga, eu sei o que eu tô com problemas psicológicos, problemas de cabeça, justamente por causa disso que eu passei. Como é que a universidade trata desse jeito um aluno estrangeiro?... Como é que a universidade trata assim... Como é que, como é que, como é que é essa, essa participação social da universidade, que pega um aluno de um continente pra outro e dá um tratamento

de choque desse? Será que não tem, não tem uma outra forma de punir um aluno estrangeiro que não seja tirar o auxílio? Será que não tem uma outra forma? Todo mundo sabe, não precisava que ninguém diga, que África, é África, África é um continente pobre, então se a gente está aqui, só o câmbio do metical para o real, R\$1 são nesse específico momento 21 meticais. Só o fato de saber esse câmbio já dá pra perceber que esse aluno não consegue sobreviver aqui. Esse aluno não consegue sobreviver aqui. Não tem como dizer para os pais não sei o quê... E lá, lá também tem família, tem gente, lá também vivem de arrendamento de casa, tá entendendo? Lá tão arrendando casa porque família é tão pobre que não tem condições pra comprar ou pra construir uma casa. Eu não busquei ajuda psicológica porque, geralmente, eu não, não gosto muito disso, eu não sou assim, tipo, eu não gosto de me abrir com terceiros, sabe? Justamente com uma pessoa que eu não tenho nenhuma afinidade, entendeu? Uma pessoa que eu sei que essa pessoa só vai servir pra me ouvir, não vai me ajudar em nada, eu não gosto disso. Então, justamente por isso eu não procurei, não procurei por isso, não procurei por isso, mas, de uma maneira ou de outra, eu sofria psicologicamente. Tive apoio de amigos. Não só moçambicanos, os colegas da universidade. Qual é o colega que não se compadece com uma situação dessa? Qualquer menino, qualquer aluno, menina, menino, qualquer aluno africano, se você pegar ele, dizer assim, olha, “conta uma história de alguém que ficou sem auxílio”, ele vai, ele logo vai, a primeira coisa que ele vai dizer, olha, “esse assunto é muito sensível”, toca tudo no aluno estrangeiro, mas não toca no auxílio, toca tudo, toca tudo, mas, toca tudo no aluno estrangeiro, mas não toca no auxílio. A gente sem auxílio, a gente não é nada, sem auxílio a gente não é nada, então tu já pode imaginar o que eu passei, eu não sei descrever, nem saberia descrever. Eu conversava com a minha família, eu conversava com a minha família e a minha família entrava em reunião com a família alargada e conseguia, justamente, só, só mandar o dinheiro de pagamento da casa, porque eles tinham medo por eu estar no Brasil e aqui as coisas se resolvem na bala, não sei o quê, tudo que eles tinham medo é eu ter problema de dívidas com o dono da casa, ainda por cima sendo muito dinheiro. Então, eles se mobilizavam, se mobilizavam e faziam uma vaquinha que era pra, pelo menos, eu conseguir pagar a casa, e era exatamente o que eu recebia, eu pagava a casa e ponto. Daí eu me virava, daí eu tinha que me virar, tinha que pedir emprestado... O tratamento das pessoas aqui é a questão de, dessa coisa de ver a gente como, como um problema, eu acho que a melhor palavra é isso, “ver a gente como um problema”, se não é doença, é uma outra qualquer coisa, mas que não é boa, entendeu? Ver a gente como se a gente não fosse uma coisa boa... É assim, pelo menos comigo, o que aconteceu, assim, na turma, na primeira turma, não houve nenhuma demonstração desses tais problemas que eu tô dizendo, mas, se você saía da universidade, caminhando, não sei o quê, você percebia o começo, assim, o começo o povo de Redenção... Só agora que é mais livre, mais aberto com, com, com alguns africanos, tipo, na forma de tratar, “e aí, tá tudo bem? Boa tarde, bom dia”, era tudo na ignorância, era tudo na ignorância, você vai lá pra comprar, mas é como se você estivesse indo lá pra pedir favor, e tem de ser tudo bem rápido, que é pra você desaparecer logo daquele lugar, sabe? É esse, é esse tipo de tratamento que eu me refiro. Eu, até hoje, me pergunto, “mas como, mas como, como é que eu não adivinhei isso, que era pra eu não atravessar o oceano, pra passar pra ver isso, pra saber disso, sabe?”, porque hoje em dia, hoje em dia, assim, a opinião que eu tenho de alguém que queira vir pra cá... Eu dou papo reto, sabe? Eu dou papo reto, daí depois a pessoa é que sabe, porque eu me pergunto, “mas como?”, eu tinha acesso à internet, lá em Moçambique, através de amigos que trabalhavam, né, então você poderia ir para o serviço deles e conseguir acessar a internet. Como eu não consegui descobrir que o Brasil é assim, no quesito racismo, no quesito tratamento com o negro? Como que eu não... Se eu tivesse a informação que eu tenho hoje eu não viria. Se eu tivesse o conhecimento que

eu tenho hoje, eu não viria pra cá, eu estudaria lá, ou não estudaria mesmo. Eu cheguei aqui em 2014, em maio de 2014.... Em relação a mim, em relação a mim mudou, mas sabe por quê? Eu vou te dizer o porquê mudou em relação a mim, porque as pessoas, com o tempo que eu já tenho, acabaram me conhecendo, a minha educação, a minha forma de falar, a minha forma de ser, de estar, de se apresentar, porque isso tudo conta. Aqui, isso tudo conta, isso tudo conta. Então, por essas todas minhas características, as pessoas conhecem e eles vão comentar “esse africano aí é tranquilo”, entendeu? Aí, quando vai se propagando essa informação “esse africano é diferente, esse africano é tranquilo”, aí você ganha um pouquinho de respeito, ganha um pouquinho de consideração, ganha um pouquinho de bom tratamento, tá entendendo? É isso aí, em relação a mim mudou, eu não sei em relação aos outros, porque eu acredito que tenha alguns, ainda hoje, que não notaram ou que não descobriram o método pra serem bem tratados, pra serem bem vistos, e continuam passando pela mesma situação, porque precisa você estudar o que acontece, como são as pessoas daqui, aí depois você cria um mecanismo pra você se separar daquele tipo de tratamento, pra você ser separado daquele tipo de tratamento. Então, é pra tu ver, que você estuda primeiro, você observa muito a população, você estuda, entendeu? Depois, você auto, quer dizer, cria auto programa pra se separar, pra ser separado por eles mesmos, tipo, você estuda eles, depois você cria auto programa pra eles, entendeu? (risos). Pra conseguir sobreviver, pra você, pra você ser visto como gente, eu diria assim (risos)... Você passa um tempo observando, depois cria um mecanismo pra contar aquilo, e aí, quando você consegue contornar, você começa a ver resultados imediatos, você percebe “pronto, agora o meu programa deu certo”, entendeu? As pessoas te respeitam, entendeu? Não fazem piadinha pra, não vem aqui fazer piadinha ou o outro que tá do lado fala “cara, esse cara é o D1, macho, não faz isso, esse cara é tranquilo”, entendeu? Mas nem todos têm a mesma sorte. Já fui pro shopping, uma vez, Parangaba ou Benfica, uma moça atendente, né, tava querendo dar sinal pra outra, do tipo pra observar o meu cabelo, né, “olha o cabelo dele?”, entendeu? Só que parece que a outra não estava a perceber, e aí ela grita pra amiga “e os cabelos?”, tipo “olha o cabelo dele”, nosso cabelo parece que é, eles consideram ruim, aí então, foi essa a piadinha, depois foi outra de umas criancinhas, por aqui, no centro mesmo que me chamaram de macaco, como se tipo, você se aproxima eles começam a fazer aquelas brincadeirinhas de “macaco”, aquelas coisinhas, né? Que, você percebe que a criança está instruída pra fazer aquilo, que é pra se você revidar, você arma uma confusão, né? São coisas que eu percebo facilmente e eu já evito, entendeu? Eu percebo facilmente, eu já evito. Esse meu programa de contornar as coisas, eu já sei o que é feito pra dar problema, o que é, o que não é, entendeu? É muito forte, é muito forte... Sabe, eu, eu cheguei, eu acho que peguei trauma de ser estrangeiro. Eu disse pra meu irmão mais novo, esse que vai fazer 15 anos ano que vem, eu já disse pra ele, “olha, em nenhum momento vá estudar no exterior. Não veja seu irmão aqui, não veja as fotos do seu irmão aqui fora do país, não pense que o seu irmão tá num lugar melhor do que aí. Você tá melhor aí, entendeu? Em algum momento, se alguém aparecer com alguma proposta, olha, saia, vai estudar fora, não aceita. Estuda aí, que aí você é respeitado, aí você é gente, aí você tem mama, aí você tem a sua irmã, aí você tem conhecido e é reconhecido como você é, não precisa você tá ali, se é preto, branco, não precisa ter ou não ter, você tá calçado ou não, tá descalço, você aí, te conhecem, te respeitam, assim como você é, entendeu? Não pense em sair pra fora do país, meu irmão, fora do país você vai encarar coisas que você não está preparado. E se você não está preparado, você morre, literalmente, literalmente”. Muita coisa morre, dentro de nós com esse tratamento, com essas coisas todas, muita coisa dentro de nós morre. A única coisa que fica viva, em nós, é a força de estudar, terminar, pra sair daqui. Se você falar com todo, todo, todo, todo, a maior parte dos africanos, a conversa é a mesma, pegar meu

certificado, sair daqui... Então, é isso aí, eu falei pra meu irmão, não adianta, não sai. Você sai do seu país, você vai viver num outro país, você é lixo, você não é nada, não importa se você paga as coisas em dia, se vai comprar ou não, as pessoas te tratam como um... Se você tá no ônibus, você paga a passagem, faz tudo, mas te encaram como um, um bandido. Te encaram como alguém que vai fazer alguma coisa, você tá na loja, você quer comprar e é escorraçado praticamente da loja, é tratado tipo nada, é complicado, é complicado... E o que me deixa mais irritado, algumas vezes, aqui na Unilab, tem alguns brasileiros que reclamam da mesma situação, que aqui em Redenção é assim. Então, como é que a universidade vem se instalar num lugar assim? Como é que a Unilab nos traz pra um lugar assim, que é assim, já conhecido de tempo, já? Eu acho que isso é injustiça com uma pessoa, injustiça com o povo, é injustiça com, é injustiça, é uma injustiça muito, muito grande, é uma injustiça muito grande, principalmente pra aqueles que, na altura, não tinham muitas informações claras lá no site... Não tínhamos como descobrir ou saber o que é que a gente ia encontrar, principalmente pra esse grupo é muito complicado, é muito difícil, é muito difícil... Pois é, pois é, eu tenho relato de alguns amigos que já se formaram, já saíram daqui, já foram para os seus países, que eles contaram, as primeiras turmas, eles contaram que quando chegaram aqui, as casas que eles apresentavam, que eles preparavam para os africanos eram, eram, nem eram casas, nem eram casas, então, isso continua até hoje, de uma forma indireta, sabe, assim, é muito fácil você querer alugar uma casa e o dono da casa dizer “não, é uma casa boa, não sei o quê, não sei o quê, só falta piso, mas o piso a gente vai colocar daqui a 2 semanas”, entendeu? Eu acredito, da maneira que eu percebi, que eles acham que porque a gente é africano, a gente não liga pra esse negócio de casa, sabe? Não liga pra esse negócio de higiene, não liga pra nada. Então, pois é, eles pensam que a gente não liga pra isso, então, esse negócio, não, olha, “daqui a duas semanas, daqui a duas semanas a gente vai botar o piso, a gente vai terminar a cozinha”, tem muitos colegas que acabaram mudando de casa 6, 7 meses depois, justamente por causa disso, porque os donos das casas nos engavam, “a casa é boa, não sei o quê, a gente vai fazer uma reforma”, e nunca faziam, por que? “Ah, não, é africano, acho que lá as casas não têm nem essas condições...”. Eu sei, na minha cabeça eu sei, é isso que eles pensavam, “eles não podem pedir nada, eles não têm direito, porque se calhar vocês lá até vivem com leões, com animais”, entendeu? É desse jeito que é, até hoje, assim, onde eu moro é assim. Todas as casas, pra você mudar pra lá, eles passam por uma reabilitação, uma pintura, não sei lá o quê, a minha casa, como eu já havia solicitado há tempo, o dono não pintou. Eu já tinha solicitado dois meses antes, já tava reservada pra mim, não passou por nenhum processo de pintura, nem de nada. Eu fui lá, até hoje não passou por esse processo de pintura, são avarias da própria casa, por exemplo, o vaso fica entupido, essas coisas todas, né, esse caso de entupido, eu faço sozinho, eu faço sozinho, eu prefiro ir no youtube ou ver um vídeo com tutorial, como faz, eu faço, por quê? Porque ele não vem. Ou se vir, vai vir depois de 2, 3 meses, aí se você espera esses 2, 3 meses, são muitos danos que você tem. Alguns colegas tinham fornecido casa que chovia, gotejava, com muita goteira, mesmo, acabava prejudicando as coisas, já no meu caso não, meu caso aí é o seguinte, você avaria alguma coisa dentro de casa, “está bom, vamos enviar alguém para resolver isso”, e nunca resolve. Mas se for, assim, um vizinho, uma vizinha, assim, um brasileiro pra mudar, antes de entrar na casa eles pintam, ajeitam tudo direitinho enquanto a pessoa entra, na mudança, se for pra entrar outra pessoa que seja brasileiro, passa pelo mesmo procedimento, mas pra nós isso não acontece... Achei esse tratamento, como se, como se a moeda que a gente pagasse fosse diferente, entendeu? Como se esse nome de cliente fosse diferente, fosse um outro tipo de espécie de pessoa, que não tem direito a reclamação, ou não tem o direito a pronto atendimento também, entendeu? Essas coisas todas, essas coisas influenciam muito quando alguém pergunta

“qual é a tua experiência, ou como que você se sente, entendeu?”. Nessa pergunta, ao invés de haver respostas positivas, só aparecem na cabeça coisas negativas, porque é a nossa realidade é o que a gente vive, que a gente tem 70% de coisas negativas, 30% de coisas boas que são a universidade, estudar, passando, desenvolvendo o semestre pra sair daqui, pra terminar. O que eu percebo aqui, esse negócio da convivência entre colegas brasileiros e outros colegas, é o seguinte, aí já vai por afinidade, entendeu? Eu me dei bem com fulano, me dei bem fulano, então, esses são os meus amigos brasileiros, eu acho que isso funciona dentro, aqui na comunidade, pra quem mora no centro, pra quem mora em Acarape, é assim, na rua na vizinhança, conta dois, três, quatro que você se identifica, que vocês se entendem, né? Um, dois, três, quatro, pronto. O resto só vai ser bom dia, boa tarde, de ver, brincando com outros brasileiros, aí, respeitam um pouquinho, né? Tipo, não, se se entende com outro brasileiro, primeiro fala português, então, dá pra releva, entendeu? Mas não pensa que é aquela coisa, mesmo essa relação entre seu amigo que você se entendeu com ele um pouquinho hoje, um pouquinho amanhã, não pensa que vai ser pra toda a vida, não pensa que vai ser pra todos os lugares, existem lugares, então, nós estamos na universidade, tamos na universidade, a gente se entende, a gente conversa, a gente brinca, entendeu? Mas se a gente tá fora, se a gente tá na igreja, e aí eles tão com a família deles, tá com outro pessoal, aí, no máximo vocês vão trocar uma banda de cabeça, vão levantar o dedo, nos vimos e pronto, aqui não é amizade, tá entendendo, né? É tudo limitado, é tudo limitado, o que falar outra coisa tá mentindo, é tudo limitado. Existe essa amizade, às vezes até pode não existir nada de racismo entre os colegas, só que é tudo limitado porque eu desconfio do que seja, porque essas pessoas, naquele ambiente que eu dei o exemplo como se fosse na igreja, ele já está com outras pessoas, que se calhar não concordam com essa amizade que ele criou com uma pessoa de outra espécie, entendeu? De outro tipo de pessoa, entendeu? Então, com aquele grupo de pessoas que, naquele momento, ele está, não concorda que ele tenha amizade com outra pessoa, outro tipo de pessoa, então, ele só levanta a cabeça, ou levanta o dedo, “te conheço, mas não cria muita agitação porque hoje não é aquele ambiente pra nós” (risos). Essa é a minha experiência, eu, pessoalmente, eu não gostaria, eu não gosto disso, não gosto de problemas, não gosto de problemas, não gosto de atrair problemas, não gosto nada disso, eu não gostaria, pessoalmente, de ficar falando sobre coisas negativas, mas, é a nossa realidade, não tem como eu falar outra coisa, eu tô falando o que eu vivo, eu tô falando do que acontece comigo, não tem como eu falar “não, vou procurar coisas bonitas”, porque como eu já dividi são 70% de coisas ruins e 30% de outras coisas. E veja que eu não falei em nenhum momento aqui de violência ainda, de violência, assalto, tem essa outra parte, que aí já envolve toda a comunidade de estudantes, não tem a ver com africano, não tem a ver com brasileiro, todo mundo tá sofrendo disso da mesma forma, tá entendendo? Então, quer dizer que os estrangeiros têm problemas, o problema deles é exponencial, ao quadrado, porque tem essa toda coisa, da sociedade, tem essa coisa toda da universidade, e depois tem que encarar essa parte que é a criminalidade, entendeu? É complicado. Tudo que eu tô falando, tudo o que eu tô relatando eu já não sinto isso, sabe, eu já tô calejado (risos). Você sofre, sofre, sofre, e você acaba se acostumando. Pronto, eu já sei, eu já sei, o ambiente em que você vai sofrer isso, vai sofrer aquilo, eu sei o ambiente que pra cumprimentar alguém, o ambiente que não é, o ambiente que é pra sentar, o ambiente que não é pra sentar, então, eu já não sofro muito disso porque eu já sei, né? Então, esse tempo que me falta, é um tempo tranquilo já, porque eu já sei me virar, eu já sei como são as coisas. Eu tô mais naquela fase de olhar as coisas, falar para um amigo, irmão moçambicano, dizer “olha, faz isso, não faz a coisa assim, não faz as coisas desse jeito, faz daquele jeito, isso não vai dar certo”, eu tô mais naquela fase de aconselhar, mas, ao mesmo tempo, isso me preocupa, porque, porque imagina se, no meu caso, imagine se eu

não aguentasse com isso tudo e cometesse um suicídio, se eu não conseguisse me segurar, entendeu? Então, eu quando falo isso, quando eu relato isso é mais preocupação com os novatos, que a universidade tenha mais atenção com esses todos aspectos, com essas pessoas, que as pessoas não são feitas da mesma maneira. Eu, aguentei meu tanto, do meu jeito e estou aqui, mas aí quem pode passar pela exatamente a mesma coisa, assim, tudo igualzinho, e não vai aguentar, entendeu? Então, quando eu relato essas histórias, aí, é pra questão de se tomar cuidado, tomar muito cuidado com essas coisas, essas possibilidades e, às vezes, é muito fácil a universidade chamar um aluno e conversar, tipo “olha, vocês têm essa situação aqui, de faltas, faltas, faltas, excedeu o limite e você, na verdade, reprovou por falta e corre o risco de perder o auxílio. Por que isso aconteceu?”, entendeu? Seria uma maneira, assim, viável, seria muito mais viável fazer isso. Isso aí acaba afetando tanto o nosso psicológico que cada estudante age da sua maneira. Vou ser sincero, como todos dentro da instituição, estou dizendo todos, não tem a ver com os técnicos administrativos, os funcionários, é todo mundo dentro da universidade entra sabendo que é uma universidade que tem negros, que tem alunos africanos, todo mundo já toma aquele cuidado de não demonstrar o racismo que realmente sente ou o seu real tratamento, entendeu? Mas, dentro da instituição, por toda a parte também existe essa questão de preconceito, de racismo. Se, se alguém discordar comigo eu diria “dê um tempo, veja no grupo do Facebook, do nosso grupo da Unilab, e vejam quando houveram problemas que envolviam o nome de africanos pra você ver se não tinham colegas que estudam na mesma sala consigo, demonstrando verdadeiramente o que acha de você, falando o que acha de você diretamente, verdadeiramente, já não era mais aquilo que era na sala, olha, “somos amigos, somos iguais”, não, ali, naquelas discussões, naquele grupo, cada um falava, demonstrava realmente o que quer falar, o que sente. Então, não como dizer que não tem discriminação, não tem como dizer que o tratamento é 100% bom, não tem como dizer isso. Vamos dizer assim, que tem um pouco de tudo, tem as suas partes boas e tem as suas partes más. Em todo canto, é professor, é aluno, tem um pouco de tudo... Eu já presenciei o caso de um professor que, um professor que no mesmo corredor, né, cumprimenta um aluno da mesma sala que você, e a você não cumprimenta...

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA DE VIDA DO DISCENTE 2

A minha chegada aqui na Unilab, se você para definir ela em uma palavra ou uma frase... Primeiro que, quando eu cheguei aqui ou antes de sair de Moçambique, eu tinha uma concepção super, eu tinha muita expectativa sobre o que vinha encontrar aqui no Brasil, especialmente Redenção, porque geralmente quando tu pesquisa alguma coisa sobre Redenção não aparece muita coisa, aparece mais Fortaleza, então eu já vinha com aquela ideia de eu ia para Fortaleza, ia pra algum sítio muito melhor, e quando eu cheguei, primeiro foi o choque do sítio. Eu fiquei mais muito, muito, muito, muito, eu lembro que quando eu cheguei chovia muito, fazia uma semana que tava a chover e quando eu abri a janela porque a gente chegou de madrugada, quando eu abri a janela eu fiquei traumatizada porque eu fiquei “oi? Que Brasil é esse?”, porque o Brasil que a África lê, aliás, o Brasil que a África leva pra fora não é esse que a gente vive. E, geralmente quando eu cheguei, diferente da matéria que os brasileiros trazem de África, porque, geralmente, trazem fome, trazem coisas muito ridículas, por exemplo, uma pessoa que sai de Fortaleza, nesse caso para Maputo ou Moçambique, chegando lá vai ver uma realidade diferente do que pensa, porque todo mundo, quando se trata de África, raciocinam que é a fome, a seca, essas coisas todas, e quando eu cheguei aqui, primeiramente, eu tive uma impressão, primeira coisa que eu pensei, quando cheguei no Brasil, quando cheguei no dia 11 de maio, eu disse “eu quero voltar”. Foi a primeira coisa que eu disse, porque era a primeira vez que eu saía de casa, eu tinha 19 anos, então, eu ainda tava com aquela coisa de “não, eu não vou aguentar, quero voltar”. Dois dias depois eu lembro que eu fiquei muito doente, que fui internada, e quando a senhora que trabalha na embaixada do Brasil, em Moçambique, ela ligou para os pais e eles quase me mandavam voltar, porque Unilab não tem nenhum vínculo com saúde, no início, quando a gente acabava de chegar, porque eu ainda não era matriculada, ainda não tinha nenhum vínculo com a Unilab, então, eles diziam que não podiam intervir nisso. Eu fui internada no Messejana, ficamos 1 semana e depois deu tudo certo, graças a Deus, voltei, recuperei e tudo. E quando, quando eu iniciei as aulas, lembro que no início tava tudo bem, tava tudo uma coisa incrível, aquele apoio que todo mundo, quando chegamos, tinha uma coisa que chamava a atenção nas pessoas, principalmente pessoas da minha turma, eu que eles nunca, acho que eles já tinham convivido com negros, mas não aqueles negro puro como nós, aquilo era uma coisa que como se as pessoas tentavam nos tocar, me tocar, como se eu não fosse pessoa, como se eu fosse uma boneca, alguma coisa. É incrível que parece que a pergunta que eu sempre tinha é “será que quando eles fizeram exame, eles não sabiam que iam estudar numa universidade de negro?”, como eles dizem “nós achávamos que íamos estudar com pardos”. Eu não sou parda, eu sou negra, eu sou preta, como eles falam. Então, nos disseram aquela coisa que eu não sei se é racismo, era alguma coisa, eles tinham a tendência de pegar no nosso cabelo pra ver o que que acontecia, como é que era o nosso cabelo, tocavam na nossa pele... Só fugindo um pouco, eu lembro que, inclusive, quando eu tava no hospital, eu tava deitada, chegou uma senhora, eu tava tapada, ela chegou, me tocou assim, ela queria ver se eu era humana ou era boneca, não sei (risos), porque ela não acreditava, eu não sei se ela acreditava que existia tipo uma preta, porque, geralmente, no Brasil, Brasil é mestiço, tem muitos negros, embora negros escuros é uma coisa que assusta os brasileiros. E depois daí a gente começou as aulas, tava tudo bem, mas, passando um trimestre, porque eu entrei no regime que a Unilab estava em trimestre, só agora a gente entrou no semestre, muita coisa já tava mudada, muitas pessoas mudavam, às vezes tu entrava na sala o preconceito na Unilab não tá só nos estudantes, tá nos professores. É incrível, que parece que um professor doutor, que fez doutorado, fez até pós-doutorado, tem muito preconceito com a África. É muito normal tu veste um

professor perguntando se África é um país. África tem 54 países, é impossível que África seja um país. África é um continente como o Brasil está no continente americano, mas nós nos deparamos com muitas coisas além dos professores doutores, cê entende? Meu professor é doutor, é pós-doutorado, não sabe que África tem 54 países, mas fez exame na Unilab sabendo que ia ter povo africano, certo? E, às vezes, antes era uma coisa que me espantava muito que meus colegas não soubessem disso, porque nós temos uma disciplina História, eu já vim aqui já sabendo de muita coisa da História brasileira. É incrível que parece que os brasileiros não sabem nada da História de África e eles é um povo mestiço. É uma coisa que eu fico assustada, é por isso que eu acho que o racismo deles começa daí mesmo... Um dos episódios que me marcou, foi tanta coisa, mas tanta coisa, que acho que a gente ia ficar todo o dia, mas, pronto, dentro da turma a gente tinha uma disciplina que era a Sociedade nos Espaços Lusófonos e alguma coisa, que eu não lembro aqui, mas a disciplina era essa Espaços Lusófonos no Tempo, esqueci, mas a disciplina era A Sociedade nos Espaços Lusófonos, certo, então o professor ficava a falar, tava ali falando, dizendo como é que o povo brasileiro é feito, como é que é a mestiçagem daqui, ele disse que houve um tempo que nascia uma criança negra, no registro era um favor quando escreviam que seu filho é pardo ou tinha que dizer mestiço ou tinha que ser alguma coisa, porque não podia dizer que é negra, porque se dissesse que é negra muita coisa aconteceria ou os direitos que a pessoa negra, vivendo no Brasil tinha, teria, e a pessoa que nasceu branca seriam diferentes, e o professor disse na minha colega, e a minha colega é morena, muito morena, muito mesmo, só tem o cabelo, ela disse, por exemplo, “essa miúda é negra”. Minha colega deu um grito, ela chorou tanto, eu cheguei na turma e perguntei “o que se passa?”, ela disse “porque o professor disse que eu era negra”, “ou você tá chorando assim por que o professor te chamou de negra? Tu não tá doente”, ela disse “não, porque eu não sou negra”, eu perguntei “tu se considera o quê? Mestiça?”. Então, uma das coisas que eu fiquei... Pra algumas pessoas daqui é como se negro fosse doença, fosse alguma coisa transmissível, isso nota-se pelo menos no restaurante universitário. No restaurante universitário tem muitas restrições nas mesas, se fosse pra fazer uma estatística tu vias quantas mesas, a divisão das mesas que tem, tem uma mesa que só tá composto por brasileiros, alguma mesa que tá composto por africanos, e tem muito isso, e muito, quando se faz um inquérito, muitas das vezes as pessoas falam no seguinte “porque eles gostam de se separar, eles não gostam de se juntar”, porque a gente acaba se juntando e quando a gente se junta o impacto que nós temos não é um dos melhores, porque, às vezes, a gente se junta, e após a gente se juntar, começam a fazer especulações, ficamos... Uma das perguntas que mais me marcou foi quando alguém me perguntou, um colega meu, me perguntou “ei, D2, tu veio de barco? E na África, como é que tu convive? Tem animal de estimação dentro de casa é leão?” Eu fiquei (risos), “tu podes ter um animal de estimação, tu podes ter um leão dentro de casa?”, “que pessoa vive com um leão?”, e, às vezes, quando a gente tá no restaurante universitário, no início, quando acabamos de chegar, ou quando eu acabava de chegar, meus colegas, eles ficavam já, porque eles perguntavam, vixi, “vocês comem frango? A gente só pensou que vocês comessem capim”, e são coisas... Uma outra coisa que me marcou muito desde que eu cheguei aqui, foi quando a gente foi pra algumas coisas, porque quando chegamos, tinha um problema que teve sobre alguns casos de estupros, dizem que tiveram dentro da universidade, e isso foi uma coisa que se expandiu não só dentro da universidade, se expandiu fora e a informação que tinha a manchete que uma rádio de Redenção deu é “africano estupra outra africana”, e toda a Redenção tava colada de panfletos de mulheres africanas negras, falando que as mulheres africanas são estupradas, são violadas, são espancadas porque elas deixam, porque elas ficam sem roupa, aí a gente anda nua, porque, porque eles acham que... Certo, e isso se expandiu de uma forma muito negativa pra toda

a comunidade. Houve um tempo que a gente tinha muito medo de sair porque nós tínhamos medo de ser atacada, porque eles julgavam que o povo, a autoridade de Redenção estava de uma certa forma a favor dos africanos estupradores e falavam que os africanos tinhamos cultura de estupro, cultura de andar nua, “meu Deus, será que tem algum povo do mundo, que tem cultura de estupro, tem algum povo no mundo que tem cultura de andar sem roupa?”. Eu não sei se as pessoas sabem, mas atualmente o Brasil, em cada 11 minutos, viola uma criança, e em África não temos esses dados, não temos esses dados. Então, foram coisas que foram acontecendo que acabaram nos marcando tanto... Houve um tempo em que a gente entrava numa loja pra pedir alguma coisa, tinha algum... Certo, houve um tempo que mesmo pra comprar algum vestido, eu entrava em alguma loja pra comprar esse vestido, a vendedora fechava a porta, porque ela dizia o seguinte que a gente não tinha dinheiro pra comprar, às vezes tu perguntava “quanto é que custa?”, ela dizia “não tá a venda”, porque ela julgava que a gente não tivesse dinheiro pra comprar aquele tipo de roupa, e uma das coisas marcantes que marcou também foi quando eu cheguei pra fazer as unhas no salão e a senhora disse “não posso fazer unhas de negra, não posso fazer unhas de negra, não posso gastar meu tempo colocando sua mão na minha batina pra fazer a sua unha”, ela, essa foi uma das pessoas, ela não escondeu, ela falou na cara “eu não vou fazer unha de nenhuma negra porque pra mim isso é muito humilhante”, e foram coisas que foram acontecendo, que acabou nos marcando e muito, mas muito, e a gente não vive preconceito fora de Redenção, porque aquilo que eu tava a dizer, a falar, a falta de preparação do povo de Redenção. É mais doloroso pra nós ver o preconceito dentro da escola, tu veres os professores, o tratamento que os nossos próprios professores dão pra nós, os colegas que dão pra nós, é muito diferente, eles trazendo algumas barbaridades muito exóticas de África, que quando tu falas, ó, a gente fica, por exemplo, a gente fica de cara aberta ou de cara, não sei, porque, por exemplo, eu, como eu tava a dizer, a professora trouxe um vídeo, aquele vídeo que eu acho que é de 1860, que demonstrava a escassez de água... Todo o mundo passa a escassez de água, mas ela não, tem tantos vídeos atuais que ela podia trazer de escassez de água, porque escassez de água a gente vive até hoje, mas ela não, trouxe um vídeo de 1960, que era pra gente assistir, e quando nós saímos de lá, porque lá tinha algumas pessoas que quando viam carro ficavam todos assustados, porque era aquela novidade, e quando nós saímos de lá, durante uma semana, os colegas ficavam zombando de mim. Os colegas ficavam só zombando de mim, “ah, ficam no ônibus, só querem ar condicionado dentro do ônibus, mas eles nem carro têm”. Porque foi a realidade que a professora trouxe perante os colegas. Sim, e outra coisa, que sempre nos deixou assim, porque, por exemplo, o projeto da Unilab acaba fugindo muito, eu como moçambicana, eu sinto isso, porque, às vezes, a gente entra no restaurante universitário, no próprio restaurante universitário da escola, tem algumas divisões nas mesas, tem algumas vezes que os brasileiros sentam de um lado, os moçambicanos sentam do outro, os cabo-verdianos sentam do outro, mas se esquecem qual é o projeto verdadeiro da Unilab. Não tem integração. Falar que na Unilab tem integração é quase que um absurdo, e pra nós dói muito na pele. Por exemplo, pra mim isso dói muito na pele, eu me sentir diferente de pessoas que eu acho que não somos diferentes, porque a minha cor de pele não define quem eu sou, não define de onde eu venho, mas aqui o que normalmente a gente vê nas pessoas é que eles nos definem pelo fato de eu ser negra que eles acham que eu tenho menos conhecimento pelo fato dele ser branco, mas isso não é verdade, isso não é verdade, e às vezes dentro da aula a gente tá a falar alguma coisa e o professor ele não liga, ele pensa que a gente vai falar uma coisa sem coerência, porque ele diz que a base que nós tivemos, tem alguns professores que dizem que a base que nós tivemos no ensino médio não é lá uma das melhores. Às vezes, o professor tenta dar um exemplo de África, ele fica só olhando pra gente, porque ele fica,

eu não sei se ele fica com medo, fica com alguma coisa. Outra coisa que marca muito aqui na Unilab é sobre o vestuário. É super normal que eu, como africana, não possa por minissaia. Não posso por short curto, porque eu sou preta, mas os brasileiros podem por. Quando a gente usa um tipo de roupa, a gente tem que usar roupa sabendo, se preocupando mais com as pessoas do que com a gente. É uma coisa que nos preocupa bastante, bastante mesmo.

(...)

Tá certo, e ela gritava “eu não aguento mais ficar aqui, porque eu tô com medo, eu não posso mais estudar, porque eu tô com medo que vocês façam macumba”. Eu peguei na menina, eu perguntei “tu tem noção do que que tu tá falando?” (risos), “eu não sei do que você tá falando”, ela gritou “mentira, vocês sabem fazer macumba, todos os africanos sabem fazer macumba, macumba que era aí a mistura de algumas raízes, que fazem alguma coisa mal”, e, geralmente é uma coisa que me deixou muito chocada, quando eu cheguei em casa, eu queria voltar, porque aquilo me doeu tanto, mas tanto, tanto, e, geralmente, por exemplo, (risos) quando a gente tá na aula prática, eu faço Agronomia, uma das vezes eu cheguei e o meu colega tava sentado comigo, eu perguntei pra ele “posso usar o seu protetor solar?”, ele disse “não, tu já és tão preta, quer se proteger do quê?”, os pretos não podem usar protetor solar. No momento, a primeira coisa que me deu na cabeça eu comecei a rir. Eu ria do absurdo que ele falava, porque eu não sei onde é que tá escrito que o protetor solar não era pra negros. Simplesmente eu deixei, mas isso ia se repetindo. Ele perguntava “por que você quer tanto se proteger do sol no campo, se tu não pode escamar?”. Eu acabei falando pra ele “olha, tudo o que você fala a partir de hoje eu vou anotar e eu vou queixar, eu vou dar um depoimento, vou fazer alguma coisa porque eu já não aguento mais, isso se repete toda a hora”, e ele acabou encerrando, e ele já não fala mais nisso. Às vezes, tu veste alguma coisa na turma, algum grupo, por exemplo, nós estamos no grupo da turma, tem o grupo geral e tem o subgrupo. O subgrupo é pra eles falarem desse tipo de coisa, uma dessas vezes a minha colega, ela tava a falar com uma delas e acabou sem estar percebendo uma mensagem para o grupo geral. Ela disse assim, “estamos cansadas dessas macacas”, e eu fiquei perguntei “não percebi o termo”, e ela disse é o seguinte, pois eles começaram a se desculpar “ah, é porque, não é um termo de brincadeira, e aí macacada”, mas isso não era isso, eles se referem a macacos porque macacos são pretos, e o nosso cabelo, eles diziam que o nosso cabelo e o dos macacos não tem diferença. É uma coisa que a gente convive com isso, dia após dia. A gente não pode soltar cabelo como a gente quer. Todo mundo olha, todo mundo quer comparar o nosso cabelo como se fosse alguma coisa de comparação, e nosso cabelo não é assim. O fato de eu ser negra, eu não posso viver num sítio onde eu me sinta à vontade, porque eu tenho que estar toda hora com alguma coisa, pensando nas pessoas, pensando o que que eles vão achar, alguma coisa vai acontecer comigo... Enfim, são muitas coisas que a gente passa dia após dia, dentro e fora da Unilab, mas, por parte, é aquilo que eu tava a dizer, a preparação, eu acho que a Unilab, antes de trazer a gente aqui, tinha que preparar a população, tinha que preparar o estudante, porque é quase impossível. A gente chegou aqui, de paraquedas, são perguntas que as pessoas fazem, quando você olha, muitas das vezes que perguntam se a gente tem leão de estimação dentro de casa, tu olha, a pessoa não sabe o que está a falar, porque se for uma pessoa ciente, a pessoa pode te perguntar, se você já foi um safári ou alguma coisa, mas, não, pergunta se tu tem leão, tu convive com cobra, tu come capim... Eu não sou ruminante, como é que eu vou comer capim? Então, são tantas perguntas que eles ficam perguntando (risos)... Uma dessas vezes, a gente tinha um seminário e távamos a falar do café. Muitas pessoas não sabem, aqui no Brasil, que o café vem de África, começou-se a cultivar o café na África. A gente falava diferentes culturas de produção, e minha colega não disse, ela desmentiu na sala,

“não porque é impossível que o café tenha começado a se cultivar na África”. A gente vê que o professor, parece que o professor é formado em agricultura, alguma coisa, não sabia que a cultura de café veio de África. Ela jurava que a cultura de café veio do Brasil ou veio de Portugal e se expandiu no Brasil... O professor. Ah, porque o meu colega não sabia, eu até entendia que ele não sabia que começou a se cultivar o café na Etiópia. Ele depois disse, “ah, professora, mas eu acho que quando eu tava a fazer o seminário eu vi que começou na Etiópia...”, “oi?”, Etiópia faz parte do quê? Não, Etiópia é um dos países asiáticos, eu disse “não, Etiópia é África”... Então, é uma coisa que até agora fica nos perturbando, porque os nossos colegas, eles, eles são assim preconceituosos porque eles não conhecem a África, eles não sabem o que é África. Pra eles, geralmente, a África é a pergunta que não se cala, quase todos os estudantes perguntam “tu é de África?”, “sim”, “ah, capital de África é Angola”... Então, são coisas que eles ficam perguntando, ou, no mínimo, quando a gente, quando eles querem falar alguma coisa conosco, eles tentam falar com código, porque pensam que a gente não sabe falar português, mas a gente teve colônia portuguesa, nossa ortografia é dos portugueses, e uma outra coisa que marca dentro da aula é que a gente tem o novo ortográfico do Brasil é diferente do nosso, porque a gente tem o ortográfico português. Na escrita, a gente tem muita dificuldade nas provas, porque a gente às vezes tem umas coisas que a gente escreve e o professor não porque ele não percebe. Ele continua com aquela coisa, a gente tem que aprender, tá bom, a gente tá ciente, a gente tá no Brasil, temos que aprender esse acordo ortográfico. Tem algumas coisas que a gente escreve, que o professor não desconta. Eu cresci, aprendi, que factó, se escrevia factó, mas quando eu cheguei aqui a professora não queria que eu escrevesse, fato, fato, fato, alguém fala de fato em Moçambique todo mundo pensa em vestuário, porque fato é de roupa. Então, são muitas coisas que a gente, se fosse pra falar, eu ficaria todo o dia, todo o dia, mas só pra dar conclusão no que eu falava, eu só queria dizer que o preconceito e o racismo existem, e o incrível que pareça a Unilab chegou pra tentar acabar com isso, mas é pelo contrário, a Unilab aumenta com isso, porque eles não preparam o estudante, não preparam a comunidade. Então, a gente vive de perto esse racismo do dia após dia, e uma coisa que é muito verdade, é muito doloroso se sentires diferente de alguém, porque não és diferente, minha cor de pele não identifica o que sei, o que eu sou... Aqui, a gente vive diretamente o racismo, eu já ouvia na novela, falando que o racismo existe, essas coisas existem, mas vivenciar na pele eu tô a viver aqui. É muito difícil chegar no R.U, eu tô a jantar e todo mundo tá a olhar pro teu prato, se tu vai servir somente capim, como eles dizem verdura, porque não comem frango... Então, são muitas coisas que eu, como moçambicana, se eu voltasse pra Moçambique, o relato que eu tivesse daqui não seria um dos melhores, porque eu não tô a viver uma das coisas melhores no Brasil. É muito diferente porque só vejo grupo de estudo com brasileiros, com meus colegas da sala eu não posso fazer grupo de estudo, porque, geralmente, quando tu marca grupo de estudo eles não aceitam... Uma outra coisa que eu esqueci foi que o professor, quando ele marca grupo de seminário, ele sempre deixa os estudantes marcarem, numa turma média de 40 estudantes, tem 30 africanos, tem 10 africanos e 30 brasileiros, o professor sempre diz “façam um grupo de 10”, por exemplo, sempre vai ser 10, 10, 10 brasileiros e 10 africanos, os nossos grupos de seminários são feitos desse jeito, africanos somente com africanos, e brasileiros somente com brasileiros. Uma pessoa ou uma pessoa que quer promover integração, será que ele acha justo deixar desse jeito? Ele não promove a integração, por exemplo, tenho algumas colegas que fazem agronomia, que a gente vai trocando de experiência, por exemplo, eu vou dar um exemplo, “mandioca”, eu chamo mandioca de mandioca, pra mim não existe essa espécie venenosa, mas aqui vocês chamam mandioca de macaxeira. Eu acho que se eu tivesse a oportunidade que os brasileiros tão tendo aqui de aprender, seria aprender essa mistura

de cultura, mas nossos colegas não aprendem (...), mas acho que já estava na hora da gente ter um curso, qualquer curso de mistura. Porque se é mistura de povos, a Unilab não exerce isso. Um professor se sente super à vontade de ter um seminário de 40 estudantes, 10, 10, 10 brasileiros e 10 africanos, quando chega, ele pergunta “por que esse grupo tá assim?”. Será que o professor não sabe, o professor não se dá conta o porquê só tem um grupo de africanos? Será que não tá mais que na hora dele ver o porquê africanos só ficam com africanos? É só isso. Porque quando a gente retrata o moçambicano, o guineense, é muito diferente porque a gente, todos como africanos, estamos aqui na Unilab, a gente vive os mesmos problemas, por isso que é diferente, tem problema de moçambicano, tem problemas de angolanos, os problemas são quase os mesmos.

Eu vou dar um exemplo, contando que é praticamente um absurdo falar com algum professor, porque eles presenciam isso, eles ouvem, mas os professores fingem que não tá a acontecer nada.

(...)

Por exemplo, isso que aconteceu que eu falei sobre o professor falando de negrada e a colega falando “esses são desse jeito”, ela gritou na sala, ela exaltou, primeiro ponto me faltou com respeito. Eu não sei por que acho que a educação que nós temos acima de tudo tem que saber respeitar as pessoas, independente da intimidade que tu tens, não pode simplesmente gritar “esse povo é desse jeito”, esse povo é quem? Quem é esse povo? São os africanos. A gente pode ser preto, como eles dizem, mas a gente não vem da mesma educação. Cada país tem a sua etnia, cada país tem o seu princípio. A única coisa que a gente leva em comum é os professores africanos estarem na Unilab... Os professores veem, os servidores veem, não há ninguém que não veja o racismo acontecendo dentro da Unilab, e simplesmente se calam, porque isso já parte deles... Um professor vendo um tipo de racismo, por exemplo, na minha opinião, eu sendo professora, por exemplo, eu vendo um grupo de pesquisa, de alguma coisa, só tá formado de uma única nacionalidade. Como educador a primeira coisa que me chamaria a atenção é isso, eu não deixaria isso acontecer, mas ele deixa acontecer, ele deixa passar... Então, acaba sendo uma coisa normal, a gente consegue, pra estudar na Unilab, tu tens que fingir que não ouve, não vê. Entra na turma, ninguém diz bom dia. Nós temos uma educação muito diferente, então qualquer sítio que tu entras tu tens que dizer bom dia, que tu entras e diz bom dia tá indiferente, então acaba sendo uma coisa muito complicada, as pessoas vê, o servidor vê, não há ninguém que não vê, todo mundo vê.

(...)

Isso já aconteceu, agora tem o documentário de algumas meninas, que tão fazendo sobre o cabelo afro, porque todas as meninas o intuito é sobre o cabelo, falar alguma coisa do cabelo, muitas pessoas já ouviram, muitas pessoas ouvem, quando falam “ah, porque eles têm cabelo carapinha, eles têm isso”, mas nenhuma pessoa já chamou a atenção. Ninguém da Unilab já chamou a atenção. Não porque isso não acontece. O racismo acontece minuto após minuto na Unilab e os professores vê. Dentro da aula, é na cantina, em qualquer sítio. Eu acho que psicologicamente hoje eu já tô mulher. Eu já quis voltar nesse sítio, eu disse “não, eu não vou aguentar, não dá mais, porque eu não consigo”. Eu perguntava “como é que vou terminar o curso com pessoas assim?”. Os exemplos mais citados que eu dô é da minha turma, pessoas que convivem comigo diretamente. Eu sempre digo uma coisa pra minha colega, eu sempre digo pra ela “hoje, hoje a gente tá aqui a estudar, quando nós terminarmos, vamos ter um álbum da turma”, eu não vou querer fazer foto com eles. O que eu vou chegar e mostrar na minha casa? Começar a apontar porque “esse fazia isso, esse fazia isso, esse fazia isso”, porque eles não fazem parte de mim. A ideia da Unilab ou da turma é unificar, mas isso não acontece. E meu psicológico agora tá muito melhor. Antes, qualquer coisa que acontecia “eu não vou aguentar”, e minha família

sempre falando “calma, se ia saber que isso existe, negritude não é doença”, ninguém escolhe ser negro, tens que ser forte. Então, são algumas recaídas que a única coisa me levanta porque eu sempre digo “eu saí de muito longe pra vir aqui, e não foi fácil pra chegar aqui, isso não vai ser alguma coisa que vai me derrubar” (...) e por isso eu tento me levantar sempre que acontece isso. Agora, eu já tô mais crescida em relação a isso. Houve um tempo que eu não conseguia, mas agora eu já tô mais calma. Porque eu sei que nem que vá queixar em que sítio não vai acontecer nada. Eu vou estudar, vou sair daqui, vou deixar o racismo... Uma das coisas que, quase todo mundo chama a atenção é que os moçambicanos são poucos, acho que atualmente são 25, é a comunidade com menos estudantes na Unilab. E pelo fato da gente ser pouco, a gente acaba sumindo mais, e geralmente tem muita divisão, os meninos estão sempre com os meninos, as meninas estão sempre com as meninas. A gente conversa muito sobre isso quando a gente tem alguns encontros, a gente debate, debate, debate, e acabamos na mera conclusão “aconteceu, a gente não tem o que fazer”. O professor moçambicano, ele está mais tempo aqui no Brasil, ele sempre fala “aqui vocês vão ainda viver coisas piores, importante é vocês não perderem o foco. Levantar sempre a cabeça, continuar, não esquecer que aqui não é vossa casa, vocês devem voltar pra vossa casa”, e coisa que a gente deve levar, independentemente do que é o diploma, porque foi isso que nos trouxe aqui, e, por exemplo, o Brasil no geral tem uma concepção fora que o Brasil é cordial, o povo brasileiro é isso... Nós aqui vivenciamos e sabemos que isso não é verdade. Então, isso já vem dos povos antigos, o racismo, o preconceito, não vai acabar agora, agora com a Unilab. Infelizmente eu tô a falar, eu tinha muitas esperanças, mas não vai acabar.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA DE VIDA DO DISCENTE 3

(...)

Nunca vivenciei algo assim que me deixasse constrangido ou numa situação que eu considerasse perigo. Eu acho que eu tenho aquela postura de tentar não mexer com as pessoas, para as pessoas também não tentarem mexer comigo e não me colocar em situação de risco, sempre andar seguro, mas isso, tem gente que faz isso o dobro que eu, mas já se deparou com situações dessas, é muito mais, muito mais seguro as pessoas, mas, infelizmente, caem nessa ratoeira, né? Então, acho que eu fui feliz, nesse aspecto, de tentar me cuidar e a experiência em si, desde que eu cheguei, até agora, acho que é positiva, levei os meus estudos a sério, no lugar onde eu não conhecia ninguém e, como eu já te informei, vou me graduar agora, em 2017, no finalzinho, e, como experiência de curso eu vou levar uma grande bagagem de informação e experiência pro meu país, porque é um curso, que é realmente necessário lá e que vai revolucionar muito o setor energético lá, porque pouca gente tem muito lá, são eletricitistas e técnicos de eletricidade, mas, o que a gente precisa é produção de energia para levar dos centros urbanos para as áreas rurais...

(...)

No início, eu não saía muito, eu me restringia às minhas amizades mais próximas. Mas, quando eu vim ter contato com as pessoas realmente, os brasileiros, foi dentro da universidade, num primeiro momento. Então, o que eu notei foi uma falta de informação, né, sobre os países africanos, que eles perguntavam várias vezes, onde é que o meu país ficava, eu tentava explicar, eles não se ligavam, ou não tinha aquela facilidade de anexar o lugar, as informações que eu passava. Em termos de relacionamentos, de amizade de colegas, sempre tem um certo preconceito acerca do africano não poder tirar melhores notas do que os brasileiros, porque eles têm a ideia de que o nosso ensino lá é muito precário, e que a gente tem lá, as imagens da TV, que o pessoal estuda embaixo das árvores, não tem condições, não tem giz, não tem quadro, então cria aquela ideia dentro dos brasileiros que a gente passa necessidade e que todos vêm do mesmo lugar, dessa própria necessidade, enquanto tem alguns, pelo menos a maior parte que vem pra cá, tem uma base já estuda em alguma escola já conceituada, então quando vem pra cá, eu quando te disse que tinha uma facilidade no início, teve colegas meus que levaram aquilo como uma ofensa, como uma afronta... Então, cria aquele ambiente, mas isso é no início, enquanto a pessoa não se relaciona e não se conhece, então, leva até em consideração aquilo que eles pensam, que eles também não são informados, não é que eles não querem se informar, mas a notícia não chega a eles da mesma forma que chega pra nós. Agora, quando eu fui pra cidade, pra me relacionar com as pessoas, eu notei uma grande humildade das pessoas, porque da mesma forma que eles têm essa imagem da pobreza, dentro da universidade, lá fora eles têm um coração de querer ajudar, “ah, não, porque a gente veio lá de longe, tá sem familiares, tá sozinho”, então, muitas vezes que eu fui visitar amigos meus, a mãe deles vinha pra mim “ah, não, você tá precisando de alguma coisa? Qualquer coisa, tu vem aqui pra minha casa, pra ajudar, pra comer”, como um sentido de, eles pensam realmente que a gente vem dum lugar mais pobre, mas tão tentando ajudar, pode ter algum preconceito de mental, né, mas é um preconceito de querer, é, não, não deixar a pessoa só, então, tem mães de amigos meus que diziam “não, não, não precisa se preocupar comigo”, mas eu sentia que a preocupação não saía de lá, então, acredito que seria isso, mas, em termos da cidade em si desenvolveu muito.

(...)

Primeiro, eu acho que as pessoas, de uma forma geral, né, já existe um preconceito dentro do Brasil, não precisa ser de africano para brasileiro, dentro dos brasileiros já existe

preconceito, então, tem muita das vezes que a pessoa entra em algum local, como loja, ou supermercado, o pessoal já não te olha do mesmo jeito como olha pra outras pessoas, ou, às vezes, espera que tu não tenha dinheiro suficiente pra pagar as coisas, então, já me deparei com muitas situações dessas que eu não acho que o Brasil vai mudar hoje, não vai mudar hoje, a gente pode tentar levar assuntos de preconceitos daqui pra China, mas sempre vai haver, mas claro que já me deparei no ônibus as pessoas pegando as sacolas com mais segurança como se eu fosse, se calhar, roubar, sem saber que eu tô na mesma situação que eles, com medo de outras pessoas... Nas lojas eu entrando, vendo que o segurança tá prestando mais atenção pra mim do que deveria “ah, posso ajudar? Claro que pode me ajudar, mas não é pra me seguir durante toda a loja como se eu fosse tentar extorquir alguma coisa”, então, são situações pontuais que muitas pessoas não levam em consideração, mas eu noto, né, posso não expor isso pra todo mundo, mas, que eu percebo e que realmente às vezes são situações negativas que marcam a pessoa.

(...)

Eu acredito que eu não posso culpar as pessoas pela ignorância, vou chamar de ignorância porque nem todo mundo aqui tem acesso a essas informações. Não vou culpar eles, mas eu acredito que essa universidade vai ter um impacto muito grande, tanto, já está a ter, porque têm muitas pessoas que não conheciam africanos, nem sabiam que a gente falava português, que eu já tenho essa noção, então, já está a mudar. Se eu fosse dizer hoje, eu baseio pela positiva, porque eu acho que eu fui uma mudança já, só eu estar aqui é uma mudança e o que eu vivi, pode perguntar para qualquer outro africano, acho que eles se sentem do mesmo jeito, olha, a gente também não pode culpar, de vir para o país do outro e analisar o que o outro pensa realmente, porque se fosse alguém também vindo para o nosso país a gente ia ter uma estranheza, uma forma de aproximar com eles. Então, eu baseei na positiva e eu acredito que eu faço parte da mudança e que a universidade realmente veio pra mudar e que vai mudar, porque tanto em Fortaleza já têm muitas pessoas que foram aprovadas pra mestrado, tem muitos africanos que já deram outro passo na vida e que isso, de levar os africanos pra frente, a raça negra pra frente, é isso que vai nos fazer erradicar o preconceito na cabeça e na mente, e eu acho que quanto mais pessoas se formarem, mais a informação negra vai além, e é assim que vamos lutar contra o preconceito, o racismo, com mais gente formada, mais gente dona da sua própria palavra, com consciência do seu discurso.